

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

AMANDA CABRAL DIAS

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM
SITUAÇÃO DE DESEMPREGO NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS**

**São Borja
2018**

AMANDA CABRAL DIAS

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM
SITUAÇÃO DE DESEMPREGO NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva

**São Borja
2018**

AMANDA CABRAL DIAS

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM
SITUAÇÃO DE DESEMPREGO NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharela em Serviço
Social.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Alexandre da
Silva

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 06/12/2018.

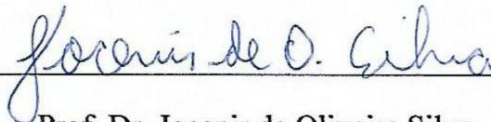
Banca examinadora:



Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva

Orientador

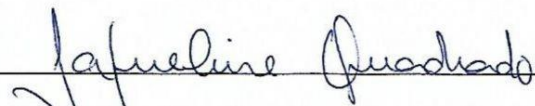
Curso de Serviço Social-UNIPAMPA



Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva

Curso de Serviço Social

UNIPAMPA



Profa. Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado

Curso de Serviço Social

UNIPAMPA

Lamento de um/a Nordestino/a:

Adaptação: Amanda Cabral Dias

"Só Deus sabe o quanto sofre um/a
nordestino/a Que vê seu sonho de menino/a
Tendo que ser buscando em outro lugar

Ele/a sofre quando tem que ir
embora Mainha e a família toda
chora
Mas não pode mais ficar

Entra no ônibus e no avião de coração partido
Sabe que vai ser sofrido
O mundo de necessidade e desilusão

Eu sei que vou, vou para o Rio Grande do Sul
Deixo minha terra, a alegria e a esperança de logo
voltar

Vou ficando e estudando aqui, por cá
Mas não esqueço meu Ceará, sei que lá é meu lugar

Alô pai e maninha, aqui vou na luta, dê lembranças para todos/as, hoje é mais um dia
de labuta

‘Tô’ com saudade, com vontade de ir embora
Mas não posso ir agora
Pois tenho que estudar..."

“Eu não vim pra me curvar, eu vim para Conquistar!” (Autor desconhecido)

DEDICATÓRIA



Dedico esse trabalho aos meus pais, Iracema e Marcondes, à todas as pessoas da minha cidade de origem Fortaleza, do meu estado Ceará e do Nordeste inteiro. Ô povo arretado, guerreiro, pra eu ter um orgulho imenso.

PRIMEIRAMENTE FORA TEMER

#elenão

#LULALIVRE

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à Deus, principalmente à minha mãe, por ser a minha força, minha luz, minha vida, por me ajudar nessa árdua trajetória de vida, por sempre acreditar em mim. Mulher exemplo de garra, força, coragem. Ao meu pai que esteve mais próximo de mim nesses últimos anos e também me ajudou, pessoas essas à quem dedico essa vitória de concluir a graduação e dos quais sentia falta todos os dias. São minha base, meu tudo, sem o apoio de vocês, certamente eu não conseguiria, amo vocês! A graduação representa a realização do meu, do nosso maior SONHO, esse sem dúvida é o dia mais importante da minha vida, meu coração se enche de orgulho, de alegria, que transborda nos olhos, se torna impossível explicar o que estou sentindo em palavras, é muita emoção ler cada linha desse trabalho!

Foram tempos difíceis, de intensos aprendizados que para além da ‘formação’ profissional ajudaram a me tornar um ser humano melhor, preocupada (até excessivamente) com as injustiças, anseios e desigualdades enfrentadas todos os dias por nós trabalhadores e trabalhadoras. Anos também de ansiedade, saudades, muitas vezes solidão. Trago no peito, no coração, na alma o orgulho do meu lugar, que à um preço tão caro tive que provisoriamente me ausentar. Deixo aqui a representatividade de minha origem, saudades Fortaleza, Terra da Luz, Ceará.

Agradeço imensamente aos professores e professoras que estiveram na minha trajetória acadêmica, que foram ou ainda são do curso de Serviço Social da Unipampa, Campus São Borja: Simone de Oliveira, José Wesley, Elisângela Pessôa, Rosilaine Coradini, Edison Ouriques, Jaina Pedersen, Adriana Cantini, Marisa Camargo, Solange Berwing, Walter Cruz, Monique Vieira, Monique Damascena, Loiva Machado, gratidão por partilharem seus conhecimentos e saberes. Cada um/a deixou uma marca na minha vida pessoal, acadêmica e profissional. O meu mais sincero e eterno agradecimento. Em especial agradeço ao meu orientador Jorge Alexandre da Silva, a quem tenho a mais profunda admiração, respeito, você é fera, vamos reverter esse 7 x 1. Agradeço muito a banca examinadora pela satisfação e honra de tê-los/as na análise e defesa desse trabalho, Jaqueline Quadrado e Jocenir de Oliveira. Também agradeço a você comandante César Beras que acreditou em mim, até quando nem mais eu acreditava e me auxiliou em momentos importantes. À você também Evelise Lazzari que é uma das pessoas primordiais para a

construção desse trabalho, que sentou comigo em momentos difíceis e com a sua complacência me ajudou nessa jornada árdua.

Agradeço:

À minha colega e amiga Paloma Souza de Oliveira pela força, pela lealdade, pela disposição de me ouvir (e não foram poucas vezes) e pela parceria no Estágio I e II, no Projeto de Intervenção, na graduação, nos trabalhos, nas atividades, nos grupos, sentirei sua falta quando eu fora para casa, mas prometo tentar voltar para ao menos um abraço lhe dar, obrigada por tudo querida.

À minha Supervisora de campo no Estágio I e II Josiele Ferreira Gazano pela troca de conhecimentos proporcionadas nesse precioso processo de aprendizado, da articulação ainda mais próxima entre teoria e prática, frente a realidade social.

À Maria Cristina Segóbio Rios que com seu carinho maternal, esteve ao meu lado em vários momentos aqui no Rio Grande do Sul, o meu mais profundo agradecimento.

As minhas tias Maria da Conceição de Sousa Cabral e Maria Vilani Dias Rocha por serem essas pessoas especiais, por tudo que já fizeram por mim. Também ao meu colega Victor Leandro, minha prima Raquel Cabral e ao meu sobrinho Pedro Vitor Cabral, abraços, saudades.

À todos/as funcionários/as da Unipampa, também do Restaurante Universitário, que através de seu trabalho por vezes tão árduo, precarizado, terceirizado são competentes, atenciosos/as e gentis conosco.

À você Leandro Cabral, meu irmão que por seu ceticismo me fez ter ainda ter mais força, garra, coragem e confiança pra acreditar e mim e chegar até aqui, lutando de sol à sol todos os dias.

Aos humoristas Tirullipa, Whindersson Nunes, Fábio Porchat, Paulo Vieira e Tom Cavalcante, que me proporcionaram através de seus vídeos, programas, muitos risos, momentos de alegria, trazendo um pouco de alento nesses anos vividos aqui no sul longe da minha terra.

In memoriam agradeço: tio Raimundo Cabral, tio Antônio Cabral, tia Araci Cabral, avó paterna Diomar Rocha, sinto muito a falta de vocês.

Enfim, agradeço à todas as pessoas que passaram pela minha vida e que de alguma forma puderam me ajudar, principalmente de 2015 para cá na graduação, alguns/mas colegas da graduação, também aos/as profissionais que participaram da pesquisa desse trabalho de conclusão de curso, aos usuários e usuárias, principalmente ao grupo de Idosas do CRAS Centro, com as quais mais tive aproximações, que acolheram nosso projeto de Intervenção e foram receptivas as discussões suscitadas, também à você Lisiane Pohlmann por me ajudar nessa reta final de correção ortográfica. Dessa forma consigo contemplar à todos/as que de alguma forma estiveram comigo ao longo dessa caminhada. Gratidão São Borja/RS, viva o Texas!!!

"Aqui tudo é lírico, pobre e belo. Só a miséria dos homens é terrível. Mas estes homens são tão fortes que conseguem criar beleza dentro desta miséria" (Capitães da Areia, Jorge Amado).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) em Serviço Social, tem como objeto de estudo a precarização do trabalho em suas manifestações para assistentes sociais desempregados em São Borja/RS. O objetivo principal é analisar as características da precarização do trabalho desses profissionais em situação de desemprego em 2018, a fim de explicitar os processos sociais decorrentes da (re) inserção precária nas relações de trabalho e vida social. Esta pesquisa partiu de inquietação da pesquisadora frente às transformações do mundo do trabalho, que repercutem diretamente na condição de assalariamento dos assistentes sociais, em especial nas formas que o desemprego tem assumido para essa categoria profissional. Não está em questão a problematização da totalidade das situações de desemprego dos profissionais de Serviço Social, mas aquelas em que se observa o surgimento do precariado como camada social do proletariado. Como caminho para o conhecimento teórico, a referida pesquisa fundamentou-se no método materialista histórico e dialético formulado por Marx, no qual evidencia-se as categorias centrais: totalidade, historicidade, contradição e mediação. Trata-se de uma pesquisa exploratória com análise qualitativa, que teve a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, com a aplicação de formulário contendo onze questões abertas respondidas por profissionais, assistentes sociais que residem no município de São Borja/RS. Referente aos resultados do estudo realizado, a coleta de dados por meio das entrevistas com os profissionais de Serviço Social mostrou que há, nas situações de desemprego investigadas, a relação deste fenômeno social com a precarização do trabalho de caráter salarial, mas também aquela que é de caráter existencial, ainda a precarização da pessoa humana que trabalha, pois se manifesta nas condições de vida e de trabalho que ocorrem fora do espaço sócio-ocupacional. A precarização existencial relacionada ao desemprego apareceu relacionada à redução da renda do trabalhador e à dependência financeira, que por sua vez acentua a desigualdade de gênero, sobretudo para as mulheres, à transformação do salário em salário família, à redução do padrão de vida e consumo dos trabalhadores, à transformação do sujeito de direito em sujeito de precariedade em que os processos de moralização passam a orientar a relação com o consumo necessário das famílias, dentre outros aspectos. No que se refere a precarização do trabalho, a pesquisa apontou a sua relação com o desemprego, na medida em que antes deste, os entrevistados presenciavam em seus espaços de assalariamento a falta de condições de trabalho, a cobrança de metas para aumento da produtividade, sobrecarga de trabalho e a rotatividade da força de trabalho, dentre outras. Além disso, nas entrevistas foi possível observar a manifestação de forma de subproletarização tardia decorrente de *salariato* precário, que por conta do desemprego os trabalhadores se submetem a formas de subcontratação sem vínculo empregatício, assim como o trabalho informal para ter acesso à renda, etc.

Palavras-chave: Assistentes sociais. Desemprego. Precarização do trabalho. Precariado.

RESUMEN

El presente trabajo de conclusión del curso (TCC) en Servicio Social, tiene como objeto tiene que estudiar la precarización del trabajo en sus manifestaciones para asistentes sociales desempleados en São Borja / RS. El objetivo es analizar las características de la precarización del trabajo de estos profesionales en situación de desempleo en 2018, a fin de explicitar los procesos sociales derivados de la (re) inserción precaria en las relaciones de trabajo y vida social. Esta investigación partió de inquietud de la investigadora frente a las transformaciones del mundo del trabajo que repercuten directamente en la condición de asalariamiento de los asistentes sociales, en especial en las formas que el desempleo ha asumido para esa categoría profesional. No está en cuestión la problematización de la totalidad de las situaciones de desempleo de los profesionales del Servicio Social, sino aquellas en que se observa el surgimiento del precariado como capa social del proletariado. Como camino para el conocimiento teórico, la referida investigación se fundó en el método materialista histórico y dialéctico formulado por Marx, en el que se evidencian las categorías centrales: totalidad, historicidad, contradicción y mediación. Se trata de una investigación exploratoria con análisis cualitativo, que tuvo la recolección de datos por medio de entrevistas semiestructuradas, con la aplicación de formulario conteniendo once preguntas abiertas respondidas por profesionales, asistentes sociales que residen en el municipio de São Borja/RS. En cuanto a los resultados del estudio realizado la recolección de datos por medio de las entrevistas con los profesionales del Servicio Social, mostró que, en las situaciones de desempleo investigadas, la relación de este fenómeno social con la precarización del trabajo de carácter salarial, pero también la que es el carácter existencial, también la precarización de la persona humana que trabaja, pues se manifiesta en las condiciones de vida y de trabajo que ocurren fuera del espacio socio-ocupacional. La precarización existencial relacionada al desempleo apareció relacionada a la reducción de la renta del trabajador, a la dependencia financiera que a su vez acentúa la desigualdad de género, sobre todo para las mujeres, la transformación del salario en salario familiar, la reducción del patrón de vida y consumo de los bienes, los trabajadores, la transformación del sujeto de derecho en sujeto de precariedad en que los procesos de moralización pasan a orientar la relación con el consumo necesario de las familias, entre otros aspectos. En lo que se refiere a la precarización del trabajo la investigación apuntó su relación con el desempleo, en la medida en que antes de éste, los entrevistados presenciaban en sus espacios de asalariamiento la falta de condiciones de trabajo, el cobro de metas para aumento de la productividad, sobrecarga de trabajo y la rotación de la fuerza de trabajo, entre otras. Además, en las entrevistas fue posible observar la manifestación de forma de subproletarización tardía derivada de *salariato* precario, que por cuenta del desempleo los trabajadores se someten a formas de subcontratación sin vínculo laboral, así como el trabajo informal para tener acceso a la renta, etc.

Palabras clave: Asistentes sociales. Desempleo, Precarización del trabajo. Precariado

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

EAD - Ensino à distância

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RS - Rio Grande do Sul

TCC - Trabalho de Conclusão do Curso

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Aspectos metodológicos da pesquisa	18
1.2 Método.....	19
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
1.3.1 Metodologia.....	29
1.3.2 Tipos de Pesquisa.....	30
1.3.3 Universo e Amostra.....	31
1.3.4 Procedimentos: Instrumento e Técnica.....	32
1.3.5 Análise e tratamento dos dados.....	33
1.3.6 Justificativa.....	35
2 CONDIÇÃO DE PROLETARIEDADE E PRECARIEDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO CAPITALISMO.....	38
2.1 Precariedade social.....	38
2.2 Precarização do trabalho enquanto precarização salarial, subproletarização tardia.....	47
2.3 Precarização existencial e a precarização da pessoa humana que trabalha.....	50
3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	55
3.1 Crise Estrutural do Capital e a reestruturação produtiva.....	55
3.2 Desemprego no capitalismo contemporâneo brasileiro.....	58
3.3 A precarização do trabalho dos assistentes sociais e o advento do precariado.....	62
4 O PRECARIADO E SUAS MANIFESTAÇÕES NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO.....	73
4.1 A relação do desemprego com a precarização existencial para os profissionais do Serviço Social em São Borja/RS	73

4.2 A precarização salarial dos assistentes sociais em situação de desemprego e a manifestação do precariado no município de São Borja/RS	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES.....	103

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social tem como objetivo analisar as formas de precarização do trabalho que se manifestam no cotidiano de assistentes sociais, especialmente em situação de desemprego, no município de São Borja/Rio Grande do Sul no ano de 2018. Visto que esse fenômeno não explicita de imediato suas determinações e contradições, trata-se assim de investigar os processos sociais que levaram à perda dos vínculos empregatícios destes profissionais e as formas de precarização existencial decorrentes tanto da situação de trabalho como de desemprego.

Tem-se, desta forma, o seguinte problema de pesquisa: *“Como a precarização do trabalho se manifesta na vida dos assistentes sociais¹, em situação de desemprego, no município de São Borja-RS, caracterizando a sua condição enquanto trabalhadores pertencentes ao precariado?”*. Quanto ao objetivo geral do estudo este visa: Analisar as características da precarização do trabalho dos assistentes sociais em situação de desemprego no município de São Borja/RS em 2018, a fim de observar a existência de características do precariado na realidade de vida e trabalho destes profissionais.

Já com relação aos objetivos específicos, foram formulados os seguintes: Analisar as formas de precarização do trabalho de assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais em que estavam inseridos no município de São Borja/RS, a fim de identificar processos sociais que expressam a precarização salarial; Investigar as formas de precarização do modo e das condições de vida de assistentes sociais, em situação de desemprego, no município de São Borja/RS, a fim de identificar tais processos enquanto expressões da precarização existencial.

Para a fundamentação teórica deste trabalho, serão discutidas diferentes categorias que se referem e se articulam à precarização do trabalho na atualidade da modernidade do capital, enquanto modernidade tardia. Esta última forma assumida pela modernidade do capital enseja novos aspectos à precariedade, à precarização do trabalho, atingindo

¹Devido a padronização linguística quando se utilizou nesse trabalho qualquer palavra no gênero masculino, entende-se todos os gêneros e identidades de um modo geral (ao encontro da linguagem inclusiva) empregando-se no sentido do ser humano genérico. Utilizar o termo ‘trabalhadores e trabalhadoras’ por exemplo é ainda é uma concepção binária, não contemplando a diversidade humana. Reafirma-se o compromisso com o Projeto Ético-Político do Serviço Social que tem como um dos princípios no Código de Ética do Assistente Social de 1993 a defesa intransigente dos direitos humanos, sua pluralidade, respeito à diversidade.

especialmente aquelas que constituem modos de ser do *salariato* precário.

Nesta perspectiva, pretende-se refletir sobre o trabalho e a situação de desemprego de assistentes sociais, considerando a sua vinculação com o chamado “novo e precário mundo do trabalho” (ALVES, 2007). Assim, a situação do desemprego que por vezes é apreendida como não sendo um espaço de manifestação da precarização do trabalho, passa-se a sê-lo, na medida em que a precarização do trabalho é identificada também nas relações de vida e trabalho, e não apenas no espaço de assalariamento.

Identifica-se a necessidade de discussão e debate do presente estudo por envolver diretamente o trabalho dos assistentes sociais frente aos desdobramentos pertinentes de precarização do labor que perduram e se complexificam nos dias atuais. Observa-se, apesar dos avanços para a categoria profissional (endógenos), como o acúmulo de conhecimentos teóricos, permeado pelos programas de pesquisa, especializações e pós-graduações (mestrado, doutorado pós-doutorado). A mudança do objeto de estudo, trabalho e intervenção (que é a questão social e suas expressões), do referencial teórico (adesão à teoria social crítica), que balizavam dessa forma o ‘rompimento’ com o Serviço Social tradicional, conservador; de caráter instrumental, tecnocrático, mecanicista, da construção de um Projeto Ético-Político pautado em bases emancipatórias, democráticas, com a recusa da dominação-exploração de uma classe sobre a outra. Com centralidade à vinculação aos interesses e demandas da classe trabalhadora (do qual se reconhece e faz parte), entre outros aspectos, ainda se estabelecem rebatimentos da própria precarização. Entende-se similarmente a precarização do trabalho dos assistentes sociais como um ponto nodal, de discussão relevante, no qual também identifica-se o cenário de desmontes de direitos, inclusive trabalhistas, e possível perda de espaços de trabalho, como no INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social).

O presente trabalho estrutura-se em 4 capítulos, sendo o primeiro a Introdução, que traz os aspectos metodológicos da pesquisa, ao discorrer da importância da investigação científica no trabalho profissional do Serviço Social. Este capítulo aborda o método em Marx, como referencial teórico crítico de análise da realidade social dinâmica e contraditória. Evidencia-se as categorias centrais: contradição, historicidade e totalidade, que são esmiuçadas e aprofundadas mais adiante, ao longo do trabalho em questão. Também com o subsídio da categoria mediação, com o propósito de trazer aspectos da manifestação desses processos sociais no município de São Borja-RS, alvo central da pesquisa em questão. Trata

ainda dos procedimentos metodológicos, da metodologia que busca as respostas frente as indagações da pesquisa, que por sua vez permeia-se pelo caráter exploratório com abordagem qualitativa, trazendo o universo e amostra do presente trabalho. Refere-se ainda aos procedimentos de coleta de dados: a técnica utilizada foi a partir de entrevistas semiestruturadas e o instrumento foi através de um formulário com onze perguntas abertas, o roteiro norteador, respondidas por profissionais residentes no município de São Borja/RS. Reporta-se a análise e tratamento de dados, que se deu por meio da análise de conteúdo, onde utilizou-se da metodologia de Roque Moraes. Finaliza-se então com a justificativa, que aborda os motivos da escolha do tema de estudo e sua relevância para a academia, ao encontro do Projeto Ético-Político profissional e a sociedade em geral.

O segundo capítulo está dividido em 3 partes, em que versa sobre a condição de proletariado e precariedade da força de trabalho no capitalismo. Inicialmente trata-se da precariedade social, atribuindo destaque a algumas categorias fundamentais, sendo elas: a individualidade burguesa, a igualdade jurídica, a compra e venda da força de trabalho, a alienação do trabalho e o sujeito de direito. Posteriormente, aborda-se sobre a precarização do trabalho enquanto precarização salarial e subproletarização tardia, ao versar também elementos do *salariato* precário e as mudanças ancoradas no caráter legal da contrarreforma trabalhista no Brasil. Por último, discute-se a respeito da precarização existencial e a precarização da pessoa humana que trabalha, como formas de precarização que afetam a subjetividade do trabalhador, repercutindo ainda em adoecimentos, na saúde física, mental.

Referente ao terceiro capítulo, este engloba a precarização do trabalho do assistente social, também dividido em 3 seções. A princípio explana-se sobre a crise estrutural do capital e a reestruturação produtiva, que aborda as mudanças em curso no mundo do trabalho com a transição dos modelos de produção dentro do capitalismo, que implicam em rebatimentos concretos na vida dos sujeitos. Na sequência, discute-se sobre o desemprego no capitalismo contemporâneo brasileiro, sendo este um dos elementos fundamentais para o avanço da ordem burguesa, ao encontro de outras formas de precarização, dominação, controle. Por fim, debate-se sobre a precarização do trabalho dos assistentes sociais e o advento do precariado. Nesta parte, as discussões suscitadas buscam uma análise crítica e ampliada referente à temática em questão, ao vislumbrar os processos sociais em curso que corroboram para essa condição precária do trabalho de assistentes sociais como integrantes do precariado ao trazer o entendimento dos autores Alves (2013b), Braga (2013); (2012) e Standing (2014a); (2014b) para o debate em questão.

Por sua vez, o quarto capítulo, divide-se em duas seções: reporta-se a análise dos dados, principalmente no que se refere aos resultados da pesquisa, articulando com o problema e os objetivos, que “[...] são considerados não apenas no que concerne à produção de determinados conhecimentos científicos, mas também, e isto é fundamental, a partir dos movimentos provocados pelo processo de investigação” (PRATES, 2003, p. 127). Dá-se visibilidade à relação do desemprego com a precarização existencial e da pessoa humana que trabalha para os profissionais do Serviço Social em São Borja/RS em 2018, com os relatos dos assistentes sociais entrevistados e suas compreensões, orientados pela fundamentação teórica e as inferências. Aborda-se ainda a precarização salarial dos assistentes sociais em situação de desemprego e a manifestação do precariado no município de São Borja/RS, em que ancora-se também nas falas dos profissionais ao problematizar suas apreensões, também assinalados pela fundamentação teórica e as inferências.

Assim, ao sistematizar as novas sínteses, que são totalizações provisórias da realidade, constrói-se o conhecimento como um processo dialético, dinâmico, que se movimenta o tempo todo, em constante (re) construção. Contando também com as Considerações Finais, no qual serão retomadas algumas reflexões sobre o tema em estudo, outras apreensões, sínteses, extraídas da realidade social, referente a precarização do trabalho do assistente social em suas diversas manifestações.

1.1 Aspectos metodológicos da pesquisa

Destaca-se, de acordo com Gatti (2002) que a pesquisa é o exercício sistemático de buscar as respostas para as indagações, frente à realidade observada, para que se ultrapasse o caráter imediato dos fenômenos, através dos conhecimentos adquiridos sobre estes. A pesquisa, sobretudo em Serviço Social, traz subsídios que fundamentam e instrumentalizam o profissional, as práticas e intervenções, que viabilizam processos ao encontro de mudanças efetivas, tanto no cenário em que está inserido, como na vida dos usuários, atravessadas por demandas, necessidades sociais.

Conforme Guerra (2009) a pesquisa criativa e crítica (com proposições, intervenções) agrega significativos elementos à cultura profissional, como valores, estratégias, racionalidades, dentre outros, em que torna-se imprescindível a valorização da dimensão investigativa na academia e no trabalho profissional cotidiano. Constitui o perfil profissional

dos assistentes sociais, intrinsecamente conexo às dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Aponta-se ainda como relevante a formação de profissionais que consigam desvendar as dimensões que constituem a questão social e suas múltiplas expressões, ao entender também o quanto seu trabalho pode ser funcional somente ao capital, tecnicista, mecanicista, tecnocrático, de encontro à viabilização de direitos. Ao passo da compreensão da necessidade de construir estratégias, alternativas, no atendimento as demandas dos usuários, para além do caráter imediato, reelaborando o objeto, no qual a pesquisa tem papel fundamental, em que a Lei 8662/93 (que regulamenta a profissão) a preceitua como elemento basilar do exercício profissional.

Entende-se dessa forma, segundo Guerra (2009) a importância de conhecer para intervir, de modo que apreender a realidade leva ao conhecimento de suas determinações, sendo a pesquisa uma relevante mediação no trabalho profissional. A dimensão política da profissão visa processos emancipatórios e transformações que são perpassadas diariamente por contradições e por outros aspectos da própria realidade. Entende-se que o conhecimento provém de necessidades, para assim construir respostas. Dessa forma, para o Serviço Social a pesquisa traz subsídios referente à análise da produção e reprodução da vida social sob a égide do capitalismo, para dessa forma buscar a instrumentalização do assistente social na elaboração de projetos e das intervenções diárias propriamente ditas. A pesquisa, por meio da dimensão investigativa, como produção de conhecimento, é instrumento importante para a qualidade do trabalho profissional.

Compreende-se assim que a riqueza da atitude investigativa no Serviço Social, permeada pela pesquisa, é ter um outro olhar para a realidade, mais ampliado, dar voz aos sujeitos, mediada pela escuta sensível, ao levar em consideração a subjetividade e a integralidade, em meio as dificuldades de conhecer a realidade. É fazer dessa forma o movimento do macro para o micro, do universal para o singular (e vice-versa), através das mediações, ao buscar apreender os processos sociais, seus rebatimentos e determinações. É ir para além da aparência, formular diagnósticos sociais através da pesquisa científica, construir e socializar conhecimentos (GUERRA, 2009).

1.2 Método

As particularidades das expressões da questão social desafiam o conhecimento crítico incessantemente a apreender as determinações imbricadas nos processos da realidade

social. Trata-se de processos sociais que estão intrinsecamente ligados à forma histórica do trabalho na sociedade capitalista, sobretudo no que se refere à forma assumida pelo assalariamento enquanto *salariato* precário. Assim, as análises que se lançam sobre a precariedade do trabalho aparecem como elementos necessários à reprodução ampliada do capital, na defesa apologética do regime econômico em curso. Apresentam-se como resultados ‘acidentais’ da crise capitalista, do não cumprimento da legislação por uma ou mais empresas em particular ou consequência das estratégias adotadas pelos trabalhadores em face do desemprego. Essas elaborações pouco ultrapassam o caráter fenomênico da precarização do trabalho na sociedade capitalista.

Aborda-se neste trabalho de conclusão de curso em Serviço Social a necessidade de fundamentar a análise da realidade no método dialético crítico, como forma de preceder o pensamento, do caminho para o conhecimento. Trata-se de uma análise a partir do ponto de vista ontológico, que “[...] implica a subordinação do sujeito ao objeto [...] no processo de conhecimento. Neste sentido, não cabe ao sujeito criar – teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto” (TONET, 2013, p. 14). Isto é, no ponto de vista ontológico, o ser é o polo regente do conhecimento, o sujeito gira em torno do objeto.

Conforme Netto (2009) ao alcançar a essência do objeto de estudo, ao capturar sua estrutura, movimento, através de procedimentos analíticos, da pesquisa orientada pelo método, o sujeito da pesquisa reproduz em seu pensamento (no plano ideal) a essência do objeto investigado. Assim, compreende-se que o objeto da pesquisa tem existência objetiva, isto é, independe do pesquisador para existir.

Entende-se a precarização do trabalho como expressões indiretas, não imediatas (pois existem determinações, mediações, processos sociais) da questão social, do conflito entre capital e trabalho, desse acirramento. De desdobramentos não apenas políticos, mas também culturais, históricos, que resultam de várias mediações e processos sociais, mediante a produção e reprodução do capitalismo. A sociedade é “[...] produto de relações sociais, de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo processo de reprodução social da vida. O mundo social é um mundo de relações” (YAZBEK, 2009, p. 144).

Identifica-se assim conforme Marx (2008) que as relações sociais na sociedade capitalista são determinadas pelo movimento da mercadoria, no qual as relações sociais determinam a consciência e não o contrário. A vida social é (re) construída a partir de uma realidade dada, exterior e anterior as pessoas de um determinado tempo histórico. Visto que

“[...] os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25).

Desse modo, entende-se que é imprescindível conhecer o movimento e a dinâmica das relações sociais engendradas pela sociabilidade capitalista, para desmistificá-las como “harmoniosas e eternas”, o que requer compreender os processos sociais que as constituem. Em outras, palavras reforça-se novamente analisá-las do ponto de vista ontológico. Este que

[...] por sua vez, a abordagem de qualquer objeto tendo como eixo o próprio objeto. Lembrando, porém, que ontologia é apenas a captura das determinações mais gerais e essenciais do ser (geral ou particular) e não, ainda, da sua concretude integral. Deste modo, a captura do próprio objeto implica o pressuposto de que ele não se resume aos elementos empíricos, mas também, e principalmente, àqueles que constituem a sua essência (TONET, 2013, p. 14).

Daí a necessidade de que o conhecimento sobre a realidade social se constitua como a apreensão, a captura do próprio objeto, em suas determinações, contradições, aspectos mais relevantes, não resumindo a análise à sua aparência fenomênica², ou seja, ao encontro da essência, visto seu constante movimento.

Aqui é válido resgatar o que diz Netto (2009) ao se referir ao entendimento de Marx sobre a especificidade de teoria enquanto modalidade particular de conhecimento. Segundo o autor, Marx entende que “[...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2009, p. 7). Nesse sentido o entendimento de Marx sobre o que é teoria torna-se fundamental para a análise dos processos e das relações sociais que se desdobram a partir das modernidades do capital.

²O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva (KOSIK, 1976, p. 15).

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2009, p. 7).

Assim, para que o conhecimento teórico se constitua dessa forma, este deve ter como caminho para entendimento do real, um método adequado para produzir um conhecimento científico. No presente estudo, por se tratar de um objeto contraditório, o método não é orientado no caráter gnosiológico em que “[...] a resolução das questões relativas ao conhecimento é feita através do auto-exame da razão” (TONET, 2013, p. 72). Em outras palavras, “a razão se examina a si mesma e decide, inteiramente isolada do conjunto da sociabilidade, o que ela pode ou não pode fazer e como deve proceder para efetivar o conhecimento científico” (TONET, 2013 p. 72).

O método materialista histórico dialético diverge dessa posição. Segundo Chasin *apud* Tonet (2013), não há método em Marx, se por método compreender-se uma arrumação operativa, primeiramente da subjetividade do sujeito da pesquisa e depois por um conjunto de procedimentos rigorosos apontados como científicos.

O procedimento marxiano é inteiramente diferente. [...] Marx parte da gênese do ser social, do ato que funda a sociabilidade. É na análise desse ato que ele descobrirá a origem, a natureza e a função social essenciais do conhecimento científico. [...] Por isso, sua primeira pergunta não é: o que é o conhecimento [...] mas: o que é o ser social? Quais são as suas determinações essenciais? Por que essa pergunta deve preceder aquela relativa ao conhecimento? Porque o conhecimento é apenas uma das dimensões do ser social. Ora, se o conhecimento é apenas uma das dimensões da totalidade que é o ser social, então, sua origem, sua natureza e sua função social só poderão ser apreendidas na medida em que se conhecerem as determinações mais gerais e essenciais deste ser e na medida em que se identificar o lugar que o conhecimento ocupa na produção e reprodução do ser social como totalidade, ou seja, na práxis social (TONET, 2013, p. 73-74).

Outrossim, na perspectiva marxiana de análise, de acordo com Tonet (2013, p. 76) “o que há de sério no método está na sua essencialidade ontológica [...]”, como “[...] resultado o método dialético dispõe de “[...] um conjunto de equipamentos operacionais que são os instantes de abstratividade ontológica que norteiam os passos de modo decisivo”. No qual o “[...] primeiro equipamento é um conjunto crescente, nunca estabilizado, de parâmetros ontológicos que, pela sua abstratividade, configura itinerários metodológicos.”

Deste modo expressa-se a importância de considerar a categoria totalidade como parâmetro ontológico fundamental do método em Marx, pois como afirma Lukács *apud* Tonet (2007, p. 4), essa categoria consiste “[...] na nota distintiva do método marxiano - não por acaso um ontométodo - não é um construto mental, uma categoria puramente lógica, mas uma categoria, uma característica essencial da própria realidade”.

De forma bastante sintética, é possível dizer que a articulação entre teoria e método para Marx, ocorre da seguinte maneira “[...] a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)” (NETTO, 2009, p. 8). Assim, trata-se de uma reprodução ideal, o que não implica na relação de identidade entre o real e o racional, como se observa na dialética idealista hegeliana.

De acordo com Kosik (1976) a teoria social crítica nos faz entender a realidade como totalidade, ir para além do aparente, do que está dado, busca-se o mediato, é um sistema categorial onde os fatos não podem ser analisados isoladamente. Ao utilizar-se também das outras categorias do método dialético crítico (historicidade e contradição), em um movimento de ir do micro para o macro e depois voltar do macro para o micro (singular, particular e universal). Articula-se ainda através da mediação os elementos constitutivos do processo, para romper com a aparência positiva do fenômeno, ao encontro da essência, com o movimento de sucessivas aproximações com o objeto, indo ao passo da reelaboração do objeto. A dialética trata da "coisa em si, mas a "coisa em si" não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar a compreensão, “[...] é necessário fazer não só um esforço, mas também um detour.” (KOSIK, 1976, p. 13).

O autor aborda que deve-se fazer um movimento de ida e volta, regressivo-progressivo, para assim realizar o processo de conhecimento do objeto de estudo e suas determinações. Visto que no caráter imediato estas aparecem de forma pseudoconcreta, por meio das sucessivas aproximações visa-se análises, reflexões junto aos sujeitos, para assim derruir com a pseudoconcreticidade. Os processos sociais sob a égide do capitalismo são permeados por contradições, referente a apreensão dos fenômenos, como um “claro-escuro” (KOSIK, 1976). Ou seja, é necessário o desvelamento, desvendamento da cadeia de mediações para a sua compreensão. Conforme Amaral (2014, p. 18), o método evidencia “[...] suas contradições no movimento que parte da singularidade, resgata os processos históricos e culturais, e retorna à singularidade reconhecendo e compreendendo suas particularidades”.

Sendo que a teoria social crítica propicia, viabiliza as “[...] bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.” (GIL, 2007, p. 32). Esse método visa ampliar o olhar para a realidade, com criticidade, mas também com proposições, visando transformações efetivas. Levando-se em consideração “[...] as expressões específicas da questão social, que desafiam a pesquisa concreta de situações concretas” (IAMAMOTO, 2012, p. 50) faz-se necessário o conhecimento conceitual que possibilita a apreensão da realidade humano-social.

O conhecimento conceitual, para Kosik, é o único meio através do qual se pode conhecer a realidade em sua concreticidade, isto é, em sua efetividade. O indivíduo cujo pensamento apreende conceitualmente a realidade, a cinde e separa suas partes a fim de melhor se apropriar dela, isto é, que põe em prática um pensamento crítico, desconstrutor, é capaz de atingir e conhecer a realidade em si mesma e sua estrutura interna. A criação de conceitos exprime a consolidação de uma forma de apreensão, de uma perspectiva, de um sentido ou de uma interpretação individual acerca de áreas ou fenômenos da realidade concreta a partir de algumas categorias. O conceito é o momento em que o em-si, a consciência ou espírito humano, retorna a si e torna-se para-si, apreendendo sob a forma do conceito uma outra essência diferente da sua. Para Kosik, o conhecimento conceitual é a forma de conhecimento própria da práxis que destrói a pseudoconcreticidade do mundo [...] (LIMA, s/d, p. 5-6).

Conforme Kosik (1976, p. 14), “o conceito da coisa é compreensão da coisa, e compreender a coisa significa conhecer-lhe a estrutura. A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo”. Identifica-se assim que o método dialético crítico não compreende e interpreta os fenômenos na sua aparência, mas parte desta ao encontro da essência, permeado pelas determinações inerentes. Visto que é imprescindível relacioná-los em contexto maior, com a estrutura da sociedade (que sendo capitalista tem suas implicações próprias), com a cultura, a política, dentre outros aspectos, atravessados por contradições, interesses, relações de poder, por processos históricos que proporcionam condições ou não de acontecer os fatos. É assim que ele o contextualiza, mediante aspectos internos ou externos às pessoas, em um movimento do universal para o singular.

Também faz-se necessário conhecer “[...] as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa” (NETTO, 2009, p. 21), do objeto de estudo. Como diz Marx *apud* Netto (2009) as categorias configuram “[...] formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada [...]” (NETTO, 2009, p. 21). Isto é são objetivas, reais, categorias ontológicas, que através de

procedimentos intelectivos, a abstração, o pesquisador “[...] as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isto mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias. Além disso, conforme Ianni (2011, p. 397), trata-se de um método que ajuda “[...] essa realidade a se constituir e, portanto, o pensamento entra na constituição do real. A categoria é uma forma social, é a síntese de múltiplas determinações.

[...] é a síntese da proposta de Marx, isto é, como se explica cientificamente um acontecimento, como se constrói a explicação. Na medida em que a explicação se sintetiza na categoria que poderíamos traduzir em “conceito”, numa lei, então a construção da categoria é por assim dizer, o núcleo, o desfecho da reflexão dialética; explicar dialeticamente e construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado. Essa proposta implica em que o pesquisador se coloque diante do fato, sempre interrogando o fato sobre todos os aspectos, sob todas as perspectivas. [...] partindo do reconhecimento, não é uma presunção, a priori, mas do reconhecimento, de que o fato não se dá a conhecer imediatamente. A realidade é complexa, é heterogênea, é contraditória; apresenta diversas facetas, diversas peculiaridades. [...] A reflexão deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento que está em questão e tratar de basear a compreensão global, que implica em compreender o fato como um todo que seja vivo, não como um todo que está dissecado numa anatomia, numa fotografia, numa sincronia. (IANNI, 2011, p. 1).

Netto (2009) refere-se que o método não é um conjunto rígido de regras formais que são aplicadas a um objeto do qual se recorta uma amostra para uma investigação, muito menos a conjunto fechado de regras que o sujeito da pesquisa opta conforme sua vontade para enquadrar o objeto analisado, investigado. É preciso evidenciar que “[...] o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real” (NETTO, 2009, p. 21).

A realidade está sempre impregnada, recoberta de interpretações que precisam ser desvendadas para que possamos explicar o real. Daí esse caráter, vamos dizer assim, sempre polêmico da reflexão dialética. Não é uma polêmica que é polêmica por gosto da polêmica. É uma polêmica que tem a ver com a epistemologia que está em questão. O questionamento reiterado, sistemático, sistêmico, que implica em um diálogo crítico, uma controvérsia com as outras interpretações e com a própria realidade. Porque, o que está em questão, sem exagerar, é de como se cria a realidade, como se constitui a realidade e de como essa interpretação vem se desenvolvendo para a constituição do real (IANNI, 2011, p. 402-403).

Segundo Ianni (2011, p. 405), “[...] ao refletir sobre o fato, nós vamos, pela reflexão, descobrindo as determinações que constituem esse ser social [...] visto que [...] essas determinações não tem todas a mesma ponderação, mas não há dúvida que há várias e

muitas determinações que constituem o real e que são indispensáveis para que se explique o real” (IANNI, 2011, p. 405). De acordo com Netto (2009) as determinações mais simples estão postas na esfera da universalidade, no imediato, aparência fenomênica, que se mostram no nível da singularidade. O conhecimento do concreto envolve as 3 dimensões articuladas: universalidade, singularidade e particularidade - e não uma delas de forma isolada.

Em síntese, o método dialético crítico decorre de uma longa elaboração teórica de Marx, inclusive retoma a dialética hegeliana e inverte seu movimento, ou seja, vai do real para o ideal e não o contrário. Parte-se da aparência (que é um importante nível da realidade e não deve ser desprezado) ao encontro da essência, através das determinações, perpassando também a historicidade, as contradições, em um movimento regressivo-progressivo. O método busca encontrar a estrutura e a dinâmica do objeto, resultando em um conhecimento crítico sobre este, em totalizações provisórias e que não estão prontas, nem acabadas. As tensões no capitalismo partem do plano real, que vão assim moldando e sendo moldadas pelo ser social. Nesse modo de produção, as relações sociais estão intrinsecamente ligadas às forças produtivas, que quanto mais se complexificam, mais complexos tornam-se os estágios de desenvolvimento dessa sociedade (NETTO, 2011).

Antes de tudo, voltemos a Marx. É preciso ficar claro, em primeiro lugar, que sua retomada da dialética na crítica do capitalismo e da economia política não decorre de uma mera adesão a este método, como se ele devesse valer por si mesmo, independentemente do objeto a que se aplicasse. Esta indiferença entre método e objeto, forma e conteúdo, seria em si mesma totalmente não-dialética. Ao contrário, é porque seu objeto se constitui de modo contraditório que Marx percebe ter de investigá-lo dialeticamente (GRESPLAN, 2002, p. 27).

Conforme Konder (2008), a dialética é um modo de pensar, analisar e olhar para a realidade visando transformações. O real encontra-se em constante movimento, a dialética instruída por Marx é constituída por categorias centrais que fazem parte da dinâmica desse estudo: a totalidade, a historicidade, a contradição, subsidiadas pela mediação, partindo do real para o ideal e não o contrário (como para Hegel³). A categoria totalidade permite traçar

³“HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1770-1831). Filósofo alemão; último dos grandes criadores de sistemas filosóficos dos tempos modernos, lançou as bases das principais tendências posteriores. Hegel foi o maior expoente do “idealismo alemão”, uma decorrência da filosofia kantiana – surgida em oposição a ela – que começou com Fichte e Schelling; esses dois pensadores trataram a realidade como se fosse baseada num só princípio, a fim de superar o dualismo existente entre sujeito e objeto – estabelecido por Kant –, segundo o qual apenas era possível conhecer a aparência fenomenológica das coisas e não sua essência. Para Hegel, o

um estudo amplo, obtendo uma visão de homem e de mundo, reportando-se também ao particular, ao singular, voltando ao universal, dialeticamente e em constante movimento.

Em que

Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro (KONDER, 2008, p. 36).

Identifica-se assim que a realidade deve ser analisada levando em consideração as dimensões que a compõem, tem-se a perspectiva do conjunto como um ser que põe determinações e é determinado pelas mediações que se estabelecem entre seus elementos constitutivos, é um todo articulado.

Já a categoria historicidade, de acordo com Konder (2008) compreende os processos como parte de um contexto sócio-histórico, que analisa, reflete a compreensão de modificação dos sujeitos históricos, fenômenos e processos sociais constituídos na sociedade com viés também de transformações na realidade material. Para Gramsci (1977) a historicidade só pode ser compreendida através da sua localização, percepção, de determinado período, contexto histórico. Referente às transformações ocorridas nas sociedades anteriores, como modo de produção primitivo (asiático), feudal, escravista e no capitalismo contemporâneo. Cada período desses tem suas particularidades, relações sociais e sujeitos. Neste trabalho, a historicidade é resgatada na dinâmica da produção e da reprodução capitalista dando-se ênfase aos seus desdobramentos na crise estrutural do capital, na reestruturação produtiva, no desemprego e na constituição do precariado como camada social que vive na condição de proletariedade, dentre os quais pode-se identificar os profissionais assistentes sociais.

A categoria contradição, conforme Konder (2008) é marcada por negações e superações, se apresenta como uma negação inclusiva concreta, que resulta em sínteses provisórias. É assim entendida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres sociais existem, (motor da história) permeando os conflitos na sociedade

fundamento supremo da realidade não podia ser o “absoluto” de Schelling nem o “eu” de Fichte e sim a “ideia”, que se desenvolve numa linha de estrita necessidade; a dinâmica dessa necessidade não teria sua lógica determinada pelos princípios de identidade e contradição, mas sim pela “dialética” (MARX, 2010, p. 159).

capitalista. Para Marx (1974) a contradição tem relação intrínseca com o movimento do real, em que a produção e reprodução da realidade se ancora no antagonismo entre as classes sociais capital e trabalho. Deve-se compreender a conexão entre os diferentes aspectos da realidade, visto que constituem uma unidade na diversidade.

No desenvolvimento existem elementos chamados contrários. Estes, no processo de transformação, são opostos. Mas não podem existir um sem o outro, apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui. Não é possível, por exemplo, conceber a existência da burguesia sem a presença do proletariado. E, por outro lado, todos sabemos que essa classe social privilegiada é proprietária dos meios de produção. Os opostos estão em interação permanente. Isto é o que constitui a contradição, ou seja, a luta dos contrários (TRIVIÑOS, 2007, p. 69).

Nota-se que a contradição situa-se na divergência entre os interesses e demandas dos contrários, em que a existência de um pressupõe a existência do outro, apesar das diferenças. No modo de produção capitalista, a burguesia se constitui como a classe dominante, detentora dos meios de produção - e o proletariado como classe dominada, ao ter somente sua força de trabalho para vender. O conflito entre essas classes antagônicas se explicitam enquanto expressões indiretas (não imediatas) da questão social, pois esses processos sociais implicam mediações, determinações, que têm sua gênese nos processos de desigualdade da produção capitalista, mas também de resistência (em meio a processos de tomada de consciência e luta) da classe trabalhadora. "A questão social nasce do conflito entre capital e trabalho, das relações de produção que determinam as relações sociais na sociedade capitalista" (FERREIRA, 2008, p. 14).

Então, em suma com o objetivo de entender o movimento entre as categorias centrais, traz-se como subsídio ainda a categoria mediação. De acordo com Pontes (1999), esta tem duas dimensões: a reflexiva que é subjetiva, elaborada pela razão, por meio de sucessivas aproximações que imbricam no entendimento do sujeito frente à realidade social; e a ontológica, que é objetiva, existindo assim independente da apreensão racional (ou não racional) dos sujeitos. "As mediações funcionam como condutos por onde fluem as relações entre as várias instâncias da realidade. São elas que possibilitam conceber-se a realidade como totalidade" (PONTES, 2009, p. 181). É nesse meio por onde transitam os diversos níveis da realidade, que articulam-se as unidades dos complexos maiores.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.3.1 Metodologia

A pesquisa é a construção de conhecimentos, que para isto requer procedimentos específicos, de coleta, investigação e análise, balizadas pela metodologia científica. Esta consiste na forma como realizar a pesquisa, as delimitações, o caminho a seguir para chegar ao ponto desejado, que permeia-se pelas respostas aos questionamentos, tendo como resultado a construção de um conhecimento crítico (GIL, 2007).

Denota-se que a metodologia é o que traz cientificidade à pesquisa. No Serviço Social, a pesquisa visa conhecer aspectos da realidade dos sujeitos, com propósito de transformações, mudanças, sendo dessa forma “[...] o caminho do pensamento seguido pelo investigador [...] sua escolha metodológica, que deve corresponder à necessidade e conhecimento do objeto” (MINAYO, 2007, p. 187-188). Assim, traça-se como será feita a pesquisa científica do trabalho, indica-se o propósito, o referencial teórico, o tipo de abordagem, a técnica, o instrumento, os tipos de pesquisa, as categorias, universo, amostra, análise e tratamento de dados. A pesquisa é assim “[...] o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas [...]” (GIL, 2007, p. 42). Busca-se dessa maneira as totalizações provisórias para as indagações da investigação científica.

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa propicia a compreensão e a mediação sobre a realidade investigada, visto que este é um processo inacabado, dinâmico, dialético. A metodologia é ainda o estudo que direciona caminhos a serem percorridos na pesquisa, para dessa forma chegar ao que é proposto pela investigação: os resultados para as inquietações. De acordo com Minayo (2007, p. 44), a metodologia constitui-se

como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Assim, conforme a autora, a metodologia caracteriza-se como o movimento ao encontro das respostas das indagações da pesquisa, ao discorrer sobre os métodos, técnicas e instrumentos que serão utilizados e ainda explicitar como o sujeito da pesquisa articula

teoria, métodos e achados, ao conferir seu olhar e sua marca na investigação.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos (MINAYO, 2002, p. 17-18).

Compreende-se que na pesquisa há um elo entre as indagações (problema, objetivos) e a constituição da realidade, em que relacionam-se também pensamento e ação. Algo só torna-se um problema no campo das ideias, se tiver sido antes um problema da realidade concreta. São abstrações do real (mergulhos, frutos de sucessivas aproximações) que vem de necessidades socialmente constituídas. A pesquisa subsidia a atividade de ensino, no qual a “[...] realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela” (KONDER, 2008, p. 36), ou seja, a realidade é dinâmica e se movimenta o tempo todo, é mais ampla e está alguns passos adiante da teoria.

1.3.2 Tipos de pesquisa

O presente estudo se constitui a partir de pesquisa de caráter Exploratório, que de acordo com Gil (2007) proporciona uma visão geral dos fatos, sendo assim aproximativa; “[...] este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2007, p. 43). Busca-se conhecimentos preliminares referentes ao assunto em questão, afim de aproximar-se do tema de pesquisa.

O trabalho em questão é ainda a partir de abordagem qualitativa, ao propiciar reflexões sobre o modo de vida, visão de homem e de mundo, que se debruça a apreender as situações particulares, como se manifestam, se materializam, internalizam no entendimento, significado para os sujeitos. Visto que a abordagem qualitativa é capaz de identificar “[...] a relação inseparável entre o mundo natural e social, entre pensamento e base material; entre objeto e suas questões; entre a ação do homem como sujeito histórico e as determinações que a condicionam” (MINAYO, 2007, p. 12). A pesquisa qualitativa busca além de reconhecer e dimensionar os problemas, também lhes conferir significados, com voz ativa

aos sujeitos pesquisados, ao trazer suas falas, impressões da realidade, mediadas pela escuta sensível do pesquisador.

Entende-se que é importante analisar os “[...] motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]” (MINAYO, 2002, p. 21-22). Frisa-se a relevância na pesquisa científica em Serviço Social dos dados qualitativos, ao passo de buscar identificar e compreender os processos sociais, seus rebatimentos, determinações. Para ir além da aparência, ao encontro da essência, ao ampliar o olhar para a realidade, ao invés de restringí-lo, limitá-lo.

1.3.3 Universo e Amostra

Conforme Gil (2007), o universo é um conjunto de elementos que tem características em comum, que são objeto de estudo. Sendo assim o “[...] conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 223). Nessa pesquisa consta como universo a categoria dos assistentes sociais de São Borja/RS (que conforme o CRESS/RS 10º Região ⁴tem com registro ativo 177 profissionais) e por amostra quatro profissionais entrevistados em situação de desemprego. No qual a “[...] amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população) [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 163). A amostra é, assim, uma parte extraída do universo, um subconjunto. De acordo com Gil (2007, p. 99), “[...] é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo”. Sendo partes de um complexo maior, alguns aspectos que o constituem, sendo representativo do universo.

Afim de identificar a amostra, elencou-se um perfil geral em que os profissionais deveriam encontrar-se: ser assistente social, ou seja, estar com o registro ativo no CRESS/RS, em situação regular; estar em situação de desemprego, emprego não formal ou trabalho informal sem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada e ainda; não estar fazendo especialização em Serviço Social ou áreas afins, nem pós-graduação, mestrado ou doutorado. A partir da delimitação desses critérios, foram contactadas 33 pessoas através de rede social e do contato pessoalmente. Destas, 21 pessoas não contemplavam os critérios estabelecidos, 5 pessoas não responderam até o presente

⁴Daniela Meinke Agente Administrativa - CRESS 10ª Região. Informação obtida por e-mail: cress10.registros@terra.com.br

momento, 3 eram do perfil, mas só conseguiriam responder as demais questões após o término da pesquisa. Delimitou-se então como amostra final 4 dos profissionais que responderam à pesquisa exploratória inicial, atendendo aos critérios. Na apresentação e discussão dos resultados da pesquisa, os profissionais entrevistados serão identificados/as como Profissional 1, Profissional 2, Profissional 3 e Profissional 4.

1.3.4 Procedimentos: Técnica e Instrumento

Como técnica⁵ para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas⁶ com intermédio da observação⁷ da pesquisadora. Considerou-se para o estudo as convergências e aproximações. A partir das respostas dos diálogos preliminares, caso o profissional atendesse aos critérios estabelecidos, passava-se então para a segunda etapa que se constituiu por meio de uma entrevista gravada pessoalmente (com o esclarecimento ao entrevistado), com 11 perguntas que foram transcritas integralmente para início das análises. Subsidiado também pelo documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), sendo explicados, lidos e assinados, conferindo respaldo das informações prestadas, descrevendo os objetivos, metodologia, o retorno dos resultados, os benefícios da pesquisa para a categoria profissional, a comunidade científica e a sociedade em geral. Cabe salientar que esse trabalho rege-se pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 (ancorado na Lei 8662/93) quanto ao sigilo dos dados coletados e resguardo quanto aos sujeitos envolvidos.

Referente ao instrumento de coleta de dados, a presente pesquisa foi realizada através da aplicação de formulário (Apêndice A) com onze perguntas abertas, semiestruturadas, roteiro norteador da entrevista. Este que caracteriza-se como “[...] um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 112). Busca-se apreender fidedignamente os relatos e as respostas referentes aos

⁵“Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 62).

⁶ “A entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador” (MINAYO, 2007, p. 114).

⁷Caracteriza-se como “[...] uma das técnicas de coleta de dados imprescindível em toda pesquisa científica. Observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso” (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 53).

questionamentos aos sujeitos da pesquisa, inclusive ao trazer as falas mais relevantes, sendo o contato direto entre a pesquisadora e os entrevistados.

1.3.5 Análise e tratamento dos dados

De acordo com Prates (2003) a análise de conteúdo permeia-se por fases, que são: pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação. A averiguação na pesquisa em questão consiste por meio de análise de conteúdo, em que utilizou-se a metodologia elaborada por Roque Moraes, que consiste em cinco etapas. Sendo a 1º a preparação das informações; 2º a unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; a 3º categorização ou classificação das unidades em categorias; a 4º descrição e a 5º interpretação (que serão esmiuçadas mais adiante). A análise de conteúdo é um procedimento de estudo, investigação, descrição e interpretação dos dados que vai ao encontro da abordagem qualitativa,

[...] para o desvelar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como por exemplo, o método dialético. Neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético (TRIVIÑOS, 1987, p. 159-160).

Procura-se, segundo o autor, as determinações e processos por traz dos fenômenos. Com uma visão ampliada para a realidade social e para os sujeitos, ao considerar aspectos como princípios, aspirações, comportamentos, crenças, dentre outros, o que converge com o método dialético crítico que busca a essência por traz da aparência fenomênica. Vale ainda frisar que a análise de conteúdo constitui-se em seus fundamentos como

[...] uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias (MORAES, 1999, p. 2).

Conforme abordado pelo autor, a análise de conteúdo na metodologia é utilizada tanto para descrever como para interpretar os conteúdos, para viabilizar a compreensão do pesquisador com caráter científico, sendo uma articulação entre teoria e prática. De acordo ainda com Moraes (1999), na primeira etapa (que é a preparação das informações), trata-se de identificar, das amostras pesquisadas, quais estão de acordo com os objetivos da pesquisa, visto que isso é central no estudo. Tem-se a temática e nela são feitos recortes para delimitar o universo e amostra do trabalho. Identifica-se as diferentes amostras e utiliza-se códigos (números, cores, letras, etc.) para distingui-las entre si.

A segunda etapa sistematizada por Moraes (1999) (que é a unitarização ou transformação do conteúdo em unidades), consiste em separar o bloco em unidades, os diferentes aspectos do conteúdo, ou seja, é a transformação do conteúdo pesquisado em unidades. É o momento de reler os materiais para definir as unidades de análise e isolar cada uma delas. São verificadas as diferentes discussões sobre o conteúdo que se refere ao tema.

Já na terceira etapa da análise de conteúdo (a categorização ou classificação das unidades em categorias), o autor pontua que é o momento de verificar a repetição, o contraponto e a novidade, separando agora por categorias. Caracteriza-se ainda pela redução dos dados, tendo como destaque os aspectos mais relevantes, uma síntese. Agrupa-se os dados e considera-se a parte em comum entre estes, por analogia ou semelhança. É realizada a comparação entre as unidades para ‘encaixá-las’ em categorias iniciais, intermediárias ou finais. É uma das fases mais dinâmicas desse processo.

Referente à quarta etapa (a descrição) para Moraes (1999) esta consiste em expor o resultado do trabalho de pesquisa. Como a abordagem dos dados, na análise de conteúdo desse estudo é qualitativa, o autor aponta a importância de trazer várias citações diretas, não sendo esse um momento interpretativo.

Na quinta e última etapa (a interpretação) Moraes (1999) evidencia que esta não deve se limitar a ‘somente’ descrever, mas buscar uma compreensão aprofundada por meio da inferência e da interpretação, este último termo mais ligado à pesquisa com cunho qualitativo. Aprofunda-se a compreensão das categorias, unidades de análise, elaborando sínteses para apontar o significado destas.

1.3.6 Justificativa

A presente pesquisa partiu de inquietações da pesquisadora, que desde o primeiro semestre da graduação na disciplina de Trabalho e Questão Social, ministrada pelo professor José Wesley, manifestou um interesse pela categoria trabalho enquanto objeto de estudo. Ao longo da graduação mediante outras discussões em outras disciplinas, ocorreu uma aproximação maior com o debate sobre a precarização do trabalho e sua relação com as transformações em curso no mundo do trabalho, as quais incidem sobre a condição dos assistentes, enquanto trabalhadores assalariados. O percurso realizado no debate tem sobre a categoria trabalho o fundamento, que tem primazia ontológica na constituição da totalidade social e das formas de sociabilidade, que levaram à busca por um conhecimento mais ampliado sobre a relação das formas de precarização do trabalho com o desemprego dos assistentes sociais. Dessa forma, intentou-se em apreender os aspectos da manifestação desses processos sociais no município de São Borja/RS, local em que foi realizada a pesquisa. O entendimento é de que esse debate é de relevância ímpar na universidade, como espaço de produção e socialização de conhecimento. Levando-se em conta tais mudanças em curso, tal discussão é fundamental no processo de formação profissional em Serviço Social.

A peculiaridade, novidade desse trabalho consiste na articulação entre a precarização salarial, a precarização existencial e a precarização da pessoa humana que trabalha, em destaque aos profissionais assistentes sociais. Considera-se assim pertinentes as reflexões e estudo do tema, pois o conhecimento sistematizado visa contribuir nas discussões, através de subsídios teóricos, que podem fomentar outras propostas de pesquisa e extensão que venham dar visibilidade às ações, processos de luta coletiva, resistência, direitos e acesso às possibilidades de cidadania. Assim, também almeja fortalecer a importância constante do debate e estudo desse tema, a fim de contemplar um trabalho crítico, versado na garantia de direitos, base fundamental do compromisso ético-político dos assistentes sociais.

O presente trabalho articula-se com o Projeto Ético-Político da profissão, que orienta a direção social do Serviço Social enquanto categoria profissional, ao buscar problematizar categorias da realidade referentes às expressões da questão social relacionadas ao *salariato* precário. Pois entende-se como primordial

O trabalho profissional, na perspectiva do projeto ético- político, [que] exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais. Isto supõe muito mais do que apenas a realização de rotinas institucionais, cumprimento de tarefas burocráticas ou a simples reiteração do instituído. Envolve o assistente social como intelectual capaz de realizar a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tencionam; a construção de estratégias coletivas e de alianças políticas que possam reforçar direitos nas diferentes áreas de atuação (Saúde, Previdência, Assistência Social, Judiciário, organizações empresariais, ONGs etc.), na perspectiva de ampliar o protagonismo das classes subalternas na esfera pública (RAICHELIS, 2011, p. 427-428).

Deste modo, torna-se necessário, fundamental, que o Projeto Ético-Político seja retroalimentado nas ações cotidianas de trabalho do assistente social, a fim de versar um trabalho qualificado, ético, compromissado, competente ao encontro dos direitos dos usuários, com um olhar ampliado e crítico para a realidade. No qual conforme Iamamoto (2015) a formação em Serviço Social deve propiciar respostas as demandas que se manifestam nas relações sociais. Dessa forma requer profissionais criativos, propositivos, investigativos, em constante aprimoramento profissional (educação permanente). Para assim serem capazes de desvelar o cerne dos fenômenos sociais e suas contradições, com a finalidade, intencionalidade de transformações na realidade.

No tocante à pesquisa, essa intenta o debate sobre o *salariato* precário como uma tendência histórica nas relações de assalariamento, que põe a necessidade de análise e intervenção ainda que em contextos bastante particulares da sociedade. É no contexto do *salariato* precário que os assistentes sociais enquanto sujeitos em condição de proletariedade passam a viver diferentes formas de precarização do trabalho, seja existencial ou salarial. Logo, pensar o Projeto Ético-Político da profissão significa, como já sinalizou Iamamoto em diversas obras suas, não negligenciar o fato de que os assistentes sociais, mesmo ao realizar a sua intervenção profissional para transformar em demandas sociais as necessidades imediatas da população usuária, padece, também das mazelas que enfrentam enquanto profissionais. Do mesmo modo, tem repercutido no âmbito do Serviço Social as transformações em curso do mundo do trabalho.

Sobretudo pode-se destacar aqui a ampliação da quantidade de assistente sociais formados, inclusive em localidades que até pouco tempo atrás não possuíam nenhuma instituição de ensino superior. Daí a necessidade de reflexões que apreendam a dinâmica dos processos sociais nas regiões em que se tem a formação de profissionais do Serviço

Social, mas que os mesmos não encontram formas de se (re) inserir no mercado de trabalho. Por apresentar uma força de trabalho que se torna redundante e que por sua vez é desvalorizada, ou até mesmo super explorada, é importante que se diga que o aumento das instituições que formam assistentes sociais tem sido impulsionado por uma lógica contraditória, em que houve a abertura ainda em que tardia de cursos de Serviço Social em universidades federais, processo este acompanhado de um fechamento de cursos da área em universidades particulares voltados a formação presencial e que em algumas dessas universidades passou-se a ofertar a formação à distância justamente pela necessidade de competir com o aumento expressivo de cursos de Serviço Social em instituições privadas cujo foco é a formação em ensino à distância (EAD). Nesta mesma realidade, a flexibilização das relações de trabalho, a subproletarização tardia e o aumento do desemprego colocam grandes desafios à análise que oriente processos de resistência no âmbito da questão social.

Por fim, torna-se ímpar colocar em cena esse importante tema, também como forma de devolutiva à universidade, à sociedade em geral, dos resultados da formação acadêmica e social, frente aos conhecimentos sistematizados e discutidos referentes à precarização do trabalho de assistentes sociais.

2 CONDIÇÃO DE PROLETARIEDADE E PRECARIEDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO CAPITALISMO

2.1 Precariedade social

Ao ser feita a discussão sobre a precariedade social, é importante sobretudo fundamentá-la a partir da crítica da Economia Política, de modo a resgatar as contradições que apontam para as mediações e as formas de negação do trabalho pelo capital e pelas relações sociais estranhadas, que constituem historicamente a sociabilidade capitalista. Tem-se utilizado a expressão “precariedade” para tratar de diferentes processos e situações que se manifestam na vida social. Por outro lado, é necessário investigar se o uso desta categoria apresenta-se articulado ao debate das contradições referentes à subsunção do trabalho e as formas de negação, pois

o capital se constitui compondo uma totalidade apenas formal como o trabalho assalariado, e não também substancial, pois a "substância" do valor, conforme a definição de *O capital*, é o trabalho abstrato. Daí ser este último que compõe substancialmente o todo, já que o capital é valor que se valoriza. Ao excluir a possibilidade de que esse momento se realize, isto é, de que o trabalho efetivamente o rebaixe a parte integrante, o capital está impedindo que a substância apareça como o que é na verdade - a totalidade "do valor e da riqueza" (GRESPLAN, 2002, p. 41).

De certo modo, o conceito “precariedade” ganhou maior espaço nos estudos acadêmicos e na literatura de diferentes áreas do conhecimento, seja na educação, saúde, direito, economia, etc. No entanto, do ponto de vista da crítica da economia política, pode-se indagar se esse ganho de “visibilidade” das diferentes formas assumidas pela “precariedade” na sociedade capitalista refere-se, de imediato, a apreensão dos fundamentos ontológicos e históricos da precariedade enquanto determinação constitutiva do *salariato*.

Em face disso, discute-se a precarização do trabalho, tendo como referência alguns dos aspectos fundamentais da relação entre capital e trabalho na sociedade burguesa, pois o entendimento que norteará a análise teórica dessas categorias é de que estas não se referem apenas à forma histórica assumida pelo trabalho na sociabilidade capitalista, mas são expressões assumidas pelo trabalho na sociabilidade capitalista do que é medular na relação de compra e venda da força de trabalho e na sua exploração, que são as formas de negação que o capital impõe ao trabalho.

Inicialmente é necessário demarcar à luz das formulações de Alves (2007, p. 112): “[...] uma das determinações estruturais do modo de produção e reprodução capitalista é a constituição sistêmica, a partir de processos de precarização do trabalho vivo, de formas históricas de precariedade social”. Para Alves (2007), a principal forma histórica de precariedade social é o sistema do trabalho assalariado que predomina nas sociedades burguesas e que tem ampliado as condições de precariedade social de sujeitos despossuídos da propriedade dos meios de produção da vida material. O que se observa é que a precariedade social que se manifesta no capitalismo difere da que se manifestou de modo particular em outros modos de produção e isso é sinalizado pelo crescimento da pobreza no capitalismo, enquanto expressão da questão social. Segundo Netto (2010, p. 3-4), em meados do século XIX

Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se nas formas de sociedade precedentes à sociedade capitalista a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra: a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – [...] marca a emergência imediatamente visível da dimensão mais evidente da moderna barbárie, a barbárie capitalista.

Netto (2010) mostra que a análise marxiana fundada no caráter explorador do regime do capital permite situar com radicalidade histórica a “questão social”, ou seja, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez preponderante nas sociedades anteriores à ordem burguesa vigente. O autor refere ainda que a exploração não é um traço distintivo, único do regime capitalista, e salienta que outras formas sociais assentavam-se também na exploração. Portanto, o que difere deste regime para os demais, é que “[...] a exploração se efetiva no marco de contradições e antagonismos que a tornam suprimível sem a supressão das possibilidades mediante as quais se cria exponencialmente a riqueza social” (NETTO, 2010, p. 7).

Outro traço distintivo da precariedade social própria do capitalismo é aquele apresentado por Marx (2013, p. 875) ao tratar sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista

e seus desdobramentos para a constituição do que o autor denomina como exército industrial de reserva. De acordo com a análise marxiana,

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 2013, p. 875).

O que se pretende salientar é que a precariedade social não é expressão imediata da precarização do trabalho na sociedade capitalista, mas uma determinação fundamental para a existência desta. Determinação esta que passa a existir a partir de outras determinações históricas e sociais que constituem o seu modo de ser. Como exemplo destas outras determinações constitutivas da precariedade social é possível citar a individualidade burguesa, a igualdade jurídica, a compra e venda da força de trabalho, a alienação do trabalho, o sujeito de direito, etc.

A individualidade burguesa não se constitui fora das condições e possibilidades viabilizadas pelo Estado político. Para Marx (1989) no Estado político há uma divisão entre o cidadão e o burguês em uma relação de dualidade, uma dupla dimensão, não somente no plano do pensamento, mas principalmente na vida concreta. Isto é, uma cisão, contradição entre o homem burguês e o cidadão. Vive-se na comunidade política como um ser comunitário, já na sociedade civil vive como um mero indivíduo privado, "[...] tratando os outros homens como meios, degradando-se a si mesmo em puro meio e tornando-se joguete de poderes estranhos" (MARX, 1989, p. 13). Evidencia-se desse modo aspectos inerentes da individualidade burguesa, como o estranhamento e a alienação, determinações criadas pelas próprias relações sociais burguesas.

Essa individualidade não espalha-se somente no campo particular, mas também na sociedade civil, em meio a esse Estado político que "[...] olhado como ser genérico, o homem é o membro imaginário de uma soberania imaginária, despojado da sua vida real individual, dotado de universalidade irreal" (MARX, 1989, p. 13). Tem-se a divisão secular entre Estado e sociedade civil, que é o espaço "[...] da vida real mas egoísta, no fundo

desprovida de laços, simples arena de conflitos e de interesses antagônicos. O Estado, pelo contrário, surge como uma esfera de vida coletiva, mas ilusória” (MARX, 1989, p. 3).

Outro aspecto da precariedade social que têm determinações postas pela individualidade burguesa na sua relação com o Estado é elucidada por Grespan (2002, p. 29) ao grifar a oposição de Marx a perspectiva hegeliana. Pois segundo Hegel

a sociedade civil seria uma multiplicidade de carências individuais e tenderia ao desgarramento, se não fosse a ação do Estado, efetivamente capaz de conciliar as pendências privadas e de conferir ao todo unidade política. O elemento universal, produtor apenas de mais diferenças no “momento” da sociedade civil, só seria “posto para si” com o Estado, podendo dar coesão a um todo que então aparece enquanto totalidade dialética. A identidade política predominaria sobre as diferenças privadas, embora as conservasse como sua base.

Conforme Grespan (2002), a objeção de Marx é que tal unidade estatal ocorre somente no plano jurídico, não conseguindo resolver no plano social os conflitos de interesse particular, que se determinam justamente neste plano social. Assim, conclui o autor,

[...] se juridicamente a sociedade civil e seu Estado se articulam como um todo identitário, em que todos indivíduos são iguais perante a lei, por outro lado esta identidade superficial, aparente, repousa numa desigualdade profunda, social, entre a classe dos proprietários privados dos meios de produção e a dos trabalhadores, “privados” desta propriedade, isto é, dela excluídos (GRESPLAN, 2002, p. 29).

Aqui retoma-se a relação indicada anteriormente por Alves (2007) e que refere-se ao sistema do trabalho assalariado e as condições de precariedade social dos sujeitos despossuídos da propriedade dos meios de produção da vida material. É necessário reiterar que o Estado não está excluído da reprodução dessa precariedade social, mas é fundamental para a mesma na medida em que a relação entre capital e trabalho necessita de um terceiro. É o Estado que assegura o direito à propriedade privada e dá condições para a existência da igualdade jurídica entre quem compra e que vende a força de trabalho.

Observa-se dessa forma a relação intrínseca entre a individualidade burguesa e a precariedade, sendo que ambas constituem-se como determinações reflexivas uma em relação à outra e como eixos estruturais fundamentais do modo de produção e reprodução capitalista. Conforme Alves (2007) (referente às observações de Marx de 1847) encontram-se elementos que caracterizam precariedade e precarização como atributos ontológicos das

individualidades sociais que constituem a sociedade capitalista. Assim,

A individualidade burguesa é, portanto, uma individualidade de classe (ou individualidade estranhada) submetida ao acaso e ao poder das coisas. Deste modo, ao dizermos precariedade, tratamos de uma condição sócio-estrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social. A precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social (ALVES, 2007, p. 113-114).

Para Alves (2007) a precariedade trata-se enquanto uma condição sócio estrutural, que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mais uma entre tantas outras mercadorias, alcançando aqueles que não detém o controle (e a posse) dos meios de produção, das condições objetivas e subjetivas da vida social. Essa precariedade social é ao mesmo passo contraditória, visto que constitui-se por um lado, de exclusão da propriedade dos meios de produção e, por outro lado, possui uma relação fundamental com o sujeito de direito. O autor reafirma o trabalho a condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. A partir disso, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social. “Nas condições de estranhamento social, o que se dissemina é o espírito do individualismo e a fragmentação social como lastro ideológico do controle sócio-metabólico do capital” (ALVES, 2007, p. 138).

Como afirmam Engels e Kautsky (2012) a emergência da categoria sujeito de direito possibilita que o homem, como proprietário de si, circule como mercadoria, ou seja, é a expressão jurídica da comercialização dos sujeitos. O direito é instrumento que viabiliza esse processo ao assegurar a liberdade e a igualdade, pois do contrário o homem não teria como se dispor se não fosse livre, nem celebrar um contrato com outrem se não estivesse em uma condição pelo menos de equivalência formal. A igualdade jurídica é uma forma social própria do capitalismo, que se oriunda da universalização da forma sujeito de direito, sendo também um elemento imprescindível à serviço da exploração e dominação na esfera da produção.

O modo de produção capitalista, que se constituiu inicialmente como um sistema econômico, tornou-se também um sistema social, político, cultural, com valores, formas de agir e ‘pensar’, a ética burguesa, espraiando-se para todas as esferas da vida social, principalmente no mundo do trabalho. A individualidade repercute em processos de estranhamento, de não se reconhecer no outro como também ser humano, com

necessidades, anseios, também enquanto pertencentes a mesma classe. Tem-se nos processos de tomada de consciência e luta contra as desigualdades geradas nesse sistema o outro polo, a resistência. “A captura” da subjetividade é a “captura” da intersubjetividade e das relações sociais constitutivas do ser genérico do homem” (ALVES, 2010, p. 13). E resulta em obstáculos “[...] *a consciência de classe para além de si*, que diz respeito a dimensão da genericidade humano-genérica para além da divisão da sociedade humana em classe” (ALVES, 2008, p. 21).

Para Marx (1996), a categoria sujeito de direito possibilita que as pessoas sejam “guardiãs” de mercadorias, que necessitam de quem as compre e venda no processo de circulação. Nessa relação fora de si, estranhada, coisificada, o sujeito de direitos é constituído por uma abstração, ao ser um portador imaterial de direitos, livres e iguais somente para o intercâmbio de produtos, determinados pela circulação mercantil. No caso de quem vive a condição de proletariedade:

Sujeito de direito é o ente cuja vontade é decisiva. Ao mesmo tempo, a vida social desintegra-se, por um lado, na totalidade de relações reificadas que surgem espontaneamente (assim como todas as relações econômicas: nível de preços, taxa de mais valor, taxa de lucro, etc.), ou seja, relações nas quais as pessoas nos dizem menos respeito que as coisas [...] (PACHUKANIS, 2017, p. 120).

Conforme Júnior (2012) a elevação do homem a sujeito de direito na sociedade de capitalista é a sua redução à força de trabalho como mercadoria. Esse processo de compra e venda da força de trabalho ocorre quase como um processo acidental, mas guarda determinações sócio-históricas, mediação fundamental para que a precariedade social se concretize. Nisso assenta-se uma profunda desigualdade social e econômica, pois na vida cotidiana os trabalhadores em relação ao capitalista são vistos como iguais somente perante a Lei, no caráter formal. O que expressa-se na concretude é a cisão entre a classe detentora dos meios de produção (dominante) e a classe que vende a sua força de trabalho (subalterna), visto que a condição de proletariedade caracteriza-se também pelo desposseimento dos meios de produção. Ao passo da liberdade e igualdade serem mediadas pela mercantilização da vida social. Visto que sua “[...] capacidade de trabalho [...] nada é se não é vendida” (SISMONDI *apud*, MARX, 1996, p. 291). Para essa sociedade muito do “valor” de uma pessoa está atrelado a sua capacidade e (re) inserção no mercado de trabalho, torna-se mais importante o ter que o ser.

Para Pachukanis (2017) o direito no Estado burguês, além de ser instrumento de privilégio do capital, é mais uma de suas formas de dominação, permeada pela regulamentação jurídica, no qual estão em conflito interesses individuais e sociais (que são antagônicos), já que os direitos não materializam-se efetivamente na realidade concreta para a maioria da classe trabalhadora, “[...] o direito já não mais figura como uma relação social específica, mas como o conjunto das relações em geral” (PACHUKANIS, 2017, p. 96), agindo como “um sistema de relações que corresponde aos interesses da classe dominante e os assegura pelo uso da força organizada” (PACHUKANIS, 2017, p. 96).

O sujeito de direito como possuidor da mercadoria força de trabalho tem no sentido jurídico sua vontade entendida como [...] desejo de alienar ao adquirir e adquirir ao alienar [...] é indispensável que a vontade do possuidor de mercadorias vá ao encontro de um desejo de outro proprietário de mercadorias. Juridicamente, essa relação se expressa na forma do contrato ou do acordo entre vontades independentes. Por isso o contrato é um dos conceitos centrais do direito (PACHUKANIS, 2017, p. 127).

Para Iamamoto (2011), na sociedade burguesa a compra e venda da força de trabalho (inclusive é seu elemento fundante) torna-se mais uma mercadoria dentre as demais existentes. Em uma relação entre livres e iguais (apenas no caráter formal, jurídico) por proprietários de mercadorias similares, instigados pelos seus próprios interesses. Compreende-se ainda que o trabalhador vende a sua força de trabalho, seu tempo, sua energia (física e mental) por um período determinado (jornada de trabalho), pois essa mercadoria não existe sem seu proprietário, é corporalidade viva (trabalho vivo). Assim, o trabalhador não vende o seu trabalho, pois do contrário estariam vendendo a si mesmo, perdendo seu estatuto sujeito de direitos, de proprietário como acontecia no escravismo, em que a pessoa em si era comprada e vendida como mercadoria.

Reforçando com o que aponta Marx (1996), aquele que possui o dinheiro precisa encontrar o trabalhador 'livre' no mercado de mercadorias. Livre no duplo sentido, isto é, livre de sua força de trabalho como mercadoria por não ter outras mercadorias para vender, livre também de todas as coisas imprescindíveis à realização de sua força de trabalho. Desta forma, a compra e venda da força de trabalho acontece por um ‘acordo de vontades’, em que comprador e vendedor transacionam como pessoas livres, por meio da igualdade

jurídica, pacto esse que resulta em um contrato, em que ambas as vontades se constituem em uma expressão jurídica em comum.

A sociedade capitalista é antes de tudo uma sociedade de proprietários de mercadorias. Isso significa que as relações sociais entre as pessoas no processo de produção adquirem aqui a forma reificada dos produtos do trabalho, que se relacionam uns com os outros pelo valor. A mercadoria é um objeto por meio do qual a diversidade concreta de propriedades úteis se torna um simples invólucro reificado da propriedade abstrata do valor, que se manifesta como a capacidade de ser trocada por outras mercadorias a uma proporção determinada (PACHUKANIS, 2017, p. 118).

De acordo com Marx (1996), no modo de produção capitalista, a relação de compra e venda da força de trabalho apresenta-se mistificada. A circulação da força de trabalho como mercadoria acaba por contribuir que a exploração da mesma tenha uma aparência fenomênica, de modo que o caráter complexo dessa relação não coincide com a sua forma de manifestação. Daí a difícil compreensão do caráter contraditório das relações sociais tecidas “[...] pelas costas dos produtores de mercadorias” (MARX, 2013, p. 244). Entende-se ainda que o salário acaba por ocultar a exploração do trabalho que se efetiva mediante a extração da mais valia que é “[...] a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, p. 255, 1996). Nesta relação a precariedade social manifesta-se no próprio uso da força de trabalho no processo de produção. Isso ocorre, pois

a força de trabalho é uma "negatividade referida a si mesma", isto é, uma relação consigo mediada pela relação com seu outro, com o objeto sobre o qual trabalha e que transforma. Mas esse objeto não pertence mais a ela, de forma que ela retorna a si de mãos vazias. Por isso, se a força de trabalho é uma "negatividade referida a si", esse caráter negativo mesmo resulta de sua "exclusão da riqueza objetiva", da cisão na substância que a impede de passar "a sujeito" e confere a seu oposto essa condição formal (GRESPLAN, 2002, p. 43).

Segundo Polanyi (2000, p. 78), “os mercados não são instituições que funcionam principalmente dentro de uma economia, mas fora dela [...]” isto é, espraiam-se para a vida social do sujeitos, no qual a compra e venda da força de trabalho é uma de suas principais formas, pois para aqueles despossuídos dos meios de produção, essa é a sua única mercadoria disponível para troca.

Para Marx (2004) a alienação do trabalho na sociedade de classes (negação da natureza humana) denota o estranhamento que o trabalhador tem frente o produto de seu

trabalho, a mercadoria. Caracteriza-se também no momento em que os homens “perdem-se” a si próprios e o seu trabalho no modo de produção capitalista. Onde as relações entre as classes são além de antagônicas (visto o choque de interesses), também são desiguais, pois o capitalista está em posição de dominação, exploração sobre a classe trabalhadora. Com a divisão sócio-técnica do trabalho no processo de produção (especialização de atividades) em que cada um faz uma parte, há uma cisão entre aquele que produz e o que é produzido, perde-se a dimensão do todo, inclusive do valor, afeta a subjetividade, a consciência, radicaliza-se ainda mais a alienação pois o trabalhador não consegue mais se reconhecer no produto de seu trabalho, é algo estranhado, fora de si. Sobre isso temos a seguinte narrativa:

Um homem desenrola o arame, um outro o estica, um terceiro o corta, um quarto o ponta e um quinto afia a outra extremidade para receber a cabeça; a fabricação da cabeça exige duas ou três operações distintas; o encaixe da cabeça é uma ocupação específica, assim como o é alvejar os alfinetes, mesmo a embalagem dos alfinetes é uma tarefa distinta; e a importante atividade de forjar os alfinetes é, dessa maneira, dividida em cerca de dezoito operações distintas, as quais, em algumas manufaturas, são todas executadas por diferentes operários, embora em outras o mesmo homem às vezes execute duas ou três delas (SMITH, 2012, p. 8).

Sob o prisma marxiano, os seres humanos, através do movimento teleológico permeado pela prévia ideiação, que é objetivada em ações para atender necessidades, ao transformar a natureza, transforma a si mesmo, conseguem a partir do trabalho dar um salto ontológico, constituindo assim uma nova identidade, o ser social.

É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades. O trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana. Primeiro, porque o homem é o único ser que, ao realizar o trabalho, é capaz de projetar, antecipadamente, na sua mente o resultado a ser obtido. Em outros termos, no trabalho tem-se uma antecipação e projeção de resultados, isto é, dispõe de uma dimensão teleológica (IAMAMOTO, 2001, p. 60).

O trabalho no capitalismo adquire uma outra dimensão, é fonte de alienação pois, ao invés de libertar, escraviza, ao invés de humanizar, desumaniza, perde-se a satisfação, o produto do trabalho é apropriado por outros sendo que a riqueza é gerada através do trabalho social, coletivo. Em que há uma “[...] submissão e a dependência do trabalhador assalariado em relação ao capitalista, existem também de modo indireto: o trabalho morto acumulado domina o trabalho vivo” (PACHUKANIS, 2017, p. 144).

Dessa forma as discussões apresentadas até aqui sobre a precariedade social, longe

de esgotar o debate sobre o tema, servem como fundamentação para pensar essa categoria constitutiva da vida social. Outras reflexões podem ser feitas a respeito da mesma, pois sua análise como elemento constitutivo da sociabilidade capitalista carece ainda de maior aprofundamento, apesar de diferentes autores e autoras se debruçarem sobre o tema. De outro modo, o movimento histórico requer que a precariedade social seja pensada como categoria viva, com um modo de ser repleto de particularidades e que sofre mudanças em relação as modernidades do capital.

2.2 Precarização do trabalho enquanto precarização salarial, subproletarização tardia

A presente seção versará sobre aspectos do *salariato* precário e sua intrínseca relação com a precarização do trabalho, em que esta refere-se à “[...] precarização da força de trabalho como mercadoria, isto é, a precarização salarial” (ALVES, 2015, p. 247), que caracteriza-se ainda para além da degradação e rebaixamento dos salários. Para o precariado, que é composto por profissionais com níveis maiores de escolaridade, qualificação, transforma-se em um elemento bastante considerável, pois atinge diretamente o sentido do trabalho para o sujeito da atividade laboral, constituindo uma implicação estranhada, ao afetar assim a subjetividade do trabalhador, que podem ainda se caracterizar em transtornos, adoecimento laboral.

A precariedade do trabalho é “[...] uma condição histórico-ontológica do trabalho vivo sob as condições do capital [...]” (ALVES, 2007, p. 115) uma vez que o trabalhador ao vender sua força de trabalho recebem uma quantia monetária ínfima referente ao que produziu em mercadorias, em disparidade ao tempo de trabalho necessário e o trabalho excedente, este último que se caracteriza como mais valia para o capitalista. O salário dessa forma é determinado pelo preço necessário para a reprodução da força de trabalho. A precarização do trabalho é uma determinação do *salariato* precário, este que envolve a acumulação flexível, o precariado, a subproletarização tardia, a subcontratação, a terceirização, dentre outros aspectos. É ainda “[...] um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho [...]” (ALVES, 2007, p. 114).

Segundo Alves (2007), na segunda modernidade do capital (pós Segunda Grande Guerra Mundial), tem-se o *salariato* fordista-keynesiano, marcado pela ascensão dos

direitos sociais, em meio a um Estado social (providência) consumo ampliado, uma maior estabilidade no emprego, geralmente as pessoas passavam anos e até se aposentavam em uma única empresa. Com a crise de acumulação do capital, a nível mundial, se estabelece na terceira modernidade do capital, a modernidade tardia, o *salariato* precário que "[...] é a afirmação plena da categoria trabalho no sentido histórico de trabalho estranhado" (ALVES, 2007, p. 88). O capital busca se organizar em novas bases, sob a hegemonia do neoliberalismo, com transição para o modelo de acumulação flexível, toyotismo. As (re) inserções no mercado de trabalho são cíclicas, precárias, nisso alicerça-se o exército de reserva, abrangendo "[...] com mais amplitude, desempregados, trabalhadores autônomos, trabalhadores por conta própria e um conjunto de estatutos salariais precarizados" (ALVES, 2007, p. 90). Com o advento do *salariato* precário tem-se também a perda considerável do referencial orgânico de classe, a consciência coletiva se fragiliza, se fragmenta, as lutas se dissipam, apesar de alguns movimentos de resistência. Em contrapartida se fortalecem a exploração, a alienação, o estranhamento, pontos primordiais para a dominação do capital sobre o trabalho.

Para Castel (1998), no Brasil não se estabeleceu de fato como uma sociedade salarial (generalização) visto que o país não alcançou a condição de quase ou pleno emprego do período keynesiano, o Estado de bem-estar social propriamente dito. Desenvolveram-se processos vulnerabilizados, com uma proteção social distante do que vigorava nos países centrais. Com cerco aos estáveis, crescimento exacerbado do desemprego, perda de direitos recém conquistados, mediante a crise estrutural e o avanço do neoliberalismo, que aporta a ruptura, degradação, da já frágil relação salarial que associava trabalho e segurança, amparo social, ao encontro de um aprofundamento da precariedade, precarização do trabalho.

Conforme Mony e Druck (2007), a precarização do trabalho no cenário brasileiro contemporâneo caracteriza-se essencialmente dos resultados e impactos da flexibilização, da segmentação dos trabalhadores, da individualização, da heterogeneidade, da informalização do trabalho, do enfraquecimento dos coletivos, sindicatos, centrais sindicais, da perda de direitos. Soma-se a isso ainda os baixos salários, as condições de trabalho, vida e saúde que são duramente atingidas por tais aspectos basilares, visto que a "[...] precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno" (MONY; DRUCK, 2007, p. 32). No qual verifica-se também que desde sua gênese "[...] o processo de formação e

consolidação do trabalho assalariado se deu sob condições precárias” (MONY; DRUCK, 2007, p. 24). Isto é, o “novo” se manifestando em meio ao “arcaico.”

O *salariato* precário decorre “[...] da precarização intensa das condições de contratação salarial do proletariado” (ALVES, 2007, p. 91) sendo uma alteração na forma salarial. Amparado, legitimado inclusive com a chancela do Estado, que torna-se menor para os interesses da classe trabalhadora, com perda ou até mesmo metamorfoseando direitos (tolhidos, flexibilizados), que genericamente ocultam, mascaram a precarização e deixam fluir a ideia de “ganhos” ao invés de significativos prejuízos aos trabalhadores.

A precarização do trabalho no país em seus desdobramentos mais recentes busca estruturar-se na contrarreforma aprovada em 2017 Lei 13.467/17, a “Modernização Trabalhista” que afeta diretamente a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho Decreto-Lei 5.452/43) em um retrocesso histórico nas relações trabalhistas. De acordo com Lenzi (2018) altera o texto da legislação sobre: jornada de trabalho, remuneração, trabalho intermitente, parcial, remoto, negociações, contribuição sindical, gravidez, terceirização e outros, que é

[...] caracterizado por um processo *de precarização estrutural do trabalho*, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar a legislação social do trabalho significa, não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso, aumentar ainda mais os mecanismos de extração de sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro (ANTUNES, 2007, p. 17).

Muda o caráter do direito trabalhista, impõe-se uma nova cultura ao mundo trabalho. Dentre essas mudanças destacam-se conforme Lenzi (2018): a não obrigatoriedade do imposto sindical, que tornou-se “contribuição”, só é descontado com autorização do trabalhador. Compreende-se que tal alteração direciona-se para o desmonte, sucateamento dos sindicatos, afim de desmobilizar, deslegitima as lutas de base organizada da classe trabalhadora. As grávidas (ou amamentando) poderão trabalhar em locais com níveis até “médios” de insalubridade, o que para patrões não configura-se como risco para a mãe e o bebê. Já o trabalho intermitente a remuneração é por hora, o “contrato” de trabalho não é contínuo. A carteira de trabalho não é assinada e o amparo social com ela sucumbido.

Ao encontro desses processos da contrarreforma trabalhista está a subproletarização tardia que, para Alves (1999), constitui-se também como degradação do trabalho vivo, em

uma forma ainda mais aguda, assim como as outras formas de precarização na era da globalização, mundialização do capital. É composto pelos demais operários industriais “[...] que são incorporados à periferia da produção, em sua maioria com empregos precários, temporários e com níveis de salários inferiores (ALVES, 1999, p. 143). Corroborando ainda mais na fragmentação, cisão da classe trabalhadora. A subproletarização tardia é inclusive a nova precariedade do trabalho assalariado, que se configura não somente nos setores tradicionais e de serviços, mas também nos setores modernos da produção. É parte estrutural, essencial de um novo complexo do trabalho, que implica ainda em precarização salarial, rotatividade, insegurança no emprego, tempo parcial de trabalho, flexibilização, direitos surrupitados. É uma parcela considerável do proletariado pós-industrial, isto é, do proletariado sem direitos, sendo perspectiva primordial para o capitalismo assim como o desemprego estrutural, “[...] é um aspecto dissimulado da nova exclusão social [...]” (ALVES, 1999, p. 152). Sendo um dos grandes problemas no mundo do trabalho contemporâneo.

Em suma, compreende-se que a precarização do trabalho, fora todos os percalços denotados anteriormente que repercutem para a classe trabalhadora, se estende ainda para as demais relações sociais, pessoais, familiares, para além daquelas estabelecidas pelo espaço de assalariamento ou na informalidade que não exige um espaço físico de trabalho necessariamente, do qual a relação entre a precarização salarial e a precarização existencial tem seus desdobramentos, facetas mais ríspidas na precarização da pessoa humana que trabalha.

2.3 Precarização existencial e a precarização da pessoa humana que trabalha

No mundo capitalista contemporâneo em constante movimento, transformação, os rebatimentos dos processos de precarização no mundo do trabalho “[...] põe-se não apenas como precarização salarial, mas precarização existencial, alterando os registros históricos da questão social no século XXI” (ALVES, 2013a, p. 235) e que estão cada vez mais presentes na vida cotidiana de trabalhadores, aqui em destaque os assistentes sociais. Afim de ampliar o debate sobre esses importantes conceitos que reverberam no mais íntimo, na subjetividade das pessoas, causando inclusive sofrimento das mais diversas ordens, nesta seção aborda-se aspectos inerentes à precarização existencial e à precarização da pessoa humana que trabalha.

De acordo com Moraes e Fernandes (2016), em entrevista concedida por Giovanni Alves, a precarização do trabalho se estende para além do local de labor, em uma relação entre a precarização estrutural e a precarização existencial. Esta que caracteriza-se pela precarização das relações de existência, que repercute no plano da reprodução social, em outros campos da vida pessoal, é um modo de existência que degrada a vida do trabalhador. Como por exemplo na mobilidade urbana, o trânsito (no qual o tempo de trabalho se estende para além do contrato formal, por conta do grande período de deslocamento) também com aumento da violência, do não acesso aos espaços de lazer, principalmente nas grandes cidades. Relaciona-se intrinsecamente ao modo de vida das pessoas, em que a precarização existencial se manifesta no dia a dia, essa que “[...] diz respeito a relação que você faz entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer, o tempo de vida, as relações que você tem lá fora. Você pode pensar também as relações de consumo, ela é parte da reprodução” (MORAES; FERNANDES, 2016. p. 432). Isto é, refere-se a forma como as pessoas organizam o seu tempo entre trabalho, divertimento, vida social, em família e até mesmo referente a maneira como consomem e o que consomem. O que traz consequências, impactos em particular para cada um, com condições de vida cada vez mais precárias.

Daí decorre os processos de precarização que não se restringem apenas a esfera da venda da força de trabalho e do assalariamento, mas invadem a esfera da vida pessoal, articulando e subsumindo o tempo de vida ao tempo da jornada de trabalho. Convertendo, inclusive o tempo do ócio em tempo dedicado a reprodução das relações que constituem o emaranhado de mediações do sociometabolismo do sistema do capital (RICHTER; SILVA, 2018, p. 72).

Dessa forma, identifica-se como primordial compreender a precarização para além do espaço de trabalho (alguns não tem um espaço físico fixo necessariamente) e do aspecto salarial, ou seja, para aquela precarização que rebate, repercute diretamente na vida das pessoas, a precarização existencial, que assinala-se como

[...] a precarização das condições de existência da pessoa que trabalha tendo em vista a vigência do modo de vida *just in time*⁸ e a presença do fenômeno da “vida reduzida” (a precarização existencial não implica apenas a degradação do meio ambiente de trabalho, mas a degradação do meio ambiente da vida social e da vida cotidiana). O resultado efetivo é a precarização do trabalho vivo, isto é, a precarização da pessoa que trabalha, que se manifesta pelos sintomas de adoecimento laboral (ALVES, 2015, p. 247).

Para Antunes e Praun (2015) essa precarização atinge a pessoa humana que trabalha (independente da condição salarial pela premissa de proletariedade), afeta por meio do adoecimento, pela ansiedade, transtornos, depressão (saúde mental) e também por outros problemas inerentes ao próprio desenvolvimento do trabalho, como a LER (Lesão por Esforço Repetitivo), ‘acidentes’ de trabalho, especialmente aqueles referentes a lesões osteomusculares, rebatimentos de nexos laborais, ligados ao trabalho, inclusive afetando também os assistentes sociais. Sendo que essas mudanças “[...] “vêm produzindo indicadores de acidentes e doenças profissionais cada vez mais altos, mesmo que, por conveniência política e econômica, impere a não notificação, que se expressa de forma ainda mais aguda no caso das doenças profissionais” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 409).

A pressão pela capacidade imediata de resposta dos trabalhadores às demandas do mercado, cujas atividades passaram a ser ainda mais controladas e calculadas em frações de segundos, assim como a obsessão dos gestores do capital em eliminar completamente os tempos mortos dos processos de trabalho, tem convertido, paulatinamente, o ambiente de trabalho em espaço de adoecimento (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 414).

Conforme Antunes e Praun (2015) os processos de adoecimento trazem a reboque também processos de individualização do trabalho, rompendo laços de solidariedade que afetam a subjetividade, impactam nas estratégias coletivas de defesa, luta e resistência. Perde-se esse sentimento de pertencimento, de coletividade, que se manifestava

⁸De acordo com Ferreira (2008, p. 30) caracteriza-se como “[...] o aproveitamento máximo do tempo de produção, com a adoção do sistema *kanban*, placas ou senhas de comando que visam à reposição mínima de peças e de estoque; a fábrica / empresa horizontaliza o processo produtivo e transfere a terceiros o que antes era produzido no seu interior; através dos círculos de qualidade, há uma nova apropriação do saber fazer intelectual do trabalho pelo capital, o que era desprezado nas formas de gestão taylorista e fordista.”

na capacidade de mobilização coletiva e na presença de entidades sindicais politicamente fortalecidas, o que sem dúvida também contribuía no sentido do amparo aos trabalhadores frente ao sofrimento vivenciado dentro e fora do local de trabalho. A ofensiva do capital sobre o trabalho, ao submetê-lo à lógica destrutiva do capital, promovendo a individualização e o isolamento é, nesse sentido, uma ação que busca cotidianamente desmontar sua manifestação de classe historicamente antagônica aos interesses da ordem capitalista (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 416).

A intensificação do trabalho acaba se traduzindo em uma série de agravos à saúde do trabalhador, não recaíndo 'somente' a essas pessoas, mas se estendendo muitas vezes aos demais, se espraiando também nas relações sociais inerentes. “A doença do trabalho vivo é a expressão da degradação da dignidade da pessoa humana pelo movimento do capital” (ALVES, 2015, p. 248). Nos quais são ampliadas “[...] as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho” (RAICHELIS, 2011, p. 421). Além dessas formas de precarização, é necessário dar visibilidade, com a ampliação de mais estudos, pesquisas, de como isso se estende aos trabalhadores assistentes sociais enquanto integrantes do precariado, visto que na práxis profissional, a intervenção também é afetada por tal precarização.

Para Moraes e Fernandes (2016), a precarização da pessoa humana que trabalha resulta da precarização existencial e salarial, “[...] do consumo da força de trabalho como mercadoria no plano do local de trabalho [...]” (MORAES; FERNANDES, 2016, p. 433) que, por sua vez, afetam diretamente o modo de vida. Isso que decorre da “[...] precarização estrutural do trabalho e depois, adquirisse o estatuto social de precarização existencial ou ainda, precarização do homem que trabalha” (ALVES, 2013a, p. 236). A partir principalmente do Toyotismo⁹, isto não reestrutura tão somente as empresas, com uma nova organização do trabalho, com a acumulação flexível de capital, mas também “[...] o modo de produção da vida, que implica tanto a condição salarial quanto a condição da existência no plano da reprodução” (MORAES; FERNANDES, 2016, p. 433). Modifica-se, assim, as relações sociais, a forma como as pessoas relacionam-se umas com as outras, convivências essas cada vez mais atravessadas pelos valores burgueses, como o egoísmo, o individualismo, a meritocracia, a competição, a hostilidade. Averigua-se que

⁹“Expressa a forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no Pós-45, cujos traços principais são: produção flexível, existência de grupos ou equipes de trabalho utilizando-se crescentemente da microeletrônica e da produção informatizada. A produção é bastante heterogênea, os estoques são reduzidos e há forte processo de terceirização e precarização do trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 19).

[...] a precarização do trabalho hoje não é uma precarização só dos pobres, dos proletários propriamente ditos, aqueles que conhecemos sendo como sendo classe trabalhadora. Hoje a precarização do trabalho atinge inclusive essas camadas médias, os profissionais, aqueles trabalhadores que muitas vezes não têm uma identificação com a classe trabalhadora, e nós nem os reconhecemos como trabalhadores. Muitos são agentes públicos, que têm uma vinculação com o poder. Mas a precarização do trabalho, a ofensiva do capital e a degradação atingem estes contingentes. Eles estão sofrendo também com a precarização. Não propriamente com a precarização no plano da remuneração. Eles ganham bem, mas a questão é outra. A questão é que a precarização se dá nas condições da existência e também na dimensão da pessoa humana que trabalha (MORAES; FERNANDES, 2016, p. 435- 436).

Conforme Moraes e Fernandes (2016), compreende-se que essa precarização em suas mais diversas facetas, atinge outros segmentos da classe trabalhadora, inclusive aqueles que nem se identificam como tal, atravessados pela lógica da alienação, estranhamento social, não reconhecimento enquanto classe. Fragmenta as lutas, a consciência e a solidariedade de classe, causa estranhamento entre as pessoas, que independente do nível de escolaridade e salarial vendem sua força de trabalho, por não deterem os meios de produção, ou seja, por não serem os capitalistas, donos do grande capital. O fetichismo da mercadoria tem também importante papel nesse cenário, visto que sua natureza permeia-se em ocultar o trabalho social. O estrato social o qual pertencem, a condição de consumo mais elevado, o prestígio, (inclusive da própria profissão frente à divisão sócio-técnica do trabalho) dificultam a crítica dessa camada social média de trabalhadores ao capital.

É importante salientar que as discussões suscitadas não findam-se no presente estudo, que busca colocar em debate alguns dos processos sociais que repercutem na vida da classe trabalhadora cotidianamente, em meio as desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista.

3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

3.1 Crise Estrutural do Capital e a reestruturação produtiva

A presente seção aborda aspectos primordiais da transição do padrão, modelo de gestão, taylorista e fordista para o toyotista em meio ao cenário mundial de crise de acumulação de taxas de lucro no capitalismo, que buscava se reestruturar em outros parâmetros. De acordo com Cattani (2002), o taylorismo baseia-se na produção em massa, na dicotomia entre a execução, planejamento, segmentação (trabalho fragmentado), com a divisão entre trabalhadores especialistas e os do "chão de fábrica", ainda com o controle dos movimentos e do tempo do trabalhador, através de cronômetros. Interferindo diretamente na sua autonomia, capacidade de pensar, perpetuando alienação e fragmentação no espaço de trabalho.

O fordismo é um sistema de gestão e produção de trabalho proposto por Henri Ford no início do século 20, e possui algumas semelhanças com o taylorismo, como a separação entre planejamento e execução, e o trabalho fragmentado e simplificado que exige pouca capacitação por parte dos trabalhadores executores. De certo modo, eles perdem suas qualificações, que passam a ser incorporadas à máquina (FERREIRA, 2012, p. 19)

Já o padrão fordista, de acordo com Larangeira (2002), além de intensificar os processos do modelo de produção anterior, tem o trabalho regulado pelo ritmo da esteira, o trabalhador tornam-se apêndice da máquina, requer também uma população com poder de compra, usou como estratégia a diminuição dos preços, do consumo em massa, isto é, uma população com poder de compra, visando ainda mais lucro, no caso pela quantidade. Com a gestão fordista gerou-se a necessidade de um Estado intervencionista, a criação de políticas públicas, também de estratégias de negociação com os sindicatos, afim de possibilitar a classe trabalhadora o acesso, consumo dos produtos via salário. Ambos modelos não se efetivaram plenamente nos países periféricos como o Brasil, pois os processos de exclusão que resultaram da forte concentração de renda não viabilizaram a criação de um mercado consumidor em massa generalizado.

Para Iamamoto (2015) esse modelo não utilizava tão somente a força de trabalho na fábrica, mas sobretudo se espraiava e interferia na reprodução das relações sociais, no modo de vida em sociedade, isto é, como uma ideologia que organizava tanto a produção material

como a vida social. Ampliava-se ainda mais os mercados, expandia a economia concomitantemente à processos de desigualdades sociais e econômicas. Segundo Gaspar (1999), no âmago dessas implicações delineava-se ainda a alta dos preços dos produtos, a detonação das dívidas públicas, a ampliação financeira, a queda das taxas de lucro, entre outros. O que trouxe instabilidade a combinação dos padrões taylorista-fordista, gerou-se um período de recessão e instabilidade econômica. Frente ao cenário de crise tem-se uma mudança geográfica, a transição do centro de acumulação de capitais para a Alemanha e Japão, do qual os Estados Unidos perdeu a hegemonia da economia ocidental.

O período de pós-guerra (1945-1973) é marcado por avanços do capitalismo até a grande recessão de 1973, ou seja, as regras de produção, consumo, lucro, mercado já não respondem a acumulação do capital. Frente a esta crise, o capital necessita rapidamente de novas bases de organização no padrão de produção, consumo, lucro para continuar expandindo-se (GUIMARÃES; ROCHA, 2008, p. 24-25).

Segundo Ferreira (2012), a crise estrutural do capital (a nível mundial, de superprodução, em massa) na década de 1970, esgota os padrões taylorista e fordista, que não davam mais conta de ampliar as taxas de lucro. Em que a intensificação do neoliberalismo à nível internacional também corrobora. Engendra-se dessa forma o Toyotismo, com o objetivo de reestruturar a base produtiva, assegurar a liberdade do mercado, redesenhar a divisão internacional do trabalho, ampliar a acumulação de padrão flexível. Isto é, o “[...] processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo” (ALVES, 2007, p. 156). Tem-se a ascensão do modelo japonês em oposição a rigidez do padrão anterior, sob forte influência patronal, visando também subordinar os direitos trabalhistas. Dessa forma esse novo processo é

[...] impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica, passa a requerer novas formas de estruturação dos serviços financeiros, inovações comerciais, o que vem gerando e aprofundando uma enorme desigualdade do desenvolvimento entre regiões, setores etc., além de modificar substancialmente as noções de espaço e tempo (IAMAMOTO, 2015, p. 31).

O padrão de gestão e produção toyotista denota a ampliação do capitalismo de monopólios, financeirização, mundialização, globalização de capitais, onde a produção é por demanda, flexibilizada, estoque mínimo, depende assim do desenvolvimento e uso

massivo de tecnologia, informática, microeletrônica, substituição do trabalho vivo pelo das máquinas, robotização, automação “[...] por conta da nova forma de produção de capital – a maquinofatura – instaurou-se uma nova dimensão da precarização do trabalho como precarização existencial [...]” (ALVES, 2013a, p. 247). Ao encontro do aumento das taxas de lucro e acumulação, reduzindo custos operacionais, bem como no incremento da qualidade, rapidez e da produtividade enxuta. Caracteriza-se como uma resposta ao Estado interventor, inclusive com desregulamentação dos mercados cambiais. Devido ao padrão de acumulação flexível (toyotismo) acontecem modificações nas condições de gestão social e técnica da organização do trabalho. Mas essas mudanças no mundo do trabalho também acentuaram a tecnificação e a potencialização da força produtiva, onde exige-se cada vez mais qualificação e especialização.

O trabalhador é obrigado a se adequar às novas exigências da produção de mais-valia. Tanto a flexibilização do trabalho quanto do trabalhador, é comandada por um novo padrão de racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital, lançado em escala global (IANNI *apud* FERREIRA, 2012, p. 24)

Apropria-se do saber intelectual do trabalhador, o implica-se na captura de sua subjetividade, na intensificação dos processos de alienação. Exige-se mais qualificação, especialização, polivalência (execução de várias tarefas, não acompanhado necessariamente do aumento do salário), inclusive para profissionais assistentes sociais, em que no Brasil a partir principalmente dos anos 1990, “[...] o Estado neoliberal em processo de reestruturação produtiva, [...] reorganizou o trabalho público nas últimas décadas sob a ótica dos métodos de gestão toyotista acoplado às novas tecnologias informacionais” (ALVES, 2015, p. 2). Prioriza a política econômica em detrimento da área social, como um “*Robin Hood* às avessas”, tira dos pobres para dar aos ricos. Um estado “Minimax”, mínimo para a população e máximo para o mercado (SALVADOR, 2010).

Visto que “o saldo deixado pela reestruturação produtiva confirma-se no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais: exploração, inserção precária no mundo do trabalho, sofrimento, adoecimento, profissional, entre outros aspectos” (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 100). Tem-se concomitantemente à destruição de postos de trabalho, também a informalidade, subempregos, subcontratação, flexibilização, etc. O que conforme já apontado por Marx (1996), gera o exército de reserva, população sobrando sem emprego, precariza ainda as relações sociais no mercado de trabalho. As conquistas históricas da

classe trabalhadora, direitos começam a ser questionados, perdem base, legitimidade, são dizimados. Perfaz-se essa seção com a pretensão de apresentá-la em linhas gerais, elementos essenciais, ao apontar seus principais rebatimentos no campo da vida social, impregnados pela fragilização sindical, da luta, consciência e resistência da classe trabalhadora, ampliação das desigualdades, a fim de trazer subsídios para a seção a seguir, que trata sobre desemprego.

3.2 Desemprego no capitalismo contemporâneo brasileiro

Nessa seção o estudo se propõe versar sobre um dos elementos centrais para o desenvolvimento do capitalismo, o desemprego que recai nos “ombros” de trabalhadores em meio as crises do capital. Conforme Antunes (2007), há um processo em curso à nível mundial em que alastra-se a precarização do trabalho e, os assistentes sociais como camada social do proletariado (precariado) não estão livres desses processos, no qual o desemprego estrutural é a sua forma mais agressiva. No Brasil, com a adesão ao receituário neoliberal (através do Consenso de Washington de 1989), o cenário de crise do capital (que chegou tardiamente ao país) preconizou-se como deturpador de contrarreformas (pois só beneficiavam o capital), barrando os avanços sociais há pouco instituídos pela Carta Magna, a Constituição Federal de 1988.

Ao adotar as medidas de desregulamentação do trabalho e da produção, através da reestruturação produtiva (transição do padrão taylorista-fordista para o toyotismo, acumulação flexível) da nova divisão internacional do trabalho (mutações no caráter técnico da produção, mudanças, migrações de territórios das empresas), aspectos esses ligados diretamente ao desemprego estrutural. Tem-se a perda e destruição massiva de postos de trabalho, intensificação da jornada de trabalho, indo ao encontro também da precarização, terceirização/subcontratação, achatamento dos salários e enfraquecimento dos movimentos políticos e sindicais. Inclusive com uma migração expressiva do trabalho formal (com CTPS assinada) para o trabalho informal, precário, distanciando-se do amparo da legislação trabalhista (direitos).

Para Borges (2007), a precariedade no Brasil assumiu um novo patamar mediante a aplicação dessa agenda neoliberal iniciada na década de 1990, do qual mescla velhos com novos aspectos, reconfigurando o mercado de trabalho brasileiro. Tem-se como principais elementos a instabilidade dos vínculos, uma proporção menor de vínculos protegidos, o

predomínio de postos de trabalho com menor remuneração, desemprego crescente e intensificação e longa duração da jornada de trabalho.

[...] quase um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural (ANTUNES, 2007, p. 13).

Segundo Antunes (2007), partir dos anos 1980, principalmente na década de 1990, vislumbra-se um choque de contradições. Ao passo da informatização do trabalho, com o aumento da tecnologia, robótica, automação (era digital), tem-se na mesma esteira, em voga, a informalização do trabalho, com a ascensão dos trabalhos terceirizados, flexibilizados, subcontratados, precarizados, intermitentes, em tempo parcial. A modernização que poderia ser para acesso em comum, coletivo, em benefício comum a humanidade, ao invés de servir as pessoas, se serve delas, as tornando substituíveis, obsoletas, descartáveis. Vive-se o “[...] processo de *liofilização organizacional* que permeia o mundo empresarial, onde as substâncias vivas são eliminadas, como o *trabalho vivo*, sendo substituídas pelo maquinário tecno-informacional presente no *trabalho morto*” (ANTUNES, 2007, p. 16).

Interfere-se ainda no papel do Estado enquanto mediador, regulador (com o amparo da proteção social, direitos) na relação entre patrões e empregados, ao restringir essa função e fortalecer a liberdade de ação do capital. Assim, a inovação tecnológica, dá base à lógica de acirramento, competição, individualismo. A terceirização/subcontratação flexibiliza os contratos de trabalho, gera instabilidade funcional e remuneração inferior aos trabalhadores, afeta e precariza ainda mais a relação salarial. Torna-se ainda importante salientar que sujeitos sociais sofrem esses desdobramentos. Para Antunes (2007), compreende-se por classe trabalhadora

[...] a totalidade dos assalariados homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, a *classe-que-vive-do-trabalho* e que são despossuídos dos meios de produção. [...] devemos incorporar a totalidade do trabalho social e coletivo, que vende sua força de trabalho como mercadoria, seja material ou imaterial, em troca de salário. E devemos incluir também o enorme contingente de força de trabalho que não encontra emprego, mas que se reconhece enquanto parte da classe trabalhadora desempregada (ANTUNES, 2007, p. 18).

De acordo com Borges (2007), colocou-se em contradição nos anos 1990 o mito de que a alta taxa de desemprego seria por conta da baixa escolaridade dos trabalhadores, visto que houve uma significativa elevação da taxa de escolaridade, nível médio e superior, a constituição do precariado. Proporcionando um outro fenômeno, em que além da escolaridade maior não garantir necessariamente uma re (inserção) no mercado de trabalho, ainda propicia ao capital usar essa mão de obra mais qualificada em postos de trabalhos mais simples, sem levar em conta a formação profissional de origem, super explorada, no qual destaca-se negativamente a terceirização que “[...] tem se constituído num poderoso mecanismo de precarização dos segmentos mais escolarizados da força de trabalho” (BORGES, 2007, p. 93. A flexibilização, a precarização do trabalho trazem consigo um intenso processo de destruição de direitos, conquistas das lutas da classe trabalhadora e afetam diretamente o modo de vida das pessoas.

O trabalho estável torna-se, então (quase virtual). Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico” [...] o caso do empreendedorismo, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar, neste cenário aberto pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva, das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa (ANTUNES, 2007, p. 17).

Segundo Borges (2007) o autoempreendedorismo, a pejotização, o microempreendedorismo, o trabalho autônomo, além de não trazerem necessariamente um maior rendimento, aumentando ainda a intensificação da jornada de trabalho, são para o capital formas da pessoa em situação de desemprego, resolver no âmbito particular a sua (re) inserção no mercado de trabalho, além de descaracterizar, mascarar a relação de emprego, o Estado distancia-se e desresponsabiliza-se ainda mais nesse cenário. Esses trabalhadores, fora do âmbito da proteção social do emprego protegido, constituem um número crescente de pessoas idosas e ou ‘inválidas’ para o capital sem o amparo previdenciário, a mercê de políticas assistenciais de transferência de renda.

Já no cenário mais recente, conforme Amorim (2017), em 2008 (com fortes traços em 2006) tem-se outra importante crise do capital (Banco Lehman Brothers e do setor imobiliário estadunidense) a nível mundial, que com a globalização, se espalhou com efeito dominó a outros países capitalistas, inclusive o Brasil. Houve forte recessão e desemprego,

atingindo os mais jovens e com falência de várias empresas. O tipo de crédito que gerou esse colapso financeiro consistia no fato dos bancos emprestarem dinheiro, fazer financiamento considerado de “segunda linha”, para pessoas em situação de desemprego, sem outros bens como garantia, geralmente só a casa onde morava, hipotecando o imóvel mais de uma vez para financeiras diferentes, gerando inadimplência. Os bancos juntavam dívidas de alto e baixo risco e vendiam em pacotes, títulos, o CDO (Obrigações de dívida com garantia) para investidores do mundo inteiro, por isso a "quebradeira geral." O governo americano baseado nas teorias de desregulamentação do mercado, auto regulação (ideal liberal, neoliberal) nada fez para intervir efetivamente em tal situação antes do estouro da “bolha”.

Seus efeitos mais imediatos no cenário brasileiro de acordo com Lima e Deus (2013, p. 53) “[...] as exportações brasileiras foram fortemente afetadas a partir de 2008 e os setores de construção civil, automóveis, agricultura e de móveis e eletrodomésticos sentiram a queda da produção e diminuição acentuada de suas vendas.” Afetou o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro que estava em alta, visto que a economia brasileira encontrava-se em um cenário de pico, com o aumento do consumo 21,5%, das taxas de investimento de 44,8%, do aumento das exportações, bens e serviços, houve então a queda nas vendas, (entre 2004 e 2008), falta de dinheiro para empréstimos pelos bancos, restrição de crédito, variação cambial do dólar, inflação, baixa e alta dos juros, trazendo desestabilização da economia no Brasil que estava em ascensão, em um ciclo de liquidez internacional.

A retração na economia e as taxas de desemprego só não foram mais expressivas como em outros países por conta das medidas que o governo Lula adotou com destaque a “[...] expansão da liquidez, políticas macroeconômicas expansionistas e controle do câmbio” (LIMA; DEUS, 2013, p. 58), com efeitos já a partir de 2008-2009, se recuperando se maneira relativamente rápida, onde o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve um importante papel com o aumento do investimento público em obras de infraestrutura e em ações sociais (SINGER, 2009).

As discussões acima suscitadas buscam trazer aspectos primordiais para um melhor entendimento dessa categoria, que tanto aflige a vida da classe trabalhadora e não menos a do assistente social que sofre também rebatimentos das mudanças no mundo do trabalho e o avanço do desemprego. Que até agosto de 2018 atinge o número de 12,7 milhões de

pessoas, o que corresponde a 12,1% da população economicamente ativa. Além de 6,7 milhões de subocupados que trabalham menos de 40 horas por semana, trabalho intermitente e ainda 4,8 milhões de pessoas desalentadas, que desistiram de procurar emprego (ALVARENGA; BRITO, 2018).

3.3 A precarização do trabalho dos assistentes sociais e o advento do precariado

O debate sobre a precarização do trabalho dos assistentes sociais não se refere tão somente as suas condições laborais no espaço sócio-ocupacional. Afeta sobretudo a própria capacidade ético-política da profissão, suas respostas profissionais e a forma como atendem as necessidades, demandas sociais. Trata-se de formas de precarização e de precariedade que comprometem a efetivação dos direitos sociais pelas instituições que integram a organização das diferentes políticas sociais públicas. Ou seja, o resultado do trabalho dos assistentes sociais extrapola a individualidade do profissional, pois é um resultado que deve ser compreendido no quadro das determinações sociais.

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional (IAMAMOTO, 2001, p. 62-63).

De acordo com a autora, a autonomia relativa envolve as condições concretas no trabalho cotidiano de assistentes sociais. Permeada por constantes correlações de forças, disputas, demandas tanto institucionais, como de usuários, contradições, condição de assalariamento, em meio a qualificação profissional, atribuições e competências do profissional, estes pertencentes também à classe trabalhadora, sofrendo os mesmos rebatimentos das demais categorias, no qual “[...] a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção sócio institucional na sociedade” (IAMAMOTO, 2001, p. 62). Isto é, coloca condições objetivas, materiais, no trabalho dos assistentes sociais, que repercutem diretamente no atendimento das demandas, necessidades sociais dos usuários e, também de sua própria vida.

A rotina institucional impõe muitas demandas às assistentes sociais, a alienação é imposta por ritmos acelerados e múltiplas tarefas, o que dificulta o processo de reflexão acerca do objeto, dos meios e do produto do seu trabalho, no cotidiano (FERREIRA, 2008, p. 68).

Conforme apontado pelo autor, é possível perceber que a lógica tecnicista e mecanicista é um desafio constante no trabalho profissional, visto a polivalência muitas vezes exigida no cotidiano. Frisa-se ainda que não deve haver culpabilização dos profissionais, pois a sobrecarga de trabalho impacta diretamente na reflexão sobre o processo interventivo, visto que também são trabalhadores assalariados, que em vários casos tem contratos de trabalhos "frágeis" não concursados, inclusive sofrendo influxos como os demais trabalhadores no mundo do trabalho.

[...] somos profissionais cuja prática está direcionada para fazer enfrentamentos críticos da realidade, portanto precisamos de uma sólida base de conhecimentos, aliada a uma direção política consistente que nos possibilite desvendar adequadamente as tramas conjunturais, as forças sociais em presença. É neste espaço de interação entre estrutura, conjuntura e cotidiano que nossa prática se realiza. É na vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos que as determinações conjunturais se expressam. Portanto, assim como precisamos saber ler conjunturas, precisamos saber ler também o cotidiano, pois é aí que a história se faz, aí é que nossa prática se realiza (MARTINELLI, 2006, p. 14)

De acordo com a autora, entende-se que é primordial na ação cotidiana profissional a cadeia de mediações nos processos interventivos, permeadas pelas sucessivas aproximações, ancoradas na intencionalidade, assim fundamentadas no referencial de adensamento teórico crítico marxista. Este é o momento onde é indispensável a articulação das competências teórico-metodológicas, técnico-operativa, ético-política com as habilidades (como a escuta sensível, por exemplo) para dessa forma fazer conexões com a realidade, desencadeando nos processos de trabalho do Serviço Social. Dessa forma, começa-se a apreender o objeto institucional, dando início ao processo de intervenção, indo ao encontro da reelaboração do objeto. Nega-se a aparência positiva do fenômeno, ao buscar entender as contradições, a historicidade, a totalidade determinada por mediações. Apreende-se assim que este não é imediatamente o objeto de trabalho profissional, mas sim a aparência fenomênica, das expressões da questão social, objeto da política social.

A questão social, que de acordo com Iamamoto (2011) caracteriza-se como conjunto das disparidades, desigualdades da sociedade capitalista madura, chega até as instituições por meio de uma de suas expressões, que podem ser evasão escolar, fome, uso abusivo de

drogas, desemprego, dentre outros. Estas que são a aparência fenomênica de diferentes demandas institucionais enquanto objeto dado para o trabalho profissional, que devem ser reelaboradas pelos assistentes sociais enquanto fragmento do objeto genérico da profissão e priorizadas enquanto demandas sociais. Assim o objeto de planejamento é

[...] o segmento de uma realidade total que lhe é posto como desafio. A autora afirma que, na prática, a reelaboração do objeto tem sempre como ponto de partida a demanda institucional. No entanto, a intervenção não se limita aos objetivos institucionais, e o profissional reelabora o objeto de intervenção a partir da identificação das demandas da população usuária e de suas decisões profissionais. Esse processo não implica a negação da demanda institucional, mas sim a revisão dos objetivos iniciais, a partir da realidade da instituição e dos usuários (BAPTISTA *apud* FERREIRA, 2008, p. 70).

A partir do explanado entende-se como primordial a superação da tomada da demanda institucional (expressão da questão social) como sendo imediatamente o objeto profissional. Assim, o projeto de trabalho profissional não pode assumir uma relação de identidade com o discurso institucional, pois embora possa dialogar com este, sua direção ético-política não é desta ou daquela instituição em particular. Em meio as intervenções e sucessivas aproximações reelabora-se o objeto, visando superar níveis de alienação e romper com alguns processos sociais excludentes, de inclusão precária ou de violação de direitos.

Faz-se necessário o processo de conhecimento para a reelaboração do objeto, saindo da demanda aparente visando a atividade profissional competente, compromissada com a transformação social de um dado setor da realidade em face das características assumidas pela relação entre Estado e sociedade civil e as formas de sociabilidade, constrangidas pelas consequências e exigências da crise estrutural do capital. Para as instituições a centralidade da intervenção no âmbito da vida social é tão somente a expressão da questão social, apontada pela política ao qual está atrelada e ainda assim por vezes pensa-se no direcionamento desta intervenção deslocado dos fundamentos econômicos, políticos e culturais, remetendo-a superfície das relações sociais. O assistente social trabalha com as políticas sociais, dos quais é uma de suas ferramentas, estas que tem o foco institucional apenas nas expressões e não na própria questão social, pois além de não visar mudança no *status quo*, ainda intervém nas demandas dos sujeitos de forma aparente, focalizada, fragmentada.

Diante disto, importa dizer que a precarização do trabalho dos assistentes sociais e de outros profissionais que trabalham nas políticas sociais ocorre em prejuízo não apenas das condições éticas e técnicas, mas da própria efetivação dos direitos nas suas diferentes modalidades. Isso requer que os assistentes sociais ampliem os processos de diálogo e de alianças com outras categorias e com os usuários buscando ampliar de modo particular, nos espaços sócio ocupacionais a autonomia relativa e processos emancipatórios, nos diferentes processos de trabalho que se insere. Esta vinculação com outras categorias, com usuários e instituições da sociedade civil representa a possibilidade de um relacionamento com os espaços de trabalho não como indivíduo isolado, mas como profissional que integra o trabalho de uma rede de instituições e sujeitos organizados. Isso leva em consideração o fato de que

[...] o Serviço Social é uma atividade que, para se realizar no mercado, depende das instituições empregadoras, nas quais o assistente social dispõe de uma relativa autonomia no exercício do seu trabalho. Dela resulta que nem todos os trabalhos desses profissionais são idênticos, o que revela a importância dos componentes ético-políticos no exercício da profissão (IAMAMOTO 2011, p. 70-71).

A autonomia relativa, o processo de conhecimento para intervir, são mecanismos profissionais que visam processos emancipatórios, de resistência, frente à lógica dominante burguesa. Esse processo será sempre um desafio no trabalho cotidiano, na condição de assalariado, na contracorrente dos processos institucionais. Visa assim a superação tanto da visão fatalista, como messiânica, pois considera a ação política dos sujeitos, vislumbrando limites, mas também possibilidades.

Conforme Iamamoto (2011), o messianismo e o fatalismo são posições antagônicas no tocante à intervenção. O messianismo constitui-se como uma visão heroica da profissão, reforçando a subjetividade do sujeito da ação, a sua vontade de fazer, sem confrontar-se com os limites e contradições da realidade social. Já o fatalismo entende a realidade de forma definitiva, imutável, não vislumbra alternativas, possibilidades de ação e a articulação. Naturaliza e banaliza processos que não são naturais, subjulga a prática profissional aos ditames da instituição. O projeto ético-político direciona a prática do assistente social, em bases emancipatórias buscando que toda ação de trabalho vá ao encontro da liberdade, igualdade, justiça social, de modo a potencializar a emancipação política e os processos democráticos na ordem societária vigente. Sendo o Serviço Social inscrito na divisão sócio-técnica do trabalho, profissão como viés interventivo,

investigativo, crítico e propositivo, quem tem como objeto de estudo, intervenção e trabalho a questão social e suas expressões.

As transformações no mundo do trabalho, em sua dinâmica e em seus elementos determinantes, vão sendo uma referência para a análise crítica da precarização do trabalho dos assistentes sociais. As formas assumidas por esta precarização podem ser observadas numa produção acadêmica que tem posto em discussão a condição de trabalhador assalariado dos profissionais de Serviço Social. Nesse trabalho, tem-se como objeto de estudo, investigação, apreender aspectos da manifestação desses processos sociais, da precarização do trabalho para assistentes sociais em situação de desemprego, no município de São Borja/RS, enquanto pertencentes ao precariado, como camada social da classe do proletariado.

Conforme Standing (2014a), o conceito precariado criado nos anos 1980 é a combinação do adjetivo “precário” com o substantivo “proletariado”, representando semanticamente novas facetas do mundo do trabalho. Para Standing (2014b) o precariado é uma categoria em construção, que se caracteriza por uma relevante insegurança referente aos direitos, as relações de trabalho.

A sua característica essencial é ser mendigo, pedinte, obrigado a depender de dádivas discricionárias e condicionais vindas não só do Estado, como também das agências e demais instituições de caridade privadas que operam em seu nome. Para se entender o precariado e a natureza da luta de classes que aí vem, este facto reveste-se de uma relevância maior do que a insegurança das relações de trabalho que o caracterizam (STANDING, s/p, 2014b).

De acordo com Standing (2014a), o precariado está ainda mais sujeito as oscilações do mundo do trabalho, visto que depende quase exclusivamente de salários nominais, ao não ter a segurança de seus rendimentos. Diferentemente do que ocorria com o proletariado do século XX, cujo o amparo do Estado providência (keynesiano) ocultava essa insegurança, precariedade. Talvez seja possível dialogar com o autor se essa incerteza crônica não faz parte de momentos de períodos históricos que marcaram a vida do precariado, não sendo necessariamente uma novidade mas algo que já se manifestou em outras modernidades do capital, apesar da relevância dessa discussão não podermos realizá-la nesse momento. Deste modo, são “[...] bem definidas também as relações do precariado com o Estado, no sentido em que possui menos direitos do que todos os demais, a super

exploração. De facto, o precariado caracteriza-se por uma fundamental insegurança no que toca a direitos” (STANDING, 2014b, s/p). Visto ser esta a primeira vez na história em que o Estado retira sistematicamente direitos, tanto de seus cidadãos, como de migrantes em um movimento ampliado de crise do capital, afetando diretamente a cidadania.

Ainda na concepção desse autor a consciência de classe se reverbera num sentimento de relativa privação e ainda de frustração no que concerne ao seu estatuto, não dispondo consigo de um sentimento de lealdade, nem de compromisso com outrem, nem outras categorias, no qual encontra-se em uma posição intermédia entre capital e trabalho. O autor também a caracteriza, dentre outros aspectos, como uma “classe perigosa”, pois:

[...] recusa as velhas tradições políticas dominantes, rejeitando por igual o laborismo e o neoliberalismo, a social-democracia e a democracia cristã. Mas ela também é perigosa num outro sentido. Uma forma expedita de o dizer será afirmar que ela não é, de momento, uma classe-para-si, uma vez que se acha em guerra contra si mesma devido ao facto de padecer de três formas de privação relativa, cada uma delas definidora dos três tipos de precariado atualmente em tensão (STANDING, s/p, 2014b).

De acordo com o autor, existem três tipos de precariado, diferentemente da compreensão de Alves (2013b) e Braga (2013); (2012). O primeiro tipo os “atávicos” caracteriza-se em sua percepção por trabalhadores distanciados das antigas comunidades e famílias proletárias, sendo em sua maior parte sem instrução, inclinados à sentimentos de frustração, privação que remetem-se à um passado perdido ou até mesmo imaginado. Dessa forma, são marcados por uma forte tendência de concepções de extrema-direita, populistas, reacionárias, atraindo-se pelo carisma. O autor atribui esse fato à ausência de uma agenda ao encontro de suas demandas, interesses. Já o segundo tipo do precariado, os “nostálgicos”, refere-se aos migrantes, "as minorias", pois não tem necessariamente um território seu, em meio a um sentimento de privação relativa. Aponta-se ainda na análise do autor que estes tem uma propensão a serem politicamente mais dispersos, passivos salvo em algumas situações esporádicas, que exigem condutas, ações, mais abruptas. O terceiro tipo de precariado, os “boémios, progressistas”, constitui-se pelo que o literato designa como instruídos. Que por conta do trabalho inconstante, da falta de oportunidades frente à narrativa de suas próprias vidas, experenciam como os demais tipos de precariado sentimentos de privação, decepção no tocante a posição social e uma sensação de incerteza referente ao futuro, com um potencial transformador, uma nova vanguarda.

Aponta-se ainda pelo autor que a alienação seria algo mais visivelmente perceptível nessa “nova classe perigosa” e que a denomina também por esse outro aspecto, pois ao estarem psicologicamente livres do laborismo, não se submeteriam a proletarização como a classe trabalhadora em si. Entretanto, há contrapontos na explanação do literato que destaca uma outra dimensão desse “perigo” que residiria no potencial de transformação dessa classe, ao distanciarem-se do caráter conservador, reacionário, utilitarista de outras classes, ao avançar na luta por direito a ter direitos, permeadas por mudanças estruturais.

No presente estudo o debate que será feito a seguir tem como referência o posicionamento de Alves (2013b) e Braga (2013); (2012) acerca do precariado, pois os autores fundamentam suas discussões na condição de proletariedade e do precariado como uma camada social do proletariado e não como uma nova classe social, como para Standing (2014a); (2014b).

O proletariado é feito de camadas. Ela surge a partir dessa delimitação com respeito às variáveis de educação, faixa etária e condições de vida e trabalho. O proletariado é uma classe constituída por frações, camadas, categorias. Se não entendermos isso, vamos achar que o proletariado é uma “geleia” só, e não é” (MORAES; FERNANDES, 2016, p. 436).

Sendo o precariado ainda uma “[...] “fração de classe espremida entre a permanente ameaça da exclusão social e o incremento da exploração econômica” (BRAGA, 2012, p. 16). Dessa forma compreende-se os e as assistentes sociais, assim como trabalhadores de outras categorias profissionais, em situação de desemprego ou em inserção precária, vem constituindo o que Alves (2013b, s/p) tem denominado como sendo o precariado. Isto é,

[...] por um conjunto de *categoriais sociais* imersas na condição de proletariedade como, por exemplo, jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil, jovens empregados ou operários altamente escolarizados, principalmente no setor de serviços e comércio, precarizados nas suas condições de vida e trabalho, frustrados em suas expectativas profissionais; ou ainda os jovens-adultos recém- graduados desempregados ou inseridos em relações de emprego precário; ou mesmo estudantes de nível superior (estudantes universitários são trabalhadores assalariados *em formação* e muitos deles, estudam e trabalham em condições de precariedade salarial).

Assim a precarização nesse ‘novo mundo do trabalho’ atinge pessoas com nível médio ou superior, não somente mais trabalhadores com níveis de escolaridade menores. Entende-se nesse cenário que diploma não é necessariamente garantia de emprego, até mesmo de re(inserção) não precária, independente da profissão. Pois o precariado é ainda a

“[...] parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica” (BRAGA, 2012, p. 19).

Visto que

a dinâmica societária desencadeada pela crise contemporânea [...] atinge a totalidade dos processos produtivos e dos serviços, alterando perfis profissionais e espaços de trabalho das diferentes profissões, e também do Serviço Social, que tem na prestação de serviços sociais seu campo de intervenção privilegiado e nas instituições sociais públicas e privadas seu espaço ocupacional (RAICHELIS, 2013, p. 619-620).

Isto é, essas modificações repercutem também para assistentes sociais, tanto no perfil profissional, como nas instituições empregadoras, como nas políticas públicas sociais com cada vez menos recursos financeiros, cortes, seletividade, focalização no atendimento aos usuários e as suas demandas. A condição de precariado acaba por atingir a dignidade social, o trabalho, no qual a busca por realização profissional balizada por anos de estudos à fio, está em constante competição, insegurança. A estabilidade, empregabilidade associadas à um nível maior de estudo carece de mais efetivação na realidade.

Ainda conforme Alves (2013b s/p), o “[...] o precariado ou a camada social de proletários jovens-adultos altamente escolarizados, tende a cultivar um *ethos* de “classe média” baseado nos anseios de ascensão social por meio da carreira profissional e desejo de consumo”. Esses anseios de ascensão social por vezes dificultam os processos de consciência, resistência, em que o entendimento de classe em si, para si e para além de si é fundamental. Pois torna-se algo do campo particular dos sujeitos, à ser resolvido na esfera individual e imediata. Perde-se a dimensão coletiva das demandas, que ficam para outros planos (para depois) também a perspectiva das microrrevoluções, dos processos emancipatórios ao encontro de outras formas de sociabilidade.

No que se refere ao conceito de precariado, há discordâncias entre Standing (2014a); (2014b); Alves (2013b) e Braga (2013); (2016). Contudo, no que concerne as vicissitudes do precariado e as suas formas de inserção no mercado de trabalho como *locus* do *salariato* precário, é possível identificar aproximações e inclusive pontos em comum nos três autores. No que tange a um desses pontos de concordância, ressalta-se na apreensão de ambos, referente aos vínculos frágeis de trabalho, ao regime de tempo parcial, intermitente, precário, informalização, do autoempreendedorismo que circundam o precariado. Essa aproximação do entendimento dos literatos se dá sobretudo, em relação aos jovens no mundo de trabalho, com suas transformações em curso. O entendimento desses dois

autores, nesse ponto, vai ao encontro de Standing (2014a, p. 106) ao apontar o seguinte:

Embora muitos outros grupos acompanhem o precariado, a imagem mais comum é a de jovens saindo da escola e da faculdade para entrar numa existência precária durante anos, o que muitas vezes os torna mais frustrados porque a geração de seus pais, aparentemente, havia ocupado empregos estáveis. A juventude sempre entrou na força de trabalho em posições precárias, esperando provar seu valor e aprender. Mas, atualmente, não é oferecida à juventude uma negociação razoável. Muitos começam em empregos temporários que se estendem bem além do que poderia ser necessário para o estabelecimento da “empregabilidade”. Um arremedo de flexibilidade tem sido a ampliação dos períodos experimentais, durante os quais as firmas podem, legalmente, pagar salários mais baixos e fornecer menos benefícios.

Na análise de Alves (2013b, s/p), é importante ainda destacar “[...] que a nova dinâmica do mercado de trabalho no Brasil na década de 2000 faz com que um contingente de jovens altamente escolarizados fique desempregado ou inserido em relações salariais precárias tendo em vista a degradação do estatuto salarial”. Precariado este que conforme o autor emergiu principalmente a partir da década de 1980, como camada da classe do proletariado contemporâneo, que teve o acirramento das contradições, duas décadas depois com o choque do capitalismo (crise) no período neodesenvolvimentista. Identifica-se assim, que os trabalhadores mesmo com níveis maiores de escolaridade maior (o médio, mas particularmente o superior) verificam o aumento exacerbado da concorrência por uma vaga de emprego, o que corrobora com a sociabilidade burguesa, com o individualismo, egoísmo. E ainda com salários mais baixos (menos que expectativa esperada) com contratos precários, como terceirizações, subcontratações, trabalho intermitente, dentre outros.

[...] houve mais ofertas de trabalhadores assalariados altamente escolarizados, a maior parte deles jovens recém-graduados. E muitos profissionais podem ter ingressado no nível mais elevado de escolaridade, mas com o mesmo salário, o que reduziu a média de ganho da categoria. Deste modo, a camada social do precariado possui, em si e para si, um misto de frustração de expectativas e insatisfação social e, por outro lado, carecimentos radicais que o torna susceptível de atitudes de rebeldia (ALVES, 2013b, s/p).

Compreende-se o rebatimento dessa condição de precariado também aos profissionais assistentes sociais. Como trabalhadores de nível superior, em alguns casos com especialização, pós-graduação (mestrado, doutorado, pós-doutorado) que encontram-se em situação de desemprego ou com dificuldades de (re) inserção no mercado de trabalho.

O que, além de achatar os salários e outros aspectos, abre ainda precedentes, ao encontro de engendrar, fomentar, condições concretas de luta, como um terreno fértil para o choque de contradições, disputas, (somando-se com outras categorias profissionais). Pressupõe construções de processos coletivos, à médio, longo prazo e torna-se, assim, importante ressaltar o conceito de precariado para melhor compreensão, em que:

Deste modo, a construção categorial do conceito de precariado como camada social da classe dos trabalhadores assalariados implica delimitá-lo, num primeiro momento, pela variável salarial: trata-se sim do “proletariado precarizado”, mas é preciso salientar: um proletariado jovem, altamente escolarizado, frustrado em suas expectativas de ascensão profissional e sonhos, anseios e expectativas de consumo. O que significa que, torna-se importante e fundamental incorporar, nesse caso, na delimitação da nova camada social do proletariado precarizado, as variáveis etárias e as variáveis educacionais propriamente ditas. Este recorte sociológico – juventude, precariedade salarial e nível educacional superior – torna-se crucial para apreendermos as contradições radicais da ordem sociometabólica do capital no século XXI. Enfim, existe algo de podre no reino do capitalismo do século XXI (ALVES, 2013b, s/p).

Em relação a essa posição o autor salienta um proletariado jovem, altamente escolarizado, frustrado em suas expectativas de (re) inserção no mercado de trabalho, ao encontro do diálogo com a posição de Braga (2013) que acrescenta as discussões do precariado, os jovens que buscam o primeiro emprego, as pessoas que estão na informalidade e que desejam alcançar o emprego formal. Deste modo, como os trabalhadores sub-remunerados e (re) inseridos em condições degradantes de trabalho. De fato, para esses dois autores, o precariado tem existência efetiva como expressão da condição de proletariedade. Já para Standing (2014b), o precariado é distinto do velho proletariado. Essa distinção é o que motiva a vinculação assumida aqui, com Alves (2013b); Braga (2013) e (2012), pois suas posições ainda que com entendimentos distintos, não rejeitam a condição de proletariedade como fundamental para a compreensão do precariado como camada social. Contudo, há um diálogo necessário a ser feito com a posição de Standing (2014a); (2014b) sobre o precariado, pois o autor traz elementos consistentes sobre essa categoria, embora não ancore a sua análise na condição de proletariedade.

Por fim, após as mais diversas interlocuções feitas com os autores e autoras tem-se o propósito a seguir de continuar as discussões mas, principalmente a partir da pesquisa através das entrevistas e relatos de profissionais assistentes sociais em situação de desemprego em São Borja/RS, ao trazer esses sujeitos para o debate, à cena, referente a precarização do trabalho em suas mais diversas expressões.

4 O PRECARIADO E SUAS MANIFESTAÇÕES NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO

4.1 A relação do desemprego com a precarização existencial para os profissionais do Serviço Social em São Borja/RS

Após o aprofundamento teórico, apresenta-se a sistematização do processo de pesquisa, investigação, das informações coletadas através das perguntas contidas no Roteiro Norteador (Apêndice A) referente aos aspectos apresentados no tocante a precarização do trabalho em suas mais diversas manifestações. A discussão que será realizada a seguir, tem por objetivo resgatar, a partir dos relatos dos assistentes sociais entrevistados, as determinações postas pelo desemprego para a constituição ou acirramento das formas de precariedade que se manifestam nas condições materiais e no modo de vida destes profissionais.

A temática do desemprego tem ocupado um espaço de destaque no tocante a atuação governamental seja na esfera federal, estadual ou municipal. O desemprego que já foi de 6,5% no último trimestre de 2014 chegou a 13,7% no primeiro trimestre de 2017, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BENEDICTO, 2018) o que mostra que essa pauta está longe de sair da agenda governamental.

Soma-se a isso o fato de que a crise estrutural do capital tem reverberado nas sociedades capitalistas desde a Grécia até a Argentina. Acirrando as condições de vida do *salariato* precário, com suas exigências de maior flexibilidade da relação trabalhista, aumento das formas de desproteção do trabalho, da rotatividade da força de trabalho e por que não dizer de desemprego. Isso coloca a necessidade de dar visibilidade, por um lado, as contradições que geram as dificuldades de acumulação e de crescimento econômico. E, por outro, como a lógica desta mesma acumulação resulta em processos sociais marcados pelo desenvolvimento científico e tecnológico, mas também pela desigualdade social e violência, não só aquela marcada por agressões físicas e verbais, mas especialmente a de caráter estrutural.

Daí vislumbra-se a necessidade de problematizar que o desemprego, o trabalho intermitente, a rotatividade, devem ser pensados não apenas na esfera do mercado de trabalho, como se o mundo do trabalho, se restringisse ao espaço de assalariamento. Mas, da apreensão de como esses processos sociais articulam-se com o modo de ser da

precarização existencial cada vez mais presente na vida de indivíduos e famílias que “vivem do trabalho” (ANTUNES, 2007).

A perda do emprego ou a supressão de uma inserção estável trazem consigo alguns dilemas “[...] criam uma condição de insegurança e um modo de vida e de trabalho precários, nos planos objetivo e subjetivo, implicando a ruptura dos laços e dos vínculos, numa extrema vulnerabilidade social e na condição de *desfiliação social*” (MONY; DRUCK, 2007, p. 32). Isto é, caracteriza-se em um processo que espraia-se para outros campos da vida, inclusive para além do trabalho afetando as demais relações sociais. Observa-se dessa forma que a precarização existencial manifesta-se também sobretudo, pela falta de condições materiais, agravadas principalmente pelo desemprego, conforme demonstra alguns dos relatos de três dos 4 profissionais entrevistados, em que tem-se um breve panorama no que se refere a situação de desemprego de assistentes sociais no município de São Borja/RS

Profissional 1 - o desemprego ele não só na... pra quem é formado em Serviço Social, mas pra todo mundo né, a condição material ela diminuiu bastante, porque apes... a partir do momento que tu ganha um determinado salário e que tu passa a não ter mais ele né, tu acaba tendo que diminuir teu consumo, tendo que ficar as...muitas vezes, tu tem um consumo que é até fútil né, tu tem que descer o teu consumo pro mais básico possível [...]

Profissional 2 - [...] aí com o desemprego a gente teve que resumir só no salário dele e ele ter que fazer dá né, aí só ele foi, [...]

Profissional - 3 o desemprego ele, ele causa de certa forma uma deficiência estrutural né, é...ele desestrutura a família no sentido de renda né porque aí não tem condições de tu ter acesso a bens de consumo e também aham alguns materiais que tu no dia a dia tu precisa né e isso afeta também a saúde né, as condições de adquirir aham... é medicamentos e outras coisas que vem com o desemprego né [...]

Percebe-se nas falas que essa situação de desemprego afeta a condição do sujeito de direito na relação com o consumo, inclusive comprometendo a saúde, dificultando a compra de remédios pois torna-se imprescindível buscar limitar as despesas ao essencial no cotidiano, afim de não exceder os recursos que ainda restam, pois perdeu-se o estatuto salarial. Além disso observa-se que essa condição acaba por fazer com que pessoas que perdem o emprego e passam a ter que viver sem o salário fixo, por vezes pensem a sua situação de forma moralizadora (Profissional 3). Como aponta o relato de um dos entrevistados o seu entendimento não expressa algo imediatamente relacionado as relações

sociais marcadas pela compra e venda da força de trabalho, mas por outro lado, a fala do profissional denuncia a lógica sobre a qual repousa a possibilidade do assalariamento, que é a relação de liberdade e igualdade formais que sustentam o sujeito de direito. Para ela em face do desemprego, a renda limita o consumo ao básico possível, o padrão das condições materiais deve obedecer aos critérios relacionados as necessidades do sujeito que perdeu o emprego e de seus familiares e a institucionalidade que sustenta as relações mercantis. No entendimento da entrevistada vale a seguinte ideia:

Profissional 1 - [...] ideia de que tu não pode gastar mais do que tu ganha, é muda totalmente o padrão de vida tanto teu, quanto das pessoas na tua volta, né porque, todo mundo na verdade usufrui do teu salário, do que tu ganha né?

Profissional 3 - [...] as vezes tu não tem o...o suficiente pra ir numa janta, tu não tem condições de se reunir com os amigos num baile né gastar, tu tem fazer a economia pra ti manter as coisas, é... coerência não...daqui há pouco tu tá numa bola de neve e não consegue mais sair e, e aí tu preserva aquela saída aquela, aquele encontro com os amigos pra manter o, a...o básico das tuas necessidades do dia a dia, do cotidiano."

A fala dos entrevistados manifestam uma latente contradição presente no cotidiano das sociedades capitalistas. Por meio desta contradição, o resultado é o desemprego, a falta ou diminuição da renda e a impossibilidade de ter um salário aparece como um problema de ordem moral/comportamental. A forma de lidar com o desemprego repousa nos aspectos morais do indivíduo que deve adequar o seu comportamento aos critérios do exercício da condição de sujeito de direito. A pessoa em situação de desemprego mesmo assim mantém, para que possa ter algum grau de liberdade e igualdade em face das relações mercantis, a necessidade de ser sujeito de direito, ainda que não possa fazê-lo. Mas como manter a condição de sujeito de direito se a pessoa precisa vender a força de trabalho? “A redução do homem à forma da mercadoria força de trabalho se opera, portanto, de modo simultâneo à elevação deste mesmo homem, à forma sujeito de direito” (JÚNIOR, 2012, p. 139).

No caso do desemprego é interessante pensar que este incide, mesmo que não seja na totalidade das situações (mas para uma parte significativa destas) na dificuldade de manter a condição de sujeito de direito. Mais interessante ainda é o fato de que o desemprego resultará de uma ruptura na relação do contrato entre quem compra e quem vende a força de trabalho. A pessoa desempregada manterá consigo a personalidade jurídica que independe da sua condição no mercado de trabalho, mas perderá a sua capacidade negocial, que é fundamental para que possa suprir uma série de necessidades que embora

particulares, para que possam ser supridas têm que interagir com as relações mercantis.

Além da situação de desemprego inerente as falas, tem-se como algo relevante em um dos relatos, o fato de que o salário é algo em benefício do grupo familiar, não somente para a reprodução daquela força de trabalho em particular. O que acarreta em uma sobrecarga para a pessoa responsável (ou responsáveis) pela manutenção das demais pessoas da família, relação de dependência, principalmente de filhos que é prejudicada com a dispensa do trabalho

Como o próprio desenvolvimento do capitalismo foi transformando a família numa espécie de protótipo do *trabalhador coletivo*, o salário tende a ser o *salário família* e não propriamente do indivíduo. Com isso, as exclusões cíclicas dos diferentes membros da família são debitadas na conta da própria família. O sistema econômico não se sente obrigado a pagar pelos problemas sociais que cria. [...] o sistema transfere para o *grupo familiar* parte de suas *irracionalidades*, isto é, o próprio custo social da transição para um modelo de capitalismo tecnicamente mais desenvolvido, de capital de composição orgânica mais alta (MARTINS, 2002, p. 29-30).

Isto é, a situação de desemprego ou até mesmo a precariedade manifestada por outras formas de trabalho recaem sobre a família, as desigualdades sociais são vistas como problemas dos sujeitos e não de um sistema excludente, que ao se desenvolver traz à tona suas irracionalidades, permeadas por crises, que dentre outros processos tem no desenvolvimento e uso massivo de tecnologia formas de substituir o trabalho vivo. Um outro aspecto que chamou a atenção nos relatos dos entrevistados é o trabalho informal com manifestações de precarização

Profissional 1 - é ele tem oficina e por vezes eu ajudo ele aí, ahhh eu faço unha, faço cabelo, então tô sempre tentando me virar assim de alguma forma, de coisas em que acaba não tendo nada ver com o Serviço Social, né então ahhh eu até comecei de novo né de novo a fazer isso justamente porque a renda não tá sendo o suficiente.

Profissional 2 - [...] eu já fiquei com uma parte mais assim que eu... já de costura em casa, fazendo o serviço da casa, mas aí eu ganhava alguma coisa assim ahhhh no artesanato, hum me dedicava pra costura nas horas vagas [...]

Profissional 3 - é, o que a gente, tem, tem feito na questão da, da...do acesso à renda é isso aí, tu pegar trabalhos, trabalhos esporádicos né [...]

Dessa forma ao buscar acesso a renda, segundo Nunes (2018), a informalidade vem ganhando cada vez mais espaço como alternativa a situação de desemprego. Em um contingente de 92,1 milhões de pessoas trabalhando, 34,2 milhões (37,1% do total) são de trabalhadores sem carteira assinada. Superando inclusive pela primeira vez o número de empregados formais que é de 33,3 milhões (dados até 12/2017). Aponta-se na pesquisa realizada que das quatro pessoas entrevistadas, três encontram-se imersas nesse cenário de trabalho informal. Somente um desses 4 entrevistados foi o único a conseguir trabalhar como assistente social até o momento e mesmo assim em uma inserção precarizada, isto é, sendo contratado somente por perícias realizadas para a Justiça sem vínculo empregatício. E ainda uma pessoa que não conseguiu se inserir no mercado de trabalho formal, nem informal. Percebe-se o quão limitada é ainda a re (inserção) de profissionais assistentes sociais, que tem na esfera pública conforme o CFESS (2005) o seu mais amplo espaço de (re) inserção no mercado de trabalho 55,68% (até 2004) vínculo empregatício através de concursos públicos, que estão cada vez mais restritos no cenário atual de retração do Estado e perda de direitos

As mudanças no perfil do Estado e da sua atuação atingiram negativamente o conjunto dos trabalhadores, inclusive aqueles do setor público/estatal, cujos empregos representam uma parcela relevante do núcleo duro do mercado de trabalho, sobretudo no universo dos postos de trabalho mais bem remunerados e com exigência de escolaridade elevada (BORGES, 2007, p. 83).

Essas modificações pautadas pelo processo toyotista também se espalharam para a forma de gestão do Estado, que ao restringir, diminuir espaços sócio ocupacionais, acaba por fechar postos de trabalho para várias profissões, aqui em discussão o Serviço Social. Como o Estado se constitui como o principal espaço de trabalho para os assistentes sociais, sua redução enquanto principal empregador afeta diretamente os profissionais, que não conseguindo emprego através de concurso, buscam outras formas de contratação menos estáveis, como através de contrato temporário, prestação de serviço, por perícia, informais, até mesmo trabalho, emprego em outras ocupações. Em um “[...] significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da *mercadorização*, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal público” (ANTUNES, 2007, p. 17). Cria-se um cenário de desemprego estrutural preocupante para essa categoria profissional.

Com essa predominância entre os sujeitos pesquisados do trabalho informal

percebe-se uma precarização acentuada referente as condições de trabalho, visto ao não amparo, proteção social (direitos trabalhistas) implicando em uma série de prejuízos à classe trabalhadora. Em que, nas intempéries da vida, como no próprio desemprego inclusive, adoecimento ou qualquer outra impossibilidade, incapacidade ao trabalho, se não há contribuição direta ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o trabalhador fica sujeito à precisar da ajuda de familiares, à trabalhos precários, ações de caridade ou até mesmo dos serviços e benefícios da Política de Assistência Social. A falta da “segurança” financeira proporcionada por um trabalho estável, formal, corrobora indiretamente para o aumento das desigualdades sociais que se apresentam multifacetadas, fragmentadas, através das expressões da questão social. Denota-se que a demanda por emprego é maior que a oferta de vagas, postos de trabalho, ancoradas na reestruturação produtiva, que precariza as condições de trabalho. Pois

[...] um número crescente de trabalhadores fica desempregado e passa a ter dificuldades para entrar no mercado de trabalho. Hoje em dia, o trabalhador – tanto da indústria quanto do comércio e de serviços – é cada vez mais *um trabalhador em busca de trabalho* e cada vez mais sujeito a entradas e saídas cíclicas do mercado de trabalho. O novo perfil da classe trabalhadora é o de exclusões cíclicas cada vez mais demoradas, mais espaçadas, do mercado de trabalho (MARTINS, 2002, p. 29).

Em continuidade a análise percebe-se dentre esses trabalhadores entrevistados em situação de desemprego um latente sentimento de frustração, de não se conseguir emprego ou ter que se (re) inserção em trabalhos precários como de trabalhadores que mesmo com nível superior de escolaridade e que não condizem com a sua formação de origem. Observa-se que essa relação entre frustração e formas de (re) inserção no mercado de trabalho referem-se a articulação entre processo de precarização salarial e aqueles que se referem à precarização existencial, tem-se dessa forma a precarização “[...] do homem-que-trabalha, homem manipulado submerso na vida reduzida (ALVES, 2013a, p. 243).

Profissional 4 - [...] só que aí tu fica naquela coisa assim que é sempre o que dar, uma coisa que eu acabei me frustrando, é sempre o que dar, ahhh é tal que tem ali só que tu não pode ir pra outra cidade, tu não pode fazer e tal, até pela criança pequena, de gastos e tu ahhhh tu faz, esse, mais esse, mais esse, porque deu ou tu acaba te conformando né, claro que não, hoje eu penso...não é tão grave, mas dá aquela dorzinha no coração, é complicado.

Profissional 1 - eu nos primeiros anos porque fazem seis anos que eu tô formada, nos meus primeiros três anos eu sentia muita frustração, porque eu fiz concurso passei em prefeituras, sei que concurso de prefeitura não é o quente da história como dizem porque, por mais que seja concurso, tem o jeitinho brasileiro que ainda age, é então assim eu me frustrei muito quando eu passei em concursos e não fui chamada né? Então porque me diziam assim, não, mas tu tem que fazer concurso, tem que fazer concursos e eu fiz passei e não fui chamada, então assim eu me, meio que já me acostumei, eu me acomodei a não querer mais, né então assim muitas vezes quando me dizem, eu digo olha hum, eu não tô nem afim de trabalhar mais como assistente social, eu já me...houve um desânimo, sabe?

Profissional 2 - é, é uma coisa que eu muito penso, agora assim eu ohhhh eu posso ficar, falar mais tranquila, mas há alguns meses assim eu tava assim ohhh apavorada, porque eu me questionava que eu ia fazer com os 4 anos que eu tinha estudado né, ia usá-lo como? Então fico todo ahhh... a estrutura que de formação que a gente passou aí tu pode começar a refletir sobre isso e aí tu tem que se acostumar de novo com...que tu tava acostumada a fazer várias atividades dentro da formação e isso eu tô tirando proveito disso agora pra mim poder ir levando até eu conseguir um emprego né, pra mim não me frustrar porque eu tava assim ohhh, porque é um outro segundo processo [...]

No primeiro relato desse trecho além do sentimento de desapontamento tem-se um misto de outros sentimentos envolvidos na fala da profissional: culpabilização, sensação de fracasso, tristeza, preocupação, impotência, que corroboram com a precarização existencial, da pessoa humana que trabalha, que podem se desdobrar ainda em desgaste mental, emocional, adoecimentos. “O precariado é um caldo de frustração existencial, profissional, pessoal...” (MORAES; FERNANDES, 2016, p. 436). Soma-se ainda a dificuldade da mulher trabalhadora que é mãe de se (re) inserir no mercado de trabalho por conta do papel social atribuído ao gênero feminino do cuidado com os filhos. Dos quais 3,3 milhões de pessoas não tem disponibilidade de trabalhar no momento, como por exemplo mulheres que deixaram o emprego para cuidar dos filhos, da casa (ALVARENGA; BRITO, 2018).

Já no segundo relato, aponta-se também um sentimento de frustração, das cobranças de pessoas próximas (da sociedade) para que essa pessoa em situação de desemprego regresse ao mercado. E, também as tentativas de ingressar no mercado de trabalho como assistente social via concurso, mas que a mesma percebeu-se o “jeitinho brasileiro” que ainda predomina, em relação as leis, as instituições brasileiras que em geral foram desenhadas para compelir e desarticular o indivíduo, em que prevalece a amizade, a informalidade, sobre o caráter legal (HOLANDA, 1995). Fato esse de tanta expressão para a entrevistada que inclusive a desanima a tal ponto de pensar em não mais exercer a profissão. Pode se inferir que mesma expressa tal entendimento diante de determinadas circunstâncias e vivendo situações muito particulares de precariedade. Referente ao terceiro relato a profissional também compartilha assim como as outras assistentes sociais do sentimento de decepção. O

que a leva a refletir, a pensar a sua condição enquanto profissional, inclusive referente aos investimentos feitos e a volta a uma rotina em casa sem as atividades na universidade, até mesmo do que se pode tirar como proveito, já que encontra-se nessa situação de desemprego.

No tocante as estratégias e dificuldades dos assistentes sociais entrevistados para se (re) inserir no mercado de trabalho, temos as seguintes falas:

Profissional 1 - a dificuldade ahhh pra mim A... aham eu vejo que é por causa da minha formação, porque se eu for pedir um emprego numa loja hoje, me diz assim, ahhh mas bah tu é formada em Serviço Social porque tu não procura trabalhar na tua área né, então vendedora a gente quer com o ensino médio, ahhh então ahhhh isso acabou sendo um entrave pra mim muitas vezes pela minha formação.

Profissional 2 - bom atualmente pra se inserir no mercado de trabalho tu tem que ter uma formação, uma qualificação né, é...ter uma base de estudo e...conhecimento que a gente tem né, tu deve tá preparado pro mercado de trabalho né e se tu quiser fazer diferença tu tem que ser... ter uma especialização em alguma coisa né? [...] se ahhh tu vai fazer um concurso tu tem que tá ahhh ter participado na área que tu vai fazer esse concurso, tem que ter alguma experiência já, trabalhado o que é difícil pra gente que se forma agora né? [...]

Profissional 4- as estratégias é o concurso geralmente, é a melhor bóia de salvação porque é o que dá estabilidade, o melhor emprego e vamos dizer assim que não tem que penar tanto quanto os outros empregos, que tu tem que tentar várias e várias vezes, e é mais complicado até pelo salário. [...] das dificuldades pra conseguir um emprego, outra coisa do concurso é a especialização, tu precisa de especialização, de título e eu fiquei até em um por causa disso que eu não tinha especialização.

No primeiro relato a profissional 1 atribui particularmente a si e a sua formação a dificuldade de voltar ao mercado de trabalho formal, pois no comércio por exemplo não tem-se a perspectiva de contratar uma vendedora com nível superior, pois é uma força de trabalho em potencial mais qualificada, pela tendência de diminuição de custos salariais à essa trabalhadora. E, visto também que a função não exige esse grau de escolaridade para desempenhar tal trabalho. O que expressa também um dos motivos pelos quais o desemprego acontece, pois a profissional não consegue trabalhar como assistente social, nem em outros empregos. Neste sentido a formação de nível superior pode ser algo que gere a super exploração da força de trabalho

Trata-se de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação etc. Estado e empresas até podem destinar alguns recursos para tais cursos, importantes, mas absolutamente incapazes de gerar mais postos de trabalho. Uma contribuição, digamos, para o “salve-se quem puder” (MATTOSO, 1999, p. 20).

As falas das profissionais 2 e 4 vão ao encontro do que o autor aborda referente a empregabilidade e qualificação (títulos, especializações inclusive) atribuídas como responsabilidade dos sujeitos, o que necessariamente não garante a (re) inserção no mercado de trabalho, visto o desemprego estrutural que se manifesta como forma de precarização do trabalho. Este que é um fenômeno que acontece “[...] quando há um desequilíbrio entre a oferta e a procura de competências de trabalho, sendo que esse desequilíbrio pode ocorrer de forma mais pontual ou generalizada, dependendo das dinâmicas econômicas do contexto” (POLON, 2016, s/p).

Para ambas entrevistadas o concurso é visto ainda como a melhor oportunidade de (re) ingresso no mercado de trabalho por conta da estabilidade, sensação de segurança almejada para se ter uma vida com menos intercorrências econômicas.

A partir das informações coletadas na presente pesquisa, identifica-se que os processos sociais inerentes a precarização do trabalho atrelam-se substancialmente a precarização existencial, como à situação de desemprego de assistentes sociais em São Borja/RS. No qual esse quadro repercute na dificuldade de acesso (re) inserção no mercado de trabalho desses profissionais, ou quando acessam é de forma precarizada como buscar-se-à discutir na seção à seguir.

4.2 A precarização salarial dos assistentes sociais em situação de desemprego e a manifestação do precariado no município de São Borja/RS

A partir da pesquisa realizada, observa-se que as formas de precarização do trabalho assumem características particulares, dado o caráter heterogêneo das situações apresentadas pelas pessoas entrevistadas, sua relação com o mercado de trabalho, com a qualificação profissional, suas condições materiais de vida, etc. De outro modo essas particularidades dialogam com processos sociais que se manifestam de forma generalizada para o universo dos trabalhadores assalariados. Para tais, a condição de proletariedade vai assumindo características que apontam tendências na legalidade da totalidade social. Como exemplo dessas tendências temos a flexibilização das relações de trabalho (oficializada inclusive, no âmbito da norma jurídica estatal); a orientação reproduzida tanto por empresas, quanto por trabalhadores que as pessoas devem organizar suas vidas como se empresas fossem (tal como assinala a ideologia do capital humano); a subproletarização tardia como uma expressão do *salariato* precário, em que a condição de proletariedade torna-se condição, no limite, de

trabalho precário, temporário, parcial, intermitente, terceirizado, subcontratado, informal, pejotizado, etc. Algumas dessas características podem ser observadas a seguir:

Profissional 3 - [...] ahhh apareceu o, é...trabalho de segurança no meu caso eu peguei de segurança pra São Paulo, onde precisava de segurança pra lá, pra transportar valores e então eu ia, então são...e...essa questão, dá, dá...viagem de segurança é um risco tremendo, e aí tu tá pagando com tua vida, com a tua saúde é... pra ganhar pouquinho, entende, aquele... esse rendimento aí não cobre o risco que tu corre né. [...] e a outra questão que o desemprego... a própria forma de procurar o emprego muitas vezes tu consegue um subemprego né, mas é... tem que submeter a aquilo ali, né, pra poder conseguir é...um emprego melhor. [...] tu não tem renda, tu não tem emprego é...de carteira assinada, fixo e... daí submete a subemprego né, que é ou trabalha de segurança ou trabalha de, de, de pedreiro, trabalha de...do que vier tu vai, vai trabalhando né? É uma forma de, de tu conseguir suprir as necessidades do dia a dia [...]

O relato do assistente social entrevistado denuncia a realidade dos “[...] estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho part-time, temporário, e precarizado [...]” (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 348). O profissional 3 relata também a condição de insegurança no mundo do trabalho, seja ela objetiva, por conta da remuneração que não compensa o trabalho realizado de acordo com os riscos aos quais o trabalhador está exposto, seja pela insegurança que se manifesta no plano da subjetividade do trabalhador por conta do desemprego que articula o binômio expectativa/frustração. Em meio a essa insegurança o subemprego surge como possibilidade não apenas no plano imaginário, subjetivo, mas como algo concreto com o qual o trabalhador pode buscar o emprego e a renda, ainda que está última seja por vezes, insuficiente para dar conta de suas necessidades. Daí o fato de poder se observar o subemprego como uma forma de inserção no mercado de trabalho que articula em si e para si a precariedade salarial e a precariedade existencial, gerando assim a precariedade da pessoa humana que trabalha.

Para Yuka (2018, s/p), o subemprego caracteriza-se por uma forma de trabalho que está abaixo das qualificações do trabalhador, relacionando-se com o desemprego, como uma forma de (re) inserção no mercado de trabalho de forma precarizada, uma “válvula de escape” que tem a ideia da flexibilização como tendência, contando ainda com a desproteção do trabalho. Visto o desemprego estrutural, em que a oferta de vagas é menor que a demanda, pois quando as pessoas não tem emprego “[...] e necessitam de um algum trabalho para sobreviver o que os “espera” é o tal. Ser um subempregado é de fato, a primeira, a única ou a última opção àqueles que necessitam de pelo menos ter uma renda para pelo menos, conseguir

se sustentar nessa realidade [...]” (YUKA, 2018, s/p).

Com isso, na pesquisa percebe-se que 3 dos 4 assistentes além da condição de informalidade acabam também se submetendo por vezes a esse tipo de trabalho, por conta de não conseguirem (re) ingressar ao mercado pela formação de origem, também para complementar a renda, isto é, pela sobrevivência. Pois, conforme Marx (2001), para que possa pensar em outras esferas da vida social a como a religião, a cultura a política, até mesmo fazer a história o homem precisa primeiramente beber, comer, vestir, dentre outras necessidades a serem atendidas. Aponta-se dessa forma outras situações relatadas

Profissional 2 – bom, a gente e mantém pelo salário do meu esposo, agora como já passou vários anos [...] então por exemplo como eu fiquei desempregada a gente se mantém com o salário do meu esposo e por isso que eu tô falando nele [...] ele ficou de mantenedor da casa [...]

Profissional 4 – [...] no caso eu moro com o meu pai, mas o meu namorado que é o pai da minha filha ele cuida das necessidades dela e tal [...]

Observa-se ainda nos dois casos que a renda principal nessa situação de desemprego de ambas, provém do gênero masculino, uma família sendo mantida pelo salário do esposo e no outro caso a família mantida pelo pai e o namorado da entrevistada. Predominando assim a figura do homem como o mantenedor da casa. Percebe-se assim a perpetuação dos papéis sociais atribuídos historicamente tanto para ‘homens como para mulheres’. Pois ainda são vistas como responsáveis em cuidar da casa e dos filhos “As desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não pela diferença biológica entre os sexos” (FARIA; NOBRE, 1997, p. 10). O que reforça valores assentados nessa sociedade ao passo de fomentar a desigualdade de gênero, o machismo, o patriarcado, dentre outros aspectos. As falas analisadas também apontam elementos para a problematizar da precarização do trabalho. Considera-se que apesar de se tratar do entendimento de cada trabalhador entrevistado, e portando de uma apreensão particular e até mesmo restrita em relação às condições e os processos sociais vivenciados por cada um no mundo do trabalho, não deixam de fornecer informações sobre as formas de manifestação da precarização do trabalho. Observa-se assim o que dizem os profissionais entrevistados nos seguintes relatos

Profissional 2 – [...] pro meu ponto de vista e meu modo de vida ahh da precarização do trabalho era só essa parte assim de, de, de metas e... exigir muito do funcionário né ir além das horas e tinha que tá sempre produzindo né, fechar metas e fechar, fazer não sei quantas, abrir várias contas, um número X de contas poupança, conta corrente [...]

Profissional 3- os processos de precarização de trabalho são vários né, é...prox...até o horário de trabalho é um deles, a jornada de trabalho o...as condições materiais de trabalho falta equipamentos as vezes né [...]

Profissional 4 - [...] questão do tempo de trabalho e as condições né, [...] próprio lugar onde assistente social trabalhava, em relação aos poucos materiais, era sempre muito complicado pra conseguir, aham até de rivalidade com outras instituições que tinham uma certa facilidade, enquanto a gente sempre precisava tá pedindo socorro, não tinha impressora, computador não funcionava, a internet também não funcionava, não tinha papel higiênico, até dos próprios benefícios não tinha...tinha que tá dividindo as cestas pra dar pra cada um [...]

Na fala da primeira entrevistada observa-se que a mesma refere-se a precarização do trabalho que aparece, segundo a sua compreensão, relacionada ao cumprimento de metas de produtividade e por consequência, o aumento da intensidade do trabalho. Visto que os modelos de gestão dos processos de trabalho no capitalismo, principalmente o toyotismo “[...] buscam adequar a produção aos imperativos da expansão dos valores de troca, ou seja, visam a intensificar a exploração do trabalho durante a jornada de trabalho” (FERREIRA, 2012, p. 7). Tais processos podem piorar as condições de trabalho, na medida em que frequentemente ocorre a extensão dos limites da jornada de trabalho, com riscos para a saúde do trabalhador. Novamente, observa-se a possibilidade de uma articulação da precarização salarial com a precarização existencial, como já assinalou-se anteriormente. Neste caso observa-se que a profissional de Serviço Social entrevistada relaciona suas condições de trabalho ao seu modo de vida. É importante salientar que o modo de vida mencionado aqui refere-se a um modo de vida e trabalho determinados.

No *salariato* precário, que articula em si e para si a flexibilização das relações de trabalho e a desproteção trabalhista, o aumento de metas com a intensificação do trabalho, e se quisermos incluir, o prolongamento da jornada de trabalho tornando-se o lar uma extensão do espaço sócio-ocupacional, são processos sociais que podem tornar-se fonte de vida reduzida, ou seja,

[...] vida veloz, sinalizada, enxuta, capturada e invertida. Essas são as suas características fundamentais nas condições do modo de vida *just in time*. A vida reduzida é vida veloz na medida em que a produção em rede, utilizando tecnologias informacionais sob os requisitos da gestão toyotista, intensifica o movimento de rotação do capital e, por conseguinte, o processo de produção como totalidade social. Nas condições de crise estrutural de valorização do valor, exacerba-se a ânsia de valorização do capital, incrementando-se o movimento de rotação dos circuitos de valorização do valor (ALVES, 2013a, p. 240).

Mediado dessa forma pelo do modo de vida *just-in-time*, a pressão pelo cumprimento de metas e resultados pode gerar, e necessariamente gera, sérias consequências para o estresse humano e para os processos de “[...] desefetivação da subjetividade, isto é, do corpo e mente do homem como ser genérico” sendo aquele um sintoma desta (ALVES, 2007, p. 238).

Já na fala da profissional 2 verificam-se importantes aspectos no tocante as condições físicas, estruturais, institucionais de trabalho cotidiano, em que materiais essenciais do dia a dia faltavam rotineiramente. Precarização esta que repercute diretamente no atendimento aos usuários, limita as condições de trabalho, visto que o aporte nutricional por exemplo tinha que ser dividido entre as instituições para buscar atender a demanda.

Quanto às condições para a realização do trabalho profissional, pode-se identificar a carência de recursos materiais e humanos, como por exemplo: instituições com estrutura física precária, que não garantem o sigilo profissional durante os atendimentos ou insuficiente para fazer diferentes tipos de abordagem ou atendimento (individual e grupal); falta de mobília, equipamentos e materiais de expediente para o uso permanente; a falta de técnicos para realização de atividades diversas; falta de transporte para visitas domiciliares e institucionais; a desvalorização dos salários (SILVA; PEDERSEN; VIANA, 2016, p. 17).

Além disso, a profissional 2 ainda relata sobre as pressões no que concerne ao horário e a jornada de trabalho, (ao encontro do que aborda a profissional 1) articuladas as pressões referentes a metas e a produtividade do emprego, como forma de precarização do qual a insegurança social para quem vive de forma mais aguda a subproletarização tardia, invertem-se em formas de obter a captura da subjetividade dos trabalhadores, tornando-se assim um “agente estressor”. Aliás, como diz Alves (2007, p. 236)

[...] a “captura” da subjetividade pela lógica do capital, nexos essenciais do toyotismo, é “agente estressor” de maior intensidade, tendo em vista que exige a mobilização intensa da subjetividade humana (consciência/pré-consciência e inconsciente) pelos dispositivos organizacionais da produção toyotista (novas formas de pagamento, trabalho em equipe e emulação pelo medo). Os agentes estressores não são apenas ameaças reais, mas inclusive, ameaças imaginárias que fazem, por exemplo, com que o organismo humano, diante de situação de risco e de insegurança social, reaja como se estivesse, por exemplo, face a face com um animal selvagem. A instância psíquica do inconsciente independe da realidade externa, mas representa a realidade psíquica interna. Deste modo, tende a perceber ameaças imaginárias, como o desemprego, por exemplo, como ameaças reais que estressam a subjetividade humana.

As falas destes dois assistentes sociais entrevistados sinalizam para o modo como na relação entre capital e trabalho, o medo do desemprego pode servir para que o último seja

posto sob o domínio do primeiro. Nessa relação de subalternidade assenta-se a dominação-exploração de uma classe sobre a outra. Em continuidade a análise é ainda importante trazer as apreensões através dos relatos dos assistentes sociais entrevistados referente as condições de trabalho:

Profissional 1- [...] era um serviço voluntário com uma ajuda de custo entende, porque a comunidade optou já por problemas justamente com uma antiga funcionária de não fazer, assinar a carteira e fazer toda essa questão então era se é assinado um documento de voluntariado que né até por causa do Ministério do Trabalho e eu recebia uma ajuda de custo no valor de um salário mínimo entende? Mas aí ahh, com relação as condições de trabalho eu ficava 10 dias de plantão, 10 dias em casa, né então na verdade a comunidade, foi a comunidade que eu me tratei e agradeço muito, mas assim as condições de trabalho lá são muito precárias porque pra quem é monitora de comunidade terapêutica que monitora por 10 dias 40 mulheres, não tem o acompanhamento psicológico, não tem acompanhamento psiquiátrico, não tem nada assim com o que eu faça minha manutenção. Então aham falando assim da, é muito precário tanto que há uma alta rotatividade nisso daí então entende, eu acredito que seja muito por isso né pelo fato de ser plantão de 10 dias, porque tu tem 10 dias que tu esquece de tudo, da tua família, tu esquece tudo e 10 dias tu tá né então fica isolada

Profissional 3- o último emprego era carteira... era contrato de trabalho e as condições de trabalho eram viáveis né, é...trabalhava em segurança, a condição de trabalho era boa e a...mas sempre tem a precarização sempre, em todo trabalho tem precarização né, ou tu trabalha demais ou te coloca em condições as vezes de, em risco né, então são coisas que a gente tem que repensar o trabalho né, fazer por gosto e se a gente pensar em condições de trabalho é...a gente aham trabalha por necessidade realmente né, não que a gente, diz então eu gosto de trabalhar né e as vezes as condições são meia limitadas e aí a gente fica com o coração na mão né, a gente quer é...o emprego melhor sempre a gente pensa isso, eu quero emprego melhor, que eu tenha mais folga, que tenha mais condições de lazer, um salário melhor né e é isso aí.

No relato da profissional 1 a mesma não tinha a carteira de trabalho assinada e sim o contrato de trabalho balizado por documento de voluntariado, sem o amparo das condições legais, legislação trabalhista. Referente as condições de trabalho a mesma aponta como uma adversidade o regime de trabalho, pois ela ficava 10 dias de plantão e 10 dias de folga, o que impacta inclusive na sua subjetividade e na vida com a família. Além disso na explanação aponta-se a sobrecarga de trabalho, visto que a profissional tinha que dar conta de monitorar 40 mulheres e como isso a rotatividade de trabalhadores, que interfere no trabalho cotidiano. Para Mobley (1992) balizadas pela concorrência, competitividade, globalização, a alta rotatividade reflete no trabalho em si, no clima organizacional da instituição e inclusive no relacionamento entre os trabalhadores daquele espaço sócio-ocupacional, o autor sugere um equilíbrio entre demissões e admissões.

A rotatividade não é causa, mas o efeito de algumas variáveis internas e externas. Dentre as variáveis externas estão a situação de oferta e procura do mercado de RH, a conjuntura econômica, as oportunidades de empregos no mercado de trabalho, etc. Dentre as políticas internas estão a política salarial e de benefícios que a organização oferece, o estilo gerencial, as oportunidades de crescimento interno, o desenho dos cargos, o relacionamento humano, as condições físicas e psicológicas de trabalho. A estrutura e a cultura organizacional são responsáveis por boa parte dessas variáveis internas (CHIAVENATO, 2010, p. 90).

Salienta-se ainda como precarização do trabalho, a ausência de equipes multiprofissionais, interdisciplinar, que busca viabilizar “[...] a criação de vínculos, laços e corresponsabilização e acolhimento na relação entre trabalhadores e usuários” (SANTOS, et al, 2016, p. 137) De como a entrevistada entende a importância do trabalho em conjunto, técnico, afim de dar conta das demandas tanto das usuárias como da própria profissional que era monitora e estava em fase de pós tratamento do uso abusivo de álcool e drogas, o que poderia implicar em “recaída”. Sendo um elemento chave

[...] o trabalho em equipe, no sentido de humanizar o serviço, favorece o traspasar de diferentes ações e instâncias, tornando o atendimento mais compromissado com a democratização das relações de trabalho e valorização dos profissionais [...] (SANTOS, et al. 2016, p. 136).

Já o Profissional 3 tinha carteira de trabalho assinada, contrato esse amparado pela Lei, regulamentado. Em contrapartida percebe-se que o mesmo no decorrer da entrevista identifica que as condições de trabalho não eram tão favoráveis assim como apontadas por ele no começo da fala, pois no capitalismo o trabalho é para atender necessidades, inclusive da reprodução daquela determinada força de trabalho, sua subsistência. O mesmo aborda como precarização a extensão da jornada de trabalho e o iminente risco à vida, pois esse trabalho era como segurança. Já que para o empregador aumentar a extração de mais valia é preciso “[...] prolongar a jornada de trabalho para além das necessidades de subsistência do trabalhador, é necessário produzir valor de troca por intermédio do trabalho excedente” (FERREIRA, 2012, p, 36). A entrevista dessa maneira possibilitou ao mesmo importantes processos de reflexão sobre a sua condição de vida, inclusive ao encontro de perspectivas para além do trabalho, como o lazer, que é outra importante dimensão da vida humana.

Diante do exposto ao finalizar o capítulo e as principais discussões das duas seções de análise do trabalho em questão, identifica-se a relação de como os processos sociais referentes a precarização do trabalho nessa investigação específica se imbricam e repercutem na vida desses profissionais assistentes sociais enquanto trabalhadores pertencentes ao precariado. Dessa forma nota-se que as condições de trabalho e outros elementos que remetem a

precarização salarial são constitutivos do modo de ser do precariado. Daí é preciso grifar que enquanto precariado a condição dos assistentes sociais em situação de desemprego que participaram da pesquisa não resulta imediatamente da precarização salarial, que estava presente em suas vidas antes de se tornarem desempregados. Mas, esta precarização salarial é parte da sua trajetória social enquanto sujeitos em condição de proletariedade. E sim, na medida em que a precarização salarial contribuiu para o desemprego e para a frustração do trabalhador gerando insegurança na sua relação com o mercado de trabalho, tal precarização salarial torna-se determinação constitutiva do *salariato* precário.

Também, faz sentido dizer que a precarização salarial ao gerar ou se articular à formas de precarização existencial dando caráter efetivo à precarização da pessoa humana que trabalha, antes da situação de desemprego ocorrer, pode repercutir na forma como os sujeitos farão a experiência de “estar” desempregados. Inclusive esta precarização da pessoa humana que trabalha (articulação da precarização salarial com a precarização existencial) pode não ser transitória, pois mesmo que o sujeitos se (re) insiram no mercado de trabalho na medida que o façam de forma precária como é o caso do trabalho formal e o subemprego, acompanhados de precárias condições de vida do trabalhador que inclusive possui formação e qualificação profissional de nível superior, faz com que a precarização da pessoa humana que trabalha também seja determinação constitutiva do precariado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente trabalho, retoma-se os objetivos elencados na fase de planejamento e pretende-se tecer algumas considerações referente aos resultados alcançados na pesquisa e o processo de apreensão da realidade dos entrevistados, ou seja, assistentes sociais em situação de desemprego, de modo a observar a articulação ou não da sua condição enquanto expressão do precariado como camada social do proletariado. A partir do diálogo teórico com autores e autoras, identifica-se que as particularidades do município de São Borja/RS extrapolam a fronteira oeste e alinham-se as tendências mundiais do mercado de trabalho ancoradas na precarização do trabalho.

Diante do exposto, denota-se que a aproximação com a temática em estudo permitiu compreender aspectos centrais referentes à precarização do trabalho. A pesquisa dessa forma leva a inferir e reiterar que a precariedade social atrelada a precarização do trabalho e todos os seus processos sociais e desdobramentos, são funcionais à manutenção do modo de produção capitalista, ao ampliar o lucro, assentando-se na desigualdade social. Vislumbra-se ainda ser de fundamental importância e necessário o adensamento de outros estudos referente a precarização do trabalho do assistente social que tem na pesquisa, investigação, sistematização e socialização dos dados processos essenciais.

É salutar destacar as manifestações da precarização do trabalho em tempos de avanço do neoliberalismo, que por meio da acumulação flexível refletem a possibilidade concreta de maior exploração do trabalho vivo diante da necessidade do capital em expandir suas taxas de lucro. O ideário neoliberal principalmente nas últimas duas décadas perpetua a ideia de que o desemprego é tão somente questão de responsabilidade dos sujeitos. Impregnando uma falsa ideia de há oportunidade para todos e que a não (re) inserção no mercado de trabalho seria por conta simplesmente do comportamento particular das pessoas. Sem levar em consideração a estrutura da sociedade capitalista, sua organização social e econômica, que não coloca em xeque as relações de trabalho e sociais extremamente desiguais, limitando-se somente ao questionamento do acesso ao trabalho. Averigou-se nessa pesquisa que são impostas condições precárias à força de trabalho como a informalidade, a subcontratação, o subemprego, o auto empreendedorismo, dentre outros, como alternativas ao desemprego. Identifica-se a ideologia da empregabilidade, como a forma de responsabilizar individualmente trabalhadores pela situação de desemprego, a qualificação seria vista como a solução desse impasse. Discurso esse que vai ao encontro tanto do controle do capital sobre o trabalho, como da desresponsabilização do Estado e do mercado, como da despolitização da

questão social, do conflito, antagonismo entre burguesia e proletariado.

Entende-se ainda que um número maior de entrevistados possibilitaria que se observasse outras características da relação entre o desemprego, a precarização do trabalho seja em nível existencial e/ou salarial, enriquecendo ainda mais a pesquisa. Porém verificou-se desafios e percalços na realidade concreta, limitações que a pesquisa se defrontou, porém tem-se a perspectiva de ampliação numérica dos sujeitos entrevistados mediante a possibilidade de ingresso no Mestrado do PPGSS da PUC/RS.

A condução do presente trabalho de conclusão de curso proporcionou desenvolver relevantes reflexões sobre o problema de pesquisa: “Como a precarização do trabalho se manifesta na vida dos assistentes sociais, em situação de desemprego, no município de São Borja/RS, caracterizando a sua condição enquanto trabalhadores pertencentes ao precariado?”. Dessa forma buscou-se discutir, problematizar, como se configura o processo de precarização do trabalho do assistente social. Nesse sentido, evidencia-se que a partir das transformações em curso no mundo do trabalho, ao encontro da flexibilização laboral, estão expressas novas configurações, facetas da questão social, objeto de trabalho, intervenção e estudo do assistente social, que rebatem nos espaços sócio ocupacionais e no trabalho profissional cotidiano.

A pesquisa mostrou que antes do desemprego dos profissionais entrevistados os mesmos apontaram que nos espaços sócio-ocupacionais a precarização do trabalho de caráter salarial manifestava-se por meio da falta de condições de trabalho, na cobrança por metas de produtividade, nas formas de adoecimento do trabalhador, tendo estas de relação imediata ou não com o emprego. Também foi possível observar a existência de sobrecarga de trabalho e a rotatividade da força de trabalho. Além disso, nas entrevistas foi possível identificar a manifestação de forma de subproletarização tardia decorrente de *salariato* precário, que por conta do desemprego os trabalhadores acabam por recorrer a formas de subcontratação sem vínculo empregatício, assim como o trabalho informal em que o trabalhador tem de se submeter a precárias condições de trabalho via contratação ou nas condições que os mesmos criam para se relacionar com o mundo do trabalho e das relações mercantis e de consumo.

Observou-se no trabalho que o desemprego e as formas de precarização existencial dele decorrentes se articulam com as condições de efetivação do sujeito de direito enquanto unidade necessária nas relações mercantis. Assim, a pesquisa apontou que em algumas situações de desemprego o consumo dos trabalhadores e suas famílias foi reduzido ao básico possível, já que passa a se efetivar no âmbito das possibilidades que a renda familiar ainda possui, reduzindo o padrão das condições materiais dos indivíduos e alterando da mesma forma o seus respectivos modos de vida, já que na sociedade capitalista generaliza-se o fato

de que viver é de alguma forma consumir.

Pelo fato de o presente trabalho fundamentar-se na perspectiva da totalidade, considerando que a mesma não se apresenta imediatamente, senão pela sua aparência e por suas expressões, entende-se que o processo de conhecimento sobre os fenômenos sociais investigados não se esgotam aqui como um ponto de chegada, mas são, pelo contrário, pontos de partida para novos processos de aproximação à realidade social marcada pelo conflito entre capital e trabalho. Portanto, frisa-se a importância da continuidade dos estudos, inclusive para analisar com maior adensamento o quanto, em face da precarização do trabalho, a categoria profissional “dos/as” assistentes sociais tem se organizado. E, se no debate realizado comparece a categoria do precariado. Sobretudo, se comparece nos termos que tem sido formulada por Alves ou Braga ou Standing, ou então, outros autores que têm posto o referido ao tema em questão, afim ampliar o escopo das discussões sobre as relações sociais no capitalismo e a luta de classes e se a mesma é marcada ou não pela condição de proletariedade.

Para Alves e Braga a condição de precariado entende-se pela premissa de proletariedade (principalmente jovens e do meio urbano) "não sendo uma geléia só" a classe trabalhadora. O que diverge da posição de Standing, pois o precariado seria para o autor dentre outros aspectos esta seria a "nova classe perigosa" pois não se submeteria aos ditames já instituídos, as velhas tradições políticas, não sendo ainda uma "classe-para-si" por conta das cisões, conflitos entre si. Dividindo-se ainda em 3 tipos de precariado, os "atávicos" como sendo trabalhadores com menos instrução, marcados principalmente por concepções de extrema direita, conservadora. Os "nostálgicos" que são apontados como migrantes, "minorias" em que estes seriam mais distanciados do cenário político. E, por último os "boémios/progressistas" que em sua concepção seriam os instruídos, como uma classe com um potencial de transformação, o que desses 3 tipos mais se aproximariam das percepções de Alves e Braga referente ao precariado, como camada social do proletariado.

Da mesma forma, o estudo realizado possibilitou o questionamento do fato de que o precariado é a camada média do proletariado urbano precarizado, já que ao analisar a realidade do município de São Borja/RS, observou-se que o mesmo possui características necessariamente rurais, mas apresenta uma força de trabalho que vem tendo acesso a qualificação profissional seja de nível técnico, seja de nível de ensino superior, mas que tem dificuldade em se (re) inserir no mercado. Seja por conta da oferta da força de trabalho que se torna redundante, seja por conta da oferta de emprego, da rotatividade da força de trabalho ou dos processos de flexibilização das relações de trabalho que incorporam a lógica das entradas

e saídas cíclicas, quando cíclicas, do mercado de trabalho. Processos sociais que expressam a lógica que constitui o *salariato* precário como realidade da condição de proletariedade na modernidade tardia do capital.

Tem-se ainda a inserção no mercado de trabalho acompanhada por formas de adoecimento, estas que afetam as condições de reconhecimento das formas de precarização por partes dos profissionais em empregos ou trabalhos anteriores. Percebe-se dessa forma manifestações da precarização da pessoa humana que trabalha e da precarização existencial em que sentimentos como frustração, desânimo, tristeza, preocupação, impotência, insegurança, dentre outros são tanto subjetivos como objetivos, se materializando no plano real. Identifica-se na pesquisa que essas duas formas de precarização fragilizam as relações de existência, degrada a vida e atinge outros segmentos, profissionais, não somente assistentes sociais. Inclusive alcançando até mesmo aqueles que nem se identificam como tal, atravessados pela lógica da alienação, estranhamento social, do não reconhecimento enquanto classe pela premissa da proletariedade, isto é, a condição de trabalhador assalariado, desposuimento dos meios de produção.

Identificou-se inclusive que a precarização do trabalho não se restringe tão somente ao espaço físico de assalariamento (isso quando tem) mas espraia-se para os demais âmbitos da vida social, em uma articulação em algumas situações, pois são heterogêneas entre a precarização salarial, existencial e da pessoa humana que trabalha, inclusive com aspectos da vida reduzida. Observa-se ainda na precariedade social o entrelaçamento entre algumas de suas determinações constitutivas como: a individualidade burguesa, a igualdade jurídica, a compra e venda da força de trabalho, a alienação do trabalho, o sujeito de direito, dentre outras. Indica-se nos achados da pesquisa o aumento do desemprego nos últimos 4 anos que repercute na situação de desemprego de assistentes sociais (dentre outras categorias profissionais) afetando a condição de sujeito de direito, a relação com o consumo, inclusive na moralização da questão social.

O trabalho mostrou que, ainda que não seja na totalidade das situações investigadas, o desemprego, repercute nas condições materiais dos entrevistados que são afetadas por conta da renda inexistente, da sua redução imediata, ou da relação de dependência que os profissionais passam em relação a seus familiares contribuindo, em certos casos, para acentuar a desigualdade de gênero como ocorre quando a esposa depende da renda do marido, ou a filha passa a depender da renda do pai e do namorado. Acentua-se o processo em que o salário pago para a reprodução da força de trabalho dos trabalhadores torna-se o salário família. No qual o salário pago a determinado trabalhador não se delimita a reprodução

daquela força de trabalho em particular, mas também à sobrevivência de seus dependentes, o que sobrecarrega também a pessoa que perdeu o emprego ao precisar se submeter ao trabalho informal, temporário, subcontratado, intermitente, terceirizado entre outras formas de precarização, atrelada a desproteção trabalhista, mesmo com nível superior de formação. Percebe-se além disso a precarização estrutural, institucional, falta de recursos materiais, humanos, financeiros, que implicam no trabalho do assistente social frente ao atendimento das demandas dos sujeitos, como a falta do aporte nutricional por exemplo.

Por fim, a contribuição deste trabalho para a autora foi primordial para uma maior aproximação com a temática da precarização do trabalho em suas mais diversas facetas e manifestações cotidianas. Pois, como futura assistente social torna-se imprescindível um olhar sensível, ampliado e crítico para a realidade da própria categoria profissional e suas demandas, ao apreender a importância de se entender e se reconhecer como também parte de uma mesma “classe-que-vive-do trabalho”. Somos classe trabalhadora, nossa luta é todo dia, resistência!

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan; BRITO, Carlos. **Desemprego recua para 12,1% em agosto, mas ainda atinge 12,7 milhões de pessoas, diz IBGE.** Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/28/desemprego-fica-em-121-em-agosto-eatinge-127-milhoes-de-pessoas-diz-ibge.ghtml>>, acesso em: 23 de out. 2018.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. A condição de proletariedade na modernidade salarial – por uma analítica existencial do proletariado. In: **Revista Pegada** – vol. 9 n. 2, 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1672/1610>>, acesso em: 18 de out. 2018.

_____, Giovanni Antonio Pinto. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** 2ª edição. Londrina: Editora Praxis, 2007.

_____, Giovanni Antonio Pinto. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 235 - 248, jul./dez. 2013a. Disponível

em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/15882/10735>>, acesso em: 17 de nov. 2018.

_____, Giovanni Antonio Pinto. **O que é Precariado?** Blog da Boitempo. Publicado em 22/07/2013b. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-oprecariado/>>. Acesso em: 18 de jul. 2018.

_____, Giovanni Antonio Pinto. Precarização do trabalho, qualidade de vida e saúde dos magistrados trabalhistas no Brasil. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, número 47, 2015. Disponível em:

<https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/100765/2015_alves_giovanni_precarizacao_trabalho.pdf?sequence=1>, Acesso em: 22 de jul. 2018

_____, Giovanni Antonio Pinto. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem-que-trabalha.** Disponível em: <http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2018.

_____, Giovanni Antonio Pinto. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização.** Praxis, Londrina, 1999. Disponível em:

<<http://www.giovannialves.org/livrotmc.pdf>>, acesso em: 27 de out. 2018.

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia.** Posfácio de Milton Hatoum — São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMARAL, Priscila Paula. **A violência nas práticas cotidianas: uma experiência com a turma sabiá do Centro Formação Teresa Verzeri**, a partir da oficina "violência não rola". São Borja: UNIPAMPA, 2014.

AMORIM, Saul. **Um resumo da crise de 2008**. Disponível em: <<http://elcoyote.org/umresumo-da-crise-de-2008/>>, acesso em: 24 de out. 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>, acesso em 17 de nov. 2018.

_____, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030>>, acesso em 06 de jul. 2018.

_____, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. Graça Druck e Franco Tânia Franco organizadoras. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____, Ricardo. **Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho**. Cadernos de capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: Cead, 1999.

ARAÚJO, Cátia Rosana Lemos de. **Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos**: conforme normas da ABNT / Cátia Rosana Lemos. de Araújo, Dilva Carvalho Marques. – 4.ed. - Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6023**: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<https://guiadamonografia.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Norma-ABNT6023Referencias.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2018.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/981279/nbr-14724---2011---nova-norma-da-abntparatrabalhos-academicos>>. Acesso em: 26 out. 2018.

BENEDICTO, Marcelo. **Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018**. PNAD Contínua. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeirotrimestre-de-2018>>, acesso em 08 de nov. de 2018.

BORGES, Ângela. **Mercado de trabalho:** mais de uma década de precarização. In: A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. Graça Druck e Franco Tânia Franco organizadoras. São Paulo: Boitempo, 2007.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa:** propostas metodológicas. 8^a edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado.** Entrevista, publicado em 14/01/2013. Disponível: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/01/14/a-politica-do-precariado/>>, acesso: em 10 de nov. 2018.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CASTEL, Robert, 1998. As metamorfoses do trabalho. In: **Globalização:** o fato e o mito (J. L. Fiori; M. S. Lourenço; J. C. Noronha, orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CATTANI, Antônio David. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia.** 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Assistentes Sociais no Brasil:** elementos para o estudo do perfil profissional / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes. [et al.]. Brasília: 2005.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas.** 3 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESS/RS 10^o Região. **Quantidade de profissionais assistentes sociais em São Borja/RS em 2018,** Porto Alegre/RS, 2018.

Engels, Friedrich; Kautsky, Karl. O socialismo jurídico. Tradução Lúvia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves.- [2.ed., rev.] - São Paulo: Boitempo, 2012.

FAERMANN, Lindamar Alves; MELLO, Cássia Camila Val de. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. In: **Textos e Contextos,** Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 96-113, jan./jul. 2016. São Paulo: Cortez, 2011.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade.** São Paulo: SOF, 1997.

FERREIRA, José Wesley. **Sociologia do trabalho.** Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

_____, José Wesley. **Questão social:** apreensão e intervenção no trabalho dos assistentes sociais. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2008.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, UECE, 2002.

GASPAR, Ricardo Carlos. O avanço da internacionalização do capitalismo contemporâneo: um ensaio de interpretação crítica da globalização. In: **Pesquisa & Debate**, São Paulo, volume 10, número 2, 1999. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/viewFile/11919/8629>>. Acesso: 20 de out. de 2018.

GATTI, Bernadete Angelina. A construção da pesquisa em educação no Brasil. (Série Pesquisa em Educação, volume 1). Brasília: Plano Editora, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. São Paulo: Cortez, 1977.

GRESPLAN, Jorge. A dialética do avesso. In: **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.14, 2002.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUIMARÃES, Glenzy Terezinha Duro; ROCHA, Maria Aparecida Marques de. Transformações no mundo do trabalho: repercussões do trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS. In: **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre v. 7 n.1 p. 23-41. jan. / jun. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277113445_02_Transformacoes_no_mundo_do_trabalho_repercussoes_no_mercado_de_trabalho_do_assistente_social_a_partir_da_criacao_da_LOAS> , acesso em: 27 de out. 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

_____, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **Atribuições privativas do assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria paulista**. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, 2011.

JÚNIOR, Celso Naoto Kashiura. **Sujeito de direito e Capitalismo**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1976.
KONDER, Leandro. O que é dialética? 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LARANGEIRA, S. M. G. Fordismo e pós-fordismo. In: **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Cattani, A. D. (Org.). 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

LENZI, Tié. **O que mudou com a Reforma Trabalhista?** Disponível em:
<<https://www.todapolitica.com/reforma-trabalhista/>>, acesso em: 15 de out. 2018. Toda Política, 2018.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Navaes. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. In: **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 17, n. 32, p. 52-65, jan./jun. 2013. Disponível em:
<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/viewFile/1651/922>>, acesso em 24 de out. 2018.

LIMA, Rafael Lucas de. **Considerações acerca do processo de conhecimento da realidade em Karel Kosik**. Programa Integrado de Doutorado em Filosofia – PIDFIL/UFRN. Disponível em: <
<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT22/Considera%E7%F5es%20acerca%20do%20processo%20de%20conhecimento%20da%20realidade%20em%20Karel%20Kosik.pdf>> Acesso em: 20 de set. 2018.

LOPES, Francis. Lamento de um nordestino. In: **Frank Aguiar 20 anos de carreira Cd com os amigos**. Disponível em: <<https://www.suamusica.com.br/Gilardocd/frank-aguiar-20-anosde-carreira-cd-com-os-amigos-by-gilardo-cds-de-marco-ce>>, acesso em 17 de nov. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas. 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-Político profissional. In: **Revista Emancipação** v.6, nº1. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado: **Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 2ª edição. São Paulo: ABRAMO, 1999.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. Tradutor Artur Mourão, 1989. Disponível em:
<www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica>. Acesso em 20 de set. 2018.

_____, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e

Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes]. - [2.ed revista]. Disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/autores/Marx,%20Karl/Critica%20da%20Filosofia%20do%20Direito%20de%20Hegel.pdf>>, acesso em: 06 de set. 2018. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/manuscritos-econoc3b4micofilosc3b3ficos.pdf>>, acesso em 15 de out. 2018. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultura, 1974.

_____, Karl. **O Capital: crítica da economia política, livro I. Tomo I**. São Paulo: Abril cultural, 1996, 2013.

_____, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. - São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____, Karl; _____, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Coleção Grandes Obras do pensamento Universal, 2007.

MÉSZÁROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**; tradução da Isa Tavares. - São Paulo: Boitempo. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

_____, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília Minayo (Organizadora). – Petrópolis: Vozes, 21^a edição. 2002.

MOBLEY, William H. **Turnover: causas, consequências e controle**. Porto Alegre: Ortiz, 1992.

MONY, Annie Thébaud-; DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores no Brasil e na França. In: **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. Graça Druck e Franco Tânia Franco organizadoras. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, Livia de Cássia Godoi; FERNANDES, Vinícius Tomaz. Entrevista com Giovanni Alves. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/11699/10116>>, acesso em: 23 de jul. 2018.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. In: **Revista Educação**, Volume 22, n. 37, Porto Alegre: 1999.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. Expressão Popular, 1ª edição, São Paulo: 2011.

_____, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. Artigo baseado na comunicação apresentada na sessão temática “O agravamento da crise estrutural do capitalismo: o socialismo como alternativa à barbárie” do III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie (30 de outubro a 1º de novembro de 2010). Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>>, acesso em 18 de out. 2018.

_____, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS/ABEPSS, Brasília: 2009.

NUNES, Dimalice. **No Brasil, trabalho informal é a nova regra**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/No-Brasil-trabalho-informal-e-a-nova-regra>>, acesso em 13 de out. 2018. Carta Capital, 01/02/2018.

PACHUKANIS, Evguiéni. **Teoria geral do direito e marxismo**. Tradução Paula Vaz de Almeida; revisão técnica Alysson Leandro Mascaro, Pedro Davoglio. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

PEDERSEN, Jaina Raqueli; SILVA, Jorge Alexandre; VIANA, Marília Belmonte Aguirre. **Relações de precarização do trabalho do assistente social**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BxmEsb3eg3XAR0pHY04wbkEyZnc/view>>, acesso em 17 de nov. 2018.

PRATES, Jane. O Planejamento da Pesquisa Social. In: **Revista Temporalis**, ABEPSS, nº 7, B Porto Alegre: 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Compus, Rio de Janeiro: 2000.

POLON, Luana. **Desemprego estrutural**. Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/desemprego-estrutural/>>, acesso em: 17 de nov. 2018.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 6ª edição. Cortez, São Paulo: 2009.

_____, Reinaldo Nobre. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Cadernos CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB. Cortez, 1999.

RICHTER, Sheila Adriani; SILVA, Jorge Alexandre da. Trabalho, precarização e violação de direitos no exercício profissional do assistente social. In: **A violência intrafamiliar na fronteira oeste em uma sociedade capitalista: a experiência da 3ª edição da EPIVI/ Cesar Beras, Simone Barros de Oliveira, organizadores.** Porto Alegre: Evangraf / Palmarinca, 2018.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

_____, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura da crise mundial. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set.2011.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Rafael Rocha dos. et al. **A influência do trabalho em equipe na Atenção Primária à Saúde.** Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/viewFile/15144/10725>>, acesso em: 21 de nov. 2018.

SINGER, Paul. O combate à crise pelo Governo Federal. In: **Teoria e Debate**, n. 81, mar./abr. 2009.

SILVA, Karine de Souza. **Globalização e exclusão social.** Curitiba: Juruá, 2000.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** Volume 1. Tradução: Alexandre Amaral Rodrigues, Eunice Ostrensky. – 2ª edição. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo: 2012.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa.** Traduzido por Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014a.

_____, Guy. O precariado e a luta de classes. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 103, 2014b. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/5521?fbclid=IwAR1TNFThzlrkX0oTG71kRH7IZ2rT15tX0cJrIY9V5H3mGSnRdUtJKFYgcs#tocto1n2>>, acesso em: 10 de nov. 2018.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica.** – São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

_____, Ivo. Pluralismo Metodológico: um falso caminho. In **Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 2007. Disponível em: < <http://ivotonet.xp3.biz/> >, acesso em 03 de ago. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TURCK, Maria da Graça Maurer Gomes. Serviço Social – os processos de trabalho dos assistentes sociais na elaboração da documentação: implementação e aplicabilidade. In: **Caderno Graturck**. Porto Alegre: Graturck, 2012.

VASCONCELOS, Edjar Dias de. **Tudo começou com Maquiavel: o que é igualdade jurídica em Karl Marx**. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/tudo-comecou-commaquiavel-o-que-e-igualdade-juridica-em-karl-marx/99381>>, acesso em 16 de set. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YUKA, Raisa. **Subemprego, a única oportunidade àqueles sem oportunidades?** Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/subemprego-unicooportunidade-aqueles-sem-oportunidade.htm>>, acesso em 17 de nov. 2018.

APÊNDICES

(APÊNDICE A)

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA (PERGUNTAS)

Roteiro Norteador da Pesquisa

- 1-O que mudou nas suas condições materiais de vida e de sua família com o desemprego?
- 2- Quais processos de precarização do trabalho você observou em empregos anteriores?
- 3- Quais as estratégias e dificuldades encontradas para conseguir emprego e (re) inserir no mercado de trabalho?
- 4-O salário recebido em empregos anteriores atendia suas necessidades e de sua família? Como?
- 5-Como era o seu contrato de trabalho no emprego anterior e suas condições de trabalho?
- 6-Ocorreram mudanças na sua relação com familiares, amigos e amigas ou pessoas próximas, a partir do desemprego? Quais?
- 7- Como o desemprego prejudicou você e sua família no acesso à serviços como educação, saúde, dentre outros?
- 8- Após concluir o ensino superior você conseguiu trabalhar na profissão em que se formou?
- 9-Você se sente frustrado/a por não estar trabalhando na profissão em que se formou?
- 10-Quais as estratégias que você ou sua família tem utilizado para ter acesso à renda após o desemprego?
- 11-Qual a renda atual da família e quanto esta renda diminuiu a partir da situação de desemprego?

(APÊNDICE B)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do projeto: A precarização do trabalho de assistentes sociais em situação de desemprego no município de São Borja-RS; (TCC) Trabalho de Conclusão de Curso.

Pesquisador responsável: Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva

Acadêmica pesquisadora: Amanda Cabral Dias

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa Curso: Serviço Social

Telefone celular da acadêmica para contato (inclusive a cobrar): 55 98402 5884

O Sr./a Sr^a./Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa que traz importantes subsídios para a construção do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC): A precarização do trabalho de assistentes sociais em situação de desemprego no município de São Borja-RS. Que tem como ao objetivo geral: Analisar as características da precarização do trabalho dos assistentes sociais em situação de desemprego no município de São Borja-RS, a fim de observar a existência de características do precariado na realidade de vida e trabalho destes profissionais.

Com relação aos objetivos específicos busca: Analisar as formas de precarização do trabalho de assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais em que estavam inseridos/as no município de São Borja/RS, a fim de identificar processos sociais que expressam a precarização salarial. Investigar as formas de precarização do modo e das condições de vida de assistentes sociais, em situação de desemprego, no município de São Borja/RS, a fim de identificar tais processos enquanto expressões da precarização existencial.

E se justifica pois: A presente pesquisa partiu de inquietação frente as transformações do mundo do trabalho que repercutem diretamente na condição dos e das assistentes, enquanto trabalhadores e trabalhadoras assalariados/as, em especial nas formas que o desemprego tem assumido para essa categoria profissional. Busca-se apreender aspectos da manifestação desses processos sociais no município de São Borja-RS, local em que foi realizada a pesquisa. O entendimento é de que esse debate é de relevância ímpar na universidade, como espaço de produção e socialização de conhecimento. E, levando-se em conta tais mudanças em curso, tal debate é fundamental no processo de formação profissional

em Serviço Social. Torna-se assim mister colocar em cena esse importante debate, também como forma de devolutiva à universidade, à sociedade em geral, dos resultados da formação acadêmica e social, frente aos conhecimentos sistematizados e discutidos referentes à precarização do trabalho de assistentes sociais.

A forma de acompanhamento se dá através da conclusão do referido trabalho, que sistematizará os resultados da pesquisa. Referente ao instrumento de coleta de dados, a presente pesquisa constitui-se através da aplicação de formulário com perguntas abertas, semiestruturadas. Como técnica para a coleta de dados serão realizadas entrevistas com intermédio da observação da acadêmica pesquisadora, os relatos dos e das profissionais serão gravados e analisados. Os dados da pesquisa serão armazenados pelo professor pesquisador responsável Jorge Alexandre da Silva. Considera-se para o estudo as divergências e as aproximações. Esse trabalho rege-se pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 (ancorado na Lei 8662/93) quanto ao sigilo dos dados coletados e resguardo quanto aos sujeitos envolvidos.

Riscos e Desconfortos: Não existe nenhum risco na sua participação e seu nome não será identificado, bem como as informações prestadas. Benefícios: O Sr./ a Sr^a./Você não terá nenhum benefício financeiro direto por participar da pesquisa, nem custo. Mas suas respostas irão contribuir significativamente para a produção desse Trabalho de Conclusão de Curso, para um maior conhecimento sobre este tema, tanto para a graduanda, para a comunidade acadêmica, a categoria profissional e a sociedade em geral. Por meio deste documento e a qualquer tempo o/a participante poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido/a sobre as informações acima, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo professor pesquisador responsável.

Nome do/a Participante da Pesquisa: _____

Nome do Pesquisador Responsável: _____

Local e data: _____